

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA,
POLÍTICA E BENS CULTURAIS – PPHPBC**

MESTRADO EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

**PROFESSORA ORIENTADORA ACADÊMICA:
DOUTORA BIANCA FREIRE-MEDEIROS**

***QUEM FAZ UMA RÁDIO COMUNITÁRIA?*
ESTUDO DE CASO EM UMA FAVELA DA
ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO**

REGINA CELIA AZEVEDO VIVES

Dissertação apresentada ao PPHPBC da Fundação Getulio Vargas,
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Bens Culturais e Projetos Sociais. Rio de Janeiro, RJ, março de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA,
POLÍTICA E BENS CULTURAIS – PPHPBC**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E
PROJETOS SOCIAIS**

**QUEM FAZ UMA RÁDIO COMUNITÁRIA?
ESTUDO DE CASO EM UMA FAVELA DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA POR REGINA CELIA AZEVEDO VIVES

**APROVADO PELA BANCA EXAMINADORA,
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009**

PROF^a DR^a BIANCA FREIRE-MEDEIROS (ORIENTADORA) (CPDOC)

PROF^a DR^a LÚCIA M. LIPPI OLIVEIRA (CPDOC)

PROF^a DR^a MARIA JOSEFINA GABRIEL SANT'ANNA (UERJ)

PROF^a DR^a MARIANA CAVALCANTI (SUPLENTE) (CPDOC)

Dados Bibliográficos:

VIVES, Regina Celia Azevedo. *Quem faz uma rádio comunitária?* Estudo de caso em uma favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação de História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, 2009. 116 p.

Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais (Profissional). Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

Orientadora: Prof^a Dr^a Bianca Freire-Medeiros

1. Rádio Comunitária 2. Estudo de caso 3. Favela 4. Rio das Pedras 5. Bens Culturais e Projetos Sociais 6. PPHPBC-CPDOC-FGV.

Dedico este trabalho a duas pessoas que estiveram presentes nessa trajetória, me acolhendo com carinho em todos os momentos da realização da pesquisa e a sua conclusão: José Alan Dias Carneiro, meu marido, e Bianca Freire-Medeiros, amiga e orientadora.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, minha eterna gratidão.

Muitas pessoas contribuíram de alguma forma para que eu pudesse realizar as atividades de pesquisa e elaboração desta dissertação. Meus agradecimentos se estendem a todos, principalmente aqueles que a minha memória não conseguiu alcançar.

Ao final de cada ano os meios de comunicação promovem um programa especial para registrar os acontecimentos mais importantes do período. Neste espaço realizo também a retrospectiva dos meus melhores momentos nos últimos dois anos, me reportando ao dia em que conheci a professora Bianca Freire-Medeiros, ou simplesmente Bianca. Nossas conversas durante os horários de almoço me animaram a concretizar o desejo de retomar os estudos e me preparar para a seleção do Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais do CPDOC. Sempre muito atenciosa Bianca tornou-se minha grande incentivadora e, como não poderia deixar de ser, orientadora também. Na banca de seleção da turma 2007 do Curso de Mestrado Profissional de Bens Culturais e Projetos Sociais do CPDOC, os professores Carlos Eduardo Sarmiento, Lúcia Lippi Oliveira e Bianca, que na ocasião da avaliação da minha proposta de pesquisa e entrevista se absteve de participar, por questão ética, me proporcionaram momentos importantes: o ingresso no curso de mestrado. Em junho de 2008 tive novamente o prazer de ter Lúcia Lippi e Bianca na banca da defesa de qualificação do projeto, que contou com o professor Enrique Desmond Arias, da John Jay College of City University of New York, como professor convidado para participar da banca. Com a aprovação do projeto, continuei os trabalhos de pesquisa até sua conclusão. Enfim, chegou o dia da realização da Banca de Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso, com a participação dos professores Lúcia Lippi Oliveira, Maria Josefina Gabriel Sant'Anna, do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Mariana Cavalcanti que, na qualidade de membro suplente da banca, também participará da arguição, atendendo gentilmente à minha solicitação.

As disciplinas ministradas pelos professores Ângela Maria de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi, Fernando Lattman-Weltman, Helena Maria Bomeny Garchet, Maria Celina Soares D'Araújo, Matias Spektor e Verena Alberti me proporcionaram o embasamento necessário ao desenvolvimento da pesquisa, à realização das entrevistas e também às atividades de observação do campo.

Registro ainda minha saudação especial aos meus colegas da turma-2007: companheiros, participantes, solidários e amigos, na sala de aula ou fora dela, em todos os momentos ao longo do mestrado. Serão por mim sempre lembrados: Alexandre Fonseca Frigeri, Ana Cláudia da Cunha, Daniel Roedel, Denise Cardoso Garcia Nunes, Elizabeth Monteiro da Silva, Gabriela Sandes Borges de Almeida, Isabel Cristina Borges de Oliveira, Jayme Spinelli Júnior, Juliana Lopes da Silva, Marcelo Pedrosa Pereira, Maria da Graça Coutinho de Góes, Maria do Socorro dos Santos Oliveira, Mirian Beatriz Collares Figueiredo, Osvaldo Augusto de Oliveira (Zado), Regina Lucia do Nascimento Lima Feitosa, Roberto da Silva Abreu, Rosa Gouvêa de Sousa, Simone Rodrigues Amorim, Suely Torres de Melo dos Santos Lima e Vera Lúcia Miranda Faillace.

À Direção do CPDOC, na pessoa do seu diretor, professor Celso Correa Pinto de Castro, pela concessão da bolsa para realização do mestrado, que sem ela certamente não seria possível chegar até aqui. Aos meus colegas de trabalho do CPDOC e da Fundação Getulio Vargas, em especial, Lúcia Lippi Oliveira, Carlos Eduardo Sarmento, Regina da Luz Moreira, Jimmy Medeiros, Marly Silva da Motta, Ligia Alves da Cruz, Denise Freitas Lafayette de Sá e Joaquim Coelho.

Aos entrevistados e colaboradores das emissoras de rádio de Rio das Pedras agradeço pela atenção e participação neste trabalho: Paulo Jorge, da *Rádio PJ*; Léo Magalhães, Juliana Magalhães, Claudio Caliyo, Severino Alves, Elaine, da *FM 90.9*; J. Júnior, da *103.3 FM*; e Toni Braga, da *FM 91.7*. Também incluo nesta lista; Geiso Turques e sua irmã Ivana Turques, do *Castelo das Pedras*.

Por último, mas muito importante, foi a colaboração de Gustavo Aragão Dias Carneiro e de Douglas Henrique Basteiro Vives, que, com grande habilidade em informática, participaram, respectivamente, na transcrição de parte das entrevistas e reprodução das fotos que apresento nas páginas deste trabalho.

Muito obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - Rio das Pedras: nascente de uma história	1
I.1 - Da informalidade à força do poder	2
I.2 - A Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP)	4
I.3 - A favela e a construção do território	5
I.4 - Segurança e a tranquilidade no imaginário dos moradores	10
I.5 - A favela na mídia	12
I.6 - Eleições na AMARP	13
I.7 - Rio das Pedras entra em cena	15
CAPÍTULO II - A dinâmica da sociabilidade em Rio das Pedras	17
II.1 - A favela e a construção da sociabilidade	19
II.2 - <i>Castelo das Pedras</i> e a socialização das diferenças ...	24
CAPÍTULO III - Da irradiação à Radiodifusão Comunitária	33
III.1 - Radiodifusão Comunitária e a Lei nº 9.612, de 19/2/1998	36
III.2 - A Rádio Comunitária e a visão do público	44
CAPÍTULO IV - Quem faz uma rádio comunitária? Um estudo de caso	47
IV.1 - Sistema de transmissão de Rádio-Corneta: <i>Rádio PJ</i>	48
IV.2 - <i>RP Notícias - 90.9 FM - Comunitária Educativa</i>	60
IV.2.1 - A <i>RP Notícias</i> na percepção dos seus donos	69
IV.3 - <i>Rádio 103,3FM: A voz da comunidade</i>	75

CONCLUSÃO

Apêndices

Anexos

BIBLIOGRAFIA

Resumo

O presente estudo pretende oferecer janelas à compreensão do funcionamento das emissoras de rádio existentes na favela Rio das Pedras, localizada no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, e o conhecimento acerca da articulação do conceito de rádio comunitária reproduzido pelos atores envolvidos nas transmissões radiofônicas. O desenvolvimento da pesquisa sobre as rádios dessa favela foi favorecido pela observação participante no campo, que propiciou um ambiente amistoso para realização das entrevistas de história de vida dos proprietários das emissoras, permitindo a compreensão de suas relações com a comunicação radiofônica, objetivos, expectativas futuras da radiodifusão na localidade, e ainda o estabelecimento de uma síntese analítica das relações entre os discursos produzidos pelos proprietários dessas emissoras.

Abstract

The present study intends to offer the ways to understanding of the functioning of the radios in the favela Rio das Pedras, located in the neighborhood of Jacarepaguá, in the city of Rio de Janeiro, and the knowledge concerning the joint of the community concept of radio reproduced by the involved actors in the radios transmissions. The development of the research on the radios of this favela was favored by the participant comment in the field, that a friendly environment for accomplishment of the interviews of history of life of the owner of the radios, allowing the understanding of its relations with the radio community, objective, future expectations of the broadcasting in the locality, and still the establishment of an analytical synthesis of the relations between the speeches produced by the owner of theses radios.

Lista Fotos

	Página
Foto 1	Vista aérea da favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, Rio de Janeiro (foto: Google Earth, 12/2007) 1
Foto 2	Vista aérea de Rio das Pedras, com a localização das subáreas da favela e condomínios vizinhos no Itanhangá – (foto: Google Earth, 12/2007) 5
Foto 3	<i>Forroção do Pará</i> , na Av. Engenheiro Souza Filho – Rio das Pedras, Jacarepaguá, RJ, 2008 22
Foto 4	<i>Castelo das Pedras</i> – Rio das Pedras, Jacarepaguá, RJ 24
Foto 5	Baile funk do Castelo das Pedras – Favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, RJ, 2008 29
Foto 6	Baile funk do Castelo das Pedras – Favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, RJ, 2008 30
Foto 7	Caixinha de alto-falante da <i>Rádio PJ</i> (1) 50
Foto 8	Caixinha da <i>Rádio PJ</i> (2) 50
Foto 9	Caixinha no prédio da <i>Rádio PJ</i> (3) 50
Foto 10	Entrada da <i>Rádio PJ</i> – Rua Nova, 110 – Rio das Pedras 50
Fotos 11 a 15	Exposição de documentos Perdidos – <i>Rádio PJ</i> 51
Foto 16	Paulo Jorge e os equipamentos da <i>Rádio PJ</i> – Rio das Pedras 52
Foto 17	Equipamento transmissor da <i>Rádio PJ</i> 52
Foto 18	Caixinhas da <i>Rádio PJ</i> 52
Foto 19	Paulo Jorge na <i>Rádio PJ</i> 52
Foto 20	Léo Magalhães, proprietário da <i>RP Notícias 90.9FM</i> – <i>Educativa Comunitária</i> 67
Foto 21	Entrada do prédio da <i>RP Notícias</i> 68
Foto 22	Edifício Léo Magalhães - Pinheiro 68
Foto 23	Antena transmissora da <i>RP Notícias</i> 68
Foto 24	Entrada da <i>Rádio RP Notícias</i> – 90.9 FM 68
Foto 25	Elaine – Operadora da 90.9FM 69
Foto 26	Pastor Elder Junior, do Templo do Deus Impossível – Rua Velha 69
Foto 27	<i>Forrock Discos</i> – patrocinadora de programa na <i>RP Notícias</i> 72

Foto 28	J. Júnior controla as transmissões radiofônicas da <i>Cabana do Brega</i>	77
Foto 29	Vila Rica, endereço da Rádio <i>103,3FM</i> e do CESIN	79
Foto 30	Entrada da <i>103,3 FM</i> e do CESIN	79
Foto 31	Placa de identificação do CESIN e da <i>Rádio 103,3 FM</i>	79

Roteiro das entrevistas realizadas

No período da pesquisa foram realizadas nove entrevistas, que totalizaram aproximadamente oito horas e trinta minutos de depoimentos formais, com os fundadores das emissoras, e os informais que contou com os colaboradores que participam da programação das emissoras e moradores do local que, pela vivência no dia-a-dia da favela, contribuíram para a contextualização das informações coletadas na observação do campo.

O conhecimento da trajetória de vida dos entrevistados permitiu compreender suas relações com a comunicação radiofônica, seus objetivos e expectativas quanto ao futuro das rádios locais. As entrevistas formais foram realizadas de acordo com o seguinte roteiro.

- 1) Nome do entrevistado; idade; cidade de origem; tempo que reside em Rio das Pedras.
- 2) Conte um pouco sobre a sua vinda para morar em Rio das Pedras.
- 3) Em que trabalhava antes de morar na localidade?
- 4) Como surgiu a idéia da criação de uma emissora de rádio?
- 5) Conte sobre sua experiência com o rádio.
- 6) Há quanto tempo a emissora está no ar?
- 7) Quantas pessoas trabalham na emissora?
- 8) Elas exercem outras atividades além do rádio?
- 9) Como é organizada a programação da emissora?
- 10) Como é a participação do ouvinte durante a programação?
- 11) Como a emissora atende às necessidades de informação dos ouvintes?
- 12) Como a emissora se mantém?
- 13) Quais foram as motivações para criar esta rádio?
- 14) Como é a rotina da emissora?
- 15) Qual a relação da emissora com a Associação de Moradores?
- 16) Por que acha que a sua emissora é uma rádio comunitária?
- 17) A emissora já foi impedida de funcionar? Por quê? (em caso de resposta positiva).
- 18) Conhece a lei que regulamentou o funcionamento do serviço de radiodifusão comunitária?
- 19) Quais os seus planos para o futuro da emissora?

INTRODUÇÃO

Quem faz rádio comunitária na favela Rio das Pedras? Esta pergunta surgiu como num *flash* quando liguei o rádio e o locutor informou: “103,3 FM - A voz da comunidade. [Este] É um veículo de comunicação, sem fins lucrativos, interesses partidários, discriminação de cor, raça, religião ou preferências sexuais. Nós somos uma entidade prestadora de serviço público, social, cultural, lazer e cidadania.” O contexto reproduzia um dos itens da Lei Federal que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária¹ no Brasil. Aguçada pela investigação sobre comunicação comunitária através do rádio, continuei buscando outras frequências e encontrei a segunda emissora, na qual o locutor dizia: - *RP Notícias - FM 90.9 - Comunitária Educativa*. Cada emissora apresentava seu mote de identificação que eram veiculados nos intervalos das seqüências de músicas e divulgação de atividades e produtos do comércio local, identificados como apoio cultural, tomando para si o conceito de rádio comunitária. Posteriormente, caminhando pelas ruas de Rio das Pedras, também observei a existência de um sistema de rádio-corneta² em funcionamento, com alto-falantes em caixinhas instaladas na parte superior dos postes das ruas e vielas da favela, junto a emaranhados de fios de energia elétrica e de telefonia. Esses fatos aconteceram em 2003, quando recém-chegada à nova residência no Itanhangá³, constatei que a prevalência das montanhas nos arredores do endereço interferia na sintonia das emissoras de rádio comerciais da cidade do Rio de Janeiro, favorecendo a recepção privilegiada das emissoras de Rio das Pedras nas regiões vizinhas àquela localidade, e não somente na área da favela, como se imaginava. Os longos períodos de músicas sertanejas e nordestinas, identificadas com o ritmo do forró, e locutores divulgando o comércio local me conduziram a uma aproximação dessas emissoras para conhecer os tipos de programação existentes e iniciar uma investigação sobre suas rotinas.

1 A Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, registrou no Item IV, do Artigo 4º, um dos princípios da programação para radiodifusão comunitária: não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

2 Conhecido como “rádio do povo”, no Brasil e em outros países da América Latina, este sistema funciona propagando notícias, música e publicidade, por meio de fios e cabos ligados em alto-falantes (cornetas) fixados nos postes ao longo de ruas, praças e feiras. Muitos desses sistemas de som se intitulam rádio comunitária. Alguns planejam a modernização com a compra de transmissores passando a fazer transmissão em frequência modulada (FM).

3 Sub-bairro da Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, Itanhangá se desenvolveu nos arredores das montanhas que integram o maciço da Tijuca, opostamente à região oceânica da Barra. O novo endereço tem também como referência sua vizinhança com a favela Rio das Pedras, cuja densa população e construções irregulares se estendem geograficamente até a lagoa da Barra da Tijuca.

O primeiro passo nessa direção foi construído com leituras sobre o processo histórico de construção das favelas, seu surgimento no cenário da cidade do Rio de Janeiro e o estabelecimento das relações entre representações sociais, políticas públicas e outros interesses divergentes. Nessa trajetória o conhecimento da história de Rio das Pedras⁴, foi uma importante ferramenta para contextualização das sociabilidades locais. O estudo sobre a Lei 9.612, já mencionada anteriormente, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998, e os trabalhos acadêmicos sobre rádios comunitárias com relatos de experiências em outras favelas, agregaram valor à investigação sobre as emissoras de rádio da favela Rio das Pedras e os papéis desempenhados pelos seus organizadores e colaboradores.

O passo seguinte, aproximação dos moradores e inserção na rotina da favela, teve como fato inicial um problema também comum aos moradores do Itanhangá: a escassez de transporte coletivo. Nesse mesmo ano, a empresa de ônibus contratada pela administração do condomínio onde moro deixou de prestar serviço de transporte aos condôminos. Pela força das circunstâncias, tornei-me usuária das vans da Cooperativa Rio das Pedras, que foram deslocadas da área da favela para servir aos moradores dos condomínios, como resposta a essa demanda.

As viagens diárias nas vans criaram uma nova rotina para os usuários desse meio de transporte, e também para os motoristas, cobradores e habitantes da favela, que passaram a ver os moradores dos prédios⁵ como passageiros privilegiados, por receberem condução na porta de casa – “[...] as vans sempre vêm cheias de lá [...]. Eles não podem sujar os pés de lama, como nós...” Por falta de alternativas de transporte, os moradores dos condomínios e os da favela foram se acostumando a partilhar as dificuldades das longas viagens. Esse problema comum propiciou um maior contato com os moradores da localidade e oportunidades de trocas de informações. Os questionamentos e assuntos relacionados à vida da favela passaram a ser socializados no trajeto para o trabalho.

Uma rede de contatos entre moradores, prestadores de serviços diversos e comércio local, ofereceu oportunidades de participação na rotina de Rio das Pedras. Do

4 No livro *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*, Burgos (2002) trouxe para a academia o primeiro resultado de um trabalho de pesquisa de campo, realizado em 2000, por uma equipe de 22 alunos, sob a coordenação de três professores do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

5 Os condomínios próximos da favela, Floresta da Barra e Moradas do Itanhangá, são assim denominados pelos moradores de Rio das Pedras.

encontro com os moradores e as transmissões radiofônicas locais surgiram novas perguntas: Quem de fato quer fazer uma rádio comunitária? Como se faz rádio comunitária em Rio das Pedras? Quais conceitos os criadores dessas emissoras utilizam nas atividades radiofônicas? Como esses conceitos são operacionalizados? Em quais categorias as transmissões radiofônicas de Rio das Pedras estão inseridas?

Um dos pontos que suscitaram questionamentos acerca do funcionamento das emissoras dessa localidade diz respeito ao Artigo 10º, da Lei 9.612, que confere apenas uma autorização para funcionamento de emissora de radiodifusão comunitária a cada comunidade beneficiada, desde que esteja vinculada a fundações e/ou associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço. Embora se intitulado rádios comunitárias e reconhecidas pelos moradores e pela Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP), as rádios locais se mantêm aquém do perfil descrito nesse artigo, pressupondo a hipótese de informalidade de funcionamento.

A instituição do Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil trouxe para a academia estudos sobre o tema apresentados na forma de dissertações de mestrado, teses de doutorados, publicações de livros e artigos de periódicos. O passo a passo das lutas dos movimentos sociais pela democratização da comunicação no país, pelo direito de acesso do público aos meios de comunicação de massa, a utilização da rádio comunitária como ferramenta para o ensino de comunicação nas escolas, as reivindicações de entidades de RadCom que apóiam as lutas das rádios comunitárias no estado pelo fim da repressão⁶ e modificações na Lei e agilidade nos processos que tramitam no Ministério das Comunicações são alguns dos objetos pesquisados. O presente estudo pretende oferecer janelas à compreensão do funcionamento das emissoras existentes na favela Rio das Pedras e o conhecimento acerca da articulação do conceito de rádio comunitária reproduzido pelos atores envolvidos nas transmissões radiofônicas. Nesse intuito, foram realizadas entrevistas longas nos locais onde essas atividades são desenvolvidas.

Rio das Pedras é uma favela recente, em comparação com outras existentes no Rio de Janeiro, que se encontra em expansão acelerada nos aspectos social, populacional e

⁶ A principal reivindicação das entidades era a formulação de uma lei específica que tratasse do fenômeno das radcom e com a regulamentação do serviço, evitar as repressões policiais às atividades das rádios. Na ausência de um texto legal específico, os juizes recorriam ao obsoleto Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, documento que não vigora mais para o setor de telecomunicações, mas ainda arbitra sobre radiodifusão no país, cujo artigo 70 criminaliza a prática da radiodifusão alternativa (LEAL, 2007).

geográfico. Ainda que o crescimento desordenado permita o ingresso de novos atores na sua rotina, entre os seus moradores é percebida a existência de uma hierarquia dos mais antigos sobre os mais novos, recém-chegados, ou os que buscam aproximação com a associação de moradores para solução de problemas pessoais. Assim acontece também com as emissoras de rádio da localidade. Os criadores das três emissoras que integram este estudo têm forte identificação com o lugar, mesmo com origens e trajetórias de vida diferentes. O mais antigo chegou a Rio das Pedras no período da formação da favela e se dedicou à realização de bailes noturnos e festas de rua. Hoje, dono da *Rádio PJ*, faz transmissões radiofônicas pelas caixinhas com alto-falantes espalhadas na favela. O segundo, também morador antigo, fundou e presidiu por vários mandatos a Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP). Iniciou suas atividades abrindo um bar no comércio local, com equipamentos de transmissão doados pela *Rádio PJ*, criou a *Rádio 90.9 FM*, que é administrada pela filha mais nova. O terceiro, chegou à favela há mais de 20 anos, e há sete criou a *Rádio 103,3 FM*. A análise das histórias de vida dos criadores das emissoras permitirá o entendimento sobre objetivos comuns aos criadores das emissoras.

O desenvolvimento da minha pesquisa sobre as rádios nessa favela foi favorecido pela observação participante no campo, como principal estratégia metodológica que propiciou um ambiente amistoso para realização das entrevistas de história de vida dos proprietários das emissoras, permitindo-me compreender suas relações com a comunicação radiofônica, objetivos e expectativas com relação ao futuro das emissoras da localidade. Também as entrevistas informais com colaboradores do cotidiano das rádios e pessoas comuns da localidade foram consideradas para esclarecimento dos pontos que completaram as lacunas deixadas pelos outros entrevistados envolvidos na dinâmica das atividades radiofônicas. As anotações do caderno de campo contribuíram para contextualização das informações coletadas, acrescentando detalhes sobre a fala, expressões faciais e comportamentais dos entrevistados, e ainda sobre o ambiente, diálogos e vivências nos contatos diretos com atores sociais de Rio das Pedras, permitindo o estabelecimento de uma síntese analítica das relações entre os discursos produzidos pelos proprietários das emissoras.

O resultado da pesquisa apresenta no Capítulo I, “Rio das Pedras: nascente de uma história”, um histórico da favela Rio das Pedras, do primeiro assentamento de casas naquela área, nos anos 1950, o surgimento da favela, nos anos 1960, à eleição realizada na

Associação dos Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP), em 30 de novembro de 2008. A criação da associação de moradores e a instituição arbitrária de um controle interno para expulsão dos elementos indesejáveis da favela, desses fazendo parte os traficantes e o tráfico de drogas, induziram no imaginário dos moradores o sentimento de segurança e tranquilidade, creditados à presença de uma “polícia mineira”, recentemente chamada de milícia, no controle local. No auge das notícias sobre a intervenção das instituições da segurança pública na favela, pelo assassinato da suposta liderança local, além de tentativas de homicídios, Rio das Pedras entrou no horário nobre da Rede Globo de Televisão, através de uma novela com perfis de moradores conhecidos da favela, apresentados com nomes fictícios, mas identificados nos personagens e na cenografia montada com paisagens reais, revivendo atos da sua história no mundo do faz de conta. E, ainda, na realização da eleição para presidente da AMARP, a expressão de esperança por uma fase nova na história de Rio das Pedras.

Os discursos dos moradores apresentados no Capítulo II, “A dinâmica da sociabilidade em Rio das Pedras”, indicam que a ausência do tráfico de drogas na favela trouxe um acelerado e desordenado aumento populacional para a localidade. Mostram, ainda, que as várias origens dos moradores não interferem na sociabilidade da favela. O predomínio da população nordestina influencia o gosto musical do lugar, que adota o forró como o ritmo preferido nas festas domésticas e, também, nos botecos, bares e restaurantes que apresentam música ao vivo, com cantores e grupos de forró. A dualidade entre tranquilidade e violência, assume lugar comum na rotina dos moradores de Rio das Pedras. O funk do *Castelo das Pedras*, embora rejeitado por alguns moradores, se beneficia das regras internas de controle da favela para realização dos bailes mais conhecidos da cidade, atraindo milhares de pessoas de dentro e de fora da favela. E ainda os outros usos do espaço do *Castelo* para os moradores da localidade.

O Capítulo III “Da irradiação à Radiodifusão Comunitária (Lei nº 9.612, de 19/2/1998)” apresenta o rádio como meio popular de comunicação, o surgimento das emissoras clandestinas; a Lei 9.612, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária e o Decreto 2.615 (03/06/1998), que aprova o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, e a pesquisa da rádio comunitária na visão do público.

A “Rádio Comunitária de Rio das Pedras: um estudo de caso” é apresentado no Capítulo IV com a trajetória do rádio na favela através dos discursos dos fundadores,

como o conceito de rádio comunitária de Rio das Pedras é percebido pelos seus criadores e as perspectivas sobre o futuro das rádios de Rio das Pedras.

Infelizmente, durante o trabalho de campo não foi possível colher depoimentos dos dirigentes da administração da AMARP, tendo em vista as condições políticas do período (março-2007 a dezembro-2008), ficando os pontos relativos à administração da associação esclarecidos pelos informantes que colaboraram com a minha pesquisa e por aqueles que me concederam entrevistas de suas trajetórias de vida.

CAPÍTULO I - Rio das Pedras: nascente de uma história

O alto índice de violência registrado pela presença de traficantes de drogas em todo o estado do Rio de Janeiro faz com que qualquer lugar em que essa presença maligna esteja ausente seja percebido como um oásis pelos que procuram um lugar onde se possa viver com dignidade e em segurança. “Na ausência do tráfico de drogas, além de se fortalecer o mercado imobiliário interno, e os negócios em geral, a favela torna-se mais aberta a uma crescente participação de voluntários, animados em realizar projetos junto a ‘comunidades carentes’” (Burgos, 2002:34). No caso de Rio das Pedras, os moradores creditam esse bem-estar e segurança ao poder exercido pela Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP) no controle da favela, colocando-a numa posição diferenciada em relação à maior parte das favelas existentes na cidade do Rio de Janeiro.

Google Earth, 12/2007)



Foto 1 - Vista aérea da favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, Rio de Janeiro

A história da ocupação de Rio das Pedras foi iniciada com o estabelecimento do primeiro núcleo na década de 1950, num modesto aglomerado de casas de funcionários e aposentados do Itanhangá Golf Club, situado no Itanhangá, sub-bairro da Barra da Tijuca, e do Jockey Club Brasileiro, situado na Gávea, bairro da Zona Sul. Nos dez anos seguintes, um conglomerado de barracos, predominantemente de trabalhadores e familiares de origem

nordestina, estendeu-se sobre terrenos privados num morro e sobre as margens da lagoa da Barra da Tijuca.

[...] foi com o *boom* da construção civil, na Barra da Tijuca, que se deu a transformação do cenário da favela. As obras de construção da infra-estrutura (notadamente a viária) e dos condomínios fechados (voltados para as classes A e B que até hoje aspiram fazer da Barra a Miami da América do Sul), na região atraíram grande contingente de mão-de-obra constituída especialmente por imigrantes nordestinos. Ou por não encontrarem moradias para se abrigar com suas famílias, ou em decorrência da desmobilização dos canteiros de obras, estes imigrantes acabaram por instalar-se em abrigos precários ao longo da Estrada de Jacarepaguá, única ligação entre os novos espaços abertos junto ao mar e os “celeiros” de mão-de-obra barata. (FREIRE-MEDEIROS; CHINELLI, 2003: 8)

O surgimento da favela ocorreu nos anos 1960, nas margens do Rio das Pedras, em Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, tendo como vizinhos os sub-bairros do Anil e Gardênia Azul (localidades de Jacarepaguá) e o Itanhangá (Barra da Tijuca). Sua população, formada por aproximadamente 60% de imigrantes nordestinos, registrou no último censo realizado pelo IBGE, em 2000, um total de 39.862 habitantes⁷, o que a posiciona como a quarta favela em população no Rio de Janeiro.

No final da década de 1960, ameaçados de expulsão pelos proprietários das áreas ocupadas, os moradores conseguiram, junto ao governo Negrão de Lima⁸, a desapropriação do terreno. O acordo feito pelo poder público com os moradores, acerca dos limites demarcados para ocupação, não foi respeitado e a favela começou a se expandir nos anos 1970, prosseguindo seu crescimento populacional acelerado nas décadas seguintes.

A lógica da ocupação [...] fica bastante evidente nos depoimentos de moradores antigos [...]: “Tudo aqui era do meu pai. Meu pai criou boi ali, não tinha casa nenhuma, isso aqui era um matagal. Depois minha mãe vendeu um pedaço...”. Na mesma linha, outra moradora afirma: “isso aqui era tudo do meu avô... Aí, para cada filho, ele foi dando um pedacinho de terreno...”. (BURGOS, 2002: 36).

I.1 – Da informalidade à força do poder

A ocupação desordenada da área trouxe tipos diversos de pessoas e, também, de problemas à então recém-criada favela. Preocupados com a proteção dos espaços ocupados e a segurança das suas famílias, os moradores estabelecidos iniciaram uma mobilização

⁷ Segundo estimativas publicadas no jornal *Extra* (Sessão Extra, 07/11/2007), em 2007 a densidade populacional da favela extrapolou as estimativas desse estudo, apresentando um crescimento de aproximadamente 150%.

⁸ Francisco Negrão de Lima foi governador do Estado da Guanabara no período de 1966 a 1971.

interna em conversas informais e posteriores reuniões onde tratavam das questões de interesse coletivo, principalmente àquelas relacionadas às invasões de terra, disputas por espaço com agressões físicas, roubos, furtos e assassinatos que começavam a acontecer. A partir desses encontros, alguns moradores resolveram se unir para expulsar (ou eliminar) os maus elementos que desrespeitassem os moradores e suas famílias, inclusive aqueles que cometessem roubos e furtos na favela.

Entre os moradores da favela havia alguns policiais, que teriam lançado mão dessa condição para desbaratar o grupo [de marginais] e prender suas lideranças. Em outro episódio, um homem da liderança desse grupo [de moradores] que havia sido humilhado por “bandidos e traficantes”, habitantes da favela, surge com a proposta de praticar justiça com as próprias mãos. Como no cangaço, esses justiceiros de Rio das Pedras praticaram toda a sorte de violência e arbítrio, sempre tendo como fonte de justificativa a perseguição ao uso ou tráfico de drogas. Segundo o testemunho de um morador antigo da favela, a segurança da localidade “era um cangaço bom, pois não deixava entrar bandido, vagabundo, mas depois começou a inchar e explorar moradores” (Burgos, 2002:61-62).

Esse parece ser o mito de origem da “polícia mineira” como fenômeno generalizado (mas não universal) nos territórios de pobreza. Mesmo sendo responsável pela imposição de uma ordem social, os membros da “mineira” aparecem como heróis civilizadores, homens valentes que valorizam o trabalho honesto e garantem a ordem em um ambiente, assumindo o perfil de retidão viril do imigrante nordestino, um tipo social caracterizado por uma rígida ética do trabalho expressa através de um estilo de conduta agressivo e grosseiro, que faz parte do imaginário local. (Mesquita, 2008: 228-229)⁹

Também no imaginário dos moradores de Rio das Pedras, a Associação de Moradores teria, de algum modo, sucedido esse grupo na função de controle social, com critérios mais transparentes. Um antigo morador da favela, entrevistado por mim durante a pesquisa, registrou suas lembranças do tempo em que se dedicou à Associação:

[...] tudo era feito com dedicação e honestidade. A gente juntava um grupo, se reunia para decidir as coisas e resolvia tudo para a comunidade, sem problemas. Não é nada difícil... é só fazer tudo direito, honestamente, que dá certo. Agora, tem pessoas que não querem assim e fazem coisas erradas... Aí, morrem.

I.2 – A Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP)

Um outro grupo de moradores decidiu se dedicar ao controle do espaço físico para intermediar e negociar com moradores novos e estabelecidos e com as instituições privadas e o poder público buscando benefícios diversos, melhoria das condições de moradia e o aumento do espaço para a favela. Esse grupo continuou se reunindo nas residências e posteriormente numa creche localizada na praça da área central da favela, conforme descrito por um antigo morador na entrevista realizada por mim, em julho de 2008.

Quando eu vim para aqui, já tinha associação de moradores... Precária, mas tinha. Aqui, a associação de moradores era assim... olha [o entrevistado desenha numa folha de papel um mapa da favela na época em que chegou em Rio das Pedras], aqui era assim... aqui era um campo grande...campo; aqui é rua... aqui era o campo de futebol [...] Associação... Só era uma creche que tinha aqui e um barraco no fundo [continuava desenhando o mapa de Rio das Pedras dessa época]. Barraco onde estavam as coisas. Onde a associação estava, era uma creche.

A decisão de fundação de uma associação de moradores e a escolha de um presidente para representar os moradores de Rio das Pedras foi formalizada em 1979, segundo o relato de Léo Magalhães (Leonardo Faria Magalhães), primeiro presidente da Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP), registrado na entrevista que realizei em janeiro de 2008.

[...] vou fazer 39 anos que estou morando aqui em Rio das Pedras. Minha vida em Rio das Pedras sempre foi... Primeiro quando eu vim pra cá a primeira idéia que veio na minha cabeça, eu achei que havia na época, uma necessidade de unir o povo. E nessa união a gente sugeriu a fundação de uma associação de moradores. Isso aconteceu de 1978 para 79. Aí eu reuni o grupo, na época 16 pessoas, reuni os moradores, fizemos reuniões e fundamos a associação, conseguindo registrar em 1º de abril de 1979. [...] Eu fui presidente, vice-presidente, tesoureiro, presidente do conselho fiscal, presidente de comissão cinco vezes. Na realidade, eu trabalhei na associação quase vinte anos diretos e em vários cargos. Eu fui o primeiro presidente, em 1979. Depois de mim foi Antônio da Silva Machado, já falecido. Na época o mandato era de um ano só. A gente não tinha experiência, então o mandato era de um ano. Eu fiquei dois anos seguidos. No terceiro ano, peguei um vice-presidente meu que hoje também é falecido, troquei o lugar de presidente. Ele tirou um ano e depois saiu, aí entrei novamente. Enfim, foi feito dando alternativas, e eu fiquei quase vinte anos trabalhando na associação.

9 “‘Tranquilidade’ sob uma ordem violenta: o controle social da ‘mineira’ em uma favela carioca”. In: *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Machado da Silva, L.A. (org.); Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2008.

I.3 – A favela e a construção do território

A extensão da favela Rio das Pedras é dividida em subáreas, de acordo com a cronologia de ocupação espacial, onde os nomes são reconhecidos pela AMARP e usados regularmente pela população local: Rio das Pedras (núcleo inicial da favela, 1969), Vila dos Caranguejos (1983), Areal I (1989), Areinha, Areal II, Pinheiro¹⁰ (1991 a 1993) e Pantanal (1998). Como em qualquer outro lugar habitado por uma densa massa populacional, a favela está organizada por uma hierarquia imposta pelo poder político, econômico e social de seus moradores, embora todas as subáreas sejam consideradas pelos moradores de livre acesso.

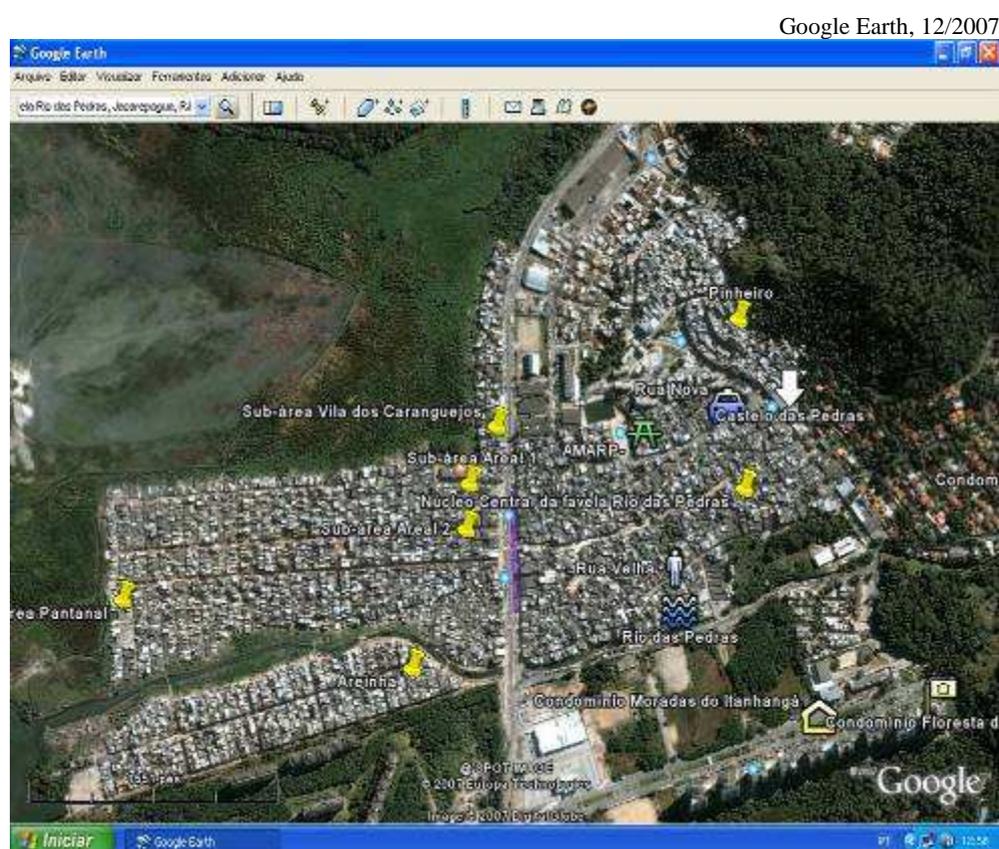


Foto 2 - Vista aérea de Rio das Pedras, com a localização das subáreas da favela e condomínios vizinhos no Itanhangá

No artigo “Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras”, Burgos (2002: 45 a 56) observa que, diversamente das favelas mais tradicionais, Rio das Pedras não tem elite cultural bem definida que rivalize com sua elite política e econômica, por isso parece haver uma superposição entre o social, o político e o econômico, sugerindo que o poder está mais

10 A subárea Pinheiro foi contemplada, a partir de 1996, com o projeto Favela-Bairro do Programa de Intervenção Urbana nas Favelas da Prefeitura do Rio de Janeiro.

concentrado, mesmo recortando o território em áreas: 1) Periféricas – Pantanal e Areal II marcadas por um nível expressivo de pobreza; 2) Intermediárias – Vila dos Caranguejos, Areal I e Areinha apresentando melhor estrutura urbana; 3) Centrais – alta densidade populacional, aparentando melhores aspectos econômicos e sociais, compostas pelo núcleo original de Rio das Pedras e o Pinheiro. Considera ainda a existência de um gradiente de pertencimento, onde o território fixa posições sociais internas, mas não cancela a mobilidade.

Na pesquisa de campo mantive contatos com moradores das áreas periféricas e intermediárias e circulei pelas ruas, vielas e becos das subáreas, Areinha, Areal I e II, Pantanal e Vila dos Caranguejos, acompanhada de uma moradora do Areal II, para conhecer e observar a ocupação dos espaços e a rotina dos moradores desse lado¹¹ da favela. Numa tarde, sem compromissos de horários, Fernanda (nome fictício) e eu resolvemos seguir pela Avenida Daniel Marinho, na Areinha, que começa na margem do Rio das Pedras, do lado direito da Avenida Engenheiro Souza Filho no sentido de Jacarepaguá para a Barra da Tijuca. Em toda a extensão de barro batido, a avenida, em certa altura, faz uma bifurcação: à esquerda, com largura para circulação de veículos em mão dupla, continua com o mesmo nome, paralela aos condomínios abandonados¹² até a área do Pantanal; e à direita, a Rua do Canal, nominada pelos próprios moradores, segue se estreitando nos dois lados do leito do rio. Nessa área, as margens do rio ainda não receberam tratamento adequado, chegando à lagoa com aspecto de vala, por onde escoam os esgotos da favela.

Continuamos o trajeto para o Pantanal pela Avenida Daniel Marinho até as margens da lagoa da Barra da Tijuca. Nessa área, encontramos restos de casas demolidas, sobras de materiais de construção espalhados ao largo do caminho e novas moradias de alvenaria sendo construídas. Atravessamos o canal na direção do início do Areal II. Retornamos pelo Areal I e, um pouco mais à frente, de volta pela Avenida Engenheiro Souza Filho, já no Areal II, entramos no espaço reconstruído depois do incêndio ocorrido

11 Caracterizei assim essa área da favela considerando que a Avenida Engenheiro Souza Filho é uma importante via de ligação dos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, dividindo simbolicamente a favela: de um 'lado', os moradores que ocupam as áreas que se estendem até as margens da Lagoa da Barra da Tijuca e o morro da Panela (Jacarepaguá) e do 'lado' oposto à avenida, a ocupação que se estende até a encosta das montanhas do maciço da Tijuca, cortada pela Estrada de Jacarepaguá na parte baixa das montanhas, onde estão localizadas as áreas mais urbanizadas e desenvolvidas da favela: Rio das Pedras (núcleo original e mais antigo) e o Pinheiro.

12 Esses prédios foram invadidos e saqueados pelos moradores de Rio das Pedras, em 1990, num episódio de luta pelo espaço da favela, entre moradores e os proprietários dos terrenos invadidos (Burgos, 2002: 40-41).

no dia 13 de agosto de 2006, quando aproximadamente 500 barracos de madeira e de alvenaria das ruas 20 a 26 foram destruídos pelo fogo¹³.

Embora alguns barracos de madeira tivessem sido reconstruídos em alvenaria depois do incêndio, grande número de moradores teria perdido seu espaço no local por não ter recursos financeiros para refazer suas moradias de alvenaria. Outra versão sustentada por moradores conta que, após a limpeza da área incendiada, a Associação dos Moradores tomou posse do terreno para reurbanização daquela área da favela. Algumas famílias se abrigaram em construções inacabadas e abandonadas próximas da área, enquanto outros desabrigados foram removidos para um barracão construído, emergencialmente, num terreno particular, próximo do local onde ocorreu incêndio. Passados dois anos dessa tragédia, estes desabrigados continuam no mesmo terreno, onde foram improvisadas instalações clandestinas de água e luz, e um banheiro coletivo, aparentemente registrando o surgimento de uma nova favela.

Continuamos entrando pelos becos e vielas do Areal II até encontrar novamente a rua do canal. Observamos os prédios de seis andares construídos e outros ainda em construção em vários pontos da localidade que contrastam com as moradias de alvenaria aglomeradas nas vielas e becos do entorno, impondo, grosso modo, um visível investimento imobiliário na favela.

O barro seco das ruas movimentava uma névoa rasteira de poeira até as entradas das casas. Nos dias de chuva essas áreas se transformam em lamaçais e, não poucas vezes, carros e pedestres cruzam poças de água formadas pela falta de escoamento, contribuindo para o aumento dos buracos existentes e aparecimento de outros novos pelo caminho. Sem asfaltamento, as ruas transversais da Areinha são espaçosas, lembrando a influência da Associação de Moradores no controle da demarcação da terra e no monitoramento da ocupação desses espaços da favela, descritos por Burgos (2002: 35-41). A largura das ruas principais contrasta com a das vielas e becos de acesso às moradias construídas desordenadamente. Na Areinha as vielas e becos têm nomes de frutas, no Areal II são identificados por números, e no Areal I por nomes de flores. As ruas principais, com espaço para trânsito de veículos, têm nomes oficiais, a exemplo da Rua Luiz Carlos da Conceição, Av. Luís Carlos Moraes da Rocha, Rua Leonel Brizola, José Carlos da Silva que começam na Avenida Engenheiro Souza Filho e dão acesso às áreas do Pantanal e Vila

13 <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL141878-9101,00.html> – acesso: 24/8/2008.

dos Caranguejos, onde encontramos a pastoral católica da Igreja de Nossa Senhora de Fátima e a Escola Municipal Rio das Pedras (Areal I), que são referências para os moradores dessas áreas.

A expansão acelerada de Rio das Pedras e sua valorização crescente no mercado imobiliário transformaram barracos de madeira em construções de alvenaria de um a três andares, além dos prédios de cinco ou seis andares que se espalham em toda a extensão da favela, com lojas comerciais funcionando no andar térreo, principalmente nas áreas centrais. Em poucos locais, como no final do Pantanal, ainda existem barracos de madeira que caracterizam moradias de recém-chegados à favela. A maioria dos barracos foi reconstruída em alvenaria através de mutirão dos próprios moradores, incluindo a Vila dos Caranguejos, próxima ao sub-bairro do Anil.

Os moradores de Rio das Pedras vivenciam contrastes de tipos de moradias: prédios de apartamentos com um ou dois quartos, sala, cozinha e banheiro; quitinetes com banheiros internos, ou coletivos; casas de dois andares, aparentemente resultantes da necessidade de espaço para a família; outras ainda construídas pelos próprios moradores para substituição das madeiras do espaço onde conjugam banheiro, cozinha, sala e quarto no mesmo ambiente. Estas últimas são encontradas nas vielas e becos onde a ocupação remete ao formato inicial da favela: um pequeno pedaço de terra com colunas de madeira fixadas no chão e madeirites¹⁴ fechando as laterais e a frente com uma porta que, geralmente sem espaço para janela, permanece aberta para ventilação interna da casa.

Nas áreas onde as construções são mais estruturadas, a distribuição de água potável e o escoamento do esgoto passam por tubulações enterradas no chão, enquanto nas áreas comuns os próprios moradores, previamente autorizados pela Associação de Moradores¹⁵, fazem ligação de canos de uma ou 3/4 de polegada, que seguem quilômetros estendidos no chão a céu aberto pela favela, paralelos nas laterais das pontes sobre o canal. Devido ao longo percurso para abastecimento dessas áreas, a falta de água é freqüente. Este fato justifica o expressivo número de bombas de água instaladas pelos próprios moradores e, também, o aumento da carência de toda natureza para os que não têm recursos financeiros para aquisição do equipamento. A distribuição de energia elétrica se

14 Essas placas são de madeira aglomerada, compradas de segunda mão, ou trazidas pelos próprios moradores das sobras de obras.

15 Segundo moradores da favela com quem conversei, as autorizações são obtidas mediante pagamento de uma taxa à Associação de Moradores.

assemelha a essa estrutura: relógios individuais colocados externamente em prédios e casas com fios se juntando nos postes das ruas, vielas e becos, formando um emaranhado de fios estendidos por toda a extensão da favela.

No Pantanal e na Vila dos Caranguejos o esgoto corre a céu aberto, pelas laterais e fundos das casas na direção do rio e da lagoa da Barra da Tijuca, onde presenciei crianças brincando nos córregos, molhando as mãos e lavando seus brinquedos.

Os sobrados e as casas construídas no Pantanal têm alicerces com cerca de um metro ou mais de profundidade e um de altura do solo, para proteger sua estrutura da possibilidade de afundamento. Encontramos também barracos de madeira e de alvenaria com diferença de 50 centímetros do piso interno abaixo do nível da rua.

Na saída do Pantanal encontramos alguns barracos com anúncio de venda. Paramos em frente a um terreno pequeno entre dois barracos. O espaço de aproximadamente três metros de largura por quatro metros de comprimento, em chão de terra batida, tinha quatro colunas de madeira enterradas no chão sustentando o telhado, com o fundo e a frente fechados por pedaços de madeira. Percebi movimento de pessoas dentro do barraco, então, pedi à Fernanda para chamar o dono da casa e perguntar o preço. O homem que nos atendeu respondeu que o barraco estava sendo vendido por oito mil reais. Ela perguntou se a casa tinha documento da Associação. Este respondeu que sim, mas que estava em nome do morador anterior. Sobre o referido documento, a moradora explicou que a AMARP cadastra todos os terrenos e imóveis da favela e dá um comprovante do cadastro ao morador. Se este não tiver esse documento de registro, a Associação não reconhece a negociação e exige que os moradores/invasores se retirem da área.

Areinha, Areal I, Areal II, Pantanal e Vila dos Caranguejos são áreas bastante populosas, com densa circulação de moradores, tanto nos horários de *rush*, como à noite no retorno do trabalho, quando circulam pelas áreas ou se reúnem em bares e lojas próximas das residências. O movimento do comércio no interior dessas áreas é voltado para o consumo interno dos moradores: padaria, barbeiro, botequim (boteco), lojas de produtos básicos de alimentação, higiene e limpeza, diferente das áreas centrais da favela, onde a circulação de moradores, pessoas de fora e de veículos amplia as opções para os mais diversificados tipos de comércio.

As áreas centrais de Rio das Pedras têm papel significativo para a economia local e oferecem aos seus moradores um sentimento de ascensão social, devido à concentração de um comércio variado e desenvolvido, que atrai um expressivo número de clientes externos, que também participam das atividades sociais e de entretenimento da localidade. Estes aspectos foram igualmente registrados na pesquisa comparativa “Favela e redes solidárias: formas contemporâneas de mobilização e organização popular no Rio de Janeiro”, realizada por Bianca Freire-Medeiros e Filippina Chinelli, apresentada em agosto de 2003 no Centro de Pesquisa de População da Universidade do Texas, em Austin, nos EUA. As autoras destacam:

Há que se levar em conta que Rio das Pedras possui uma considerável população flutuante. Apesar de o uso do solo ser de natureza eminentemente residencial, seu diversificado comércio atende não apenas à população local, mas também moradores dos condomínios de classe média da região [e dos bairros vizinhos]. São bares, salões de beleza, academias de ginástica, vídeo locadoras, auto-escolas, oficinas de carros e uma enorme quantidade de casas de material de construção, o que evidencia o constante crescimento de alguns setores em linhas verticais (principalmente o setor de Rio das Pedras) e horizontais (setor de Areal 1 e Areinha). (FREIRE-MEDEIROS; CHINELLI, 2003:8)

Em contatos com os moradores de Rio das Pedras é possível observar a preferência pelo uso do conceito comunidade¹⁶ para designar prerrogativas de desenvolvimento social e econômico, segurança, tranquilidade, variedade de entretenimentos, comércio e moradia. Entretanto, se o assunto envolve ganhos de benefícios diversos para o local, quer privado ou público, a categoria favela aparece com maior peso de representatividade. Entre os próprios moradores, favela também é usada como força de expressão nas críticas ao mau comportamento de pessoas ou grupos de moradores: “... Isto é coisa de favela! [...] É favelado, mesmo!”

I.4 – Segurança e a tranquilidade no imaginário dos moradores

Ao contrário de outras favelas do Rio de Janeiro, que vivenciam suas rotinas diárias entre confrontos de facções rivais do tráfico de drogas, e destes com a polícia, Rio das Pedras, como dito anteriormente, se destaca pela ausência de quadrilhas de traficantes

16 Segundo Sayonara Leal (2007), o termo comunidade é polêmico e polissêmico, dando origem a várias interpretações e conceitos. De um lado, temos as correntes sociológicas de influência anglo-saxã que pensam a comunidade como uma formação social definida pela proximidade territorial. De outro, temos a abordagem da sociologia francesa que entende, grosso modo, a comunidade como uma formação social determinada pela origem étnico-cultural de seus membros. No presente trabalho foi considerado o uso da categoria favela para todo o texto.

de drogas ilícitas. Segundo seus moradores, esse fato seria uma das razões do aumento considerável da sua densidade populacional nos últimos oito anos. Os novos habitantes procuram segurança e tranqüilidade, que são vantagens exaltadas pelos moradores que lá residem, quando questionados sobre qual seria o melhor lugar para se morar na cidade:

É Rio das Pedras, não tem outro lugar igual a este aqui para você morar em paz, soltar seu filho... tem lugar que você deixa seu filho em casa e quando volta seu filho está com uma 45 na cintura, mandando em você já. [...] Aqui você pode criar seu filho, pode soltar na rua, não tem problema de droga, tráfico, você não precisa ficar preocupado, não tem ladrão, não tem pessoa que invade [...]. (BURGOS, 2002: 64)

Na percepção dos moradores, esta tranqüilidade é creditada ao controle exercido por uma “polícia mineira” ou, simplesmente, “mineira”, e ainda recentemente chamada de milícia¹⁷, que regula não só o comportamento das pessoas, mas toda a vida da favela, marcando presença em todos os lugares e eventos da localidade, em qualquer hora do dia ou da noite, não sendo possível aos moradores a identificação individual dos integrantes desse grupo e do universo dos que fazem parte do monitoramento da favela.

A atuação de grupos de milicianos tem sido tema de debates sociais e políticos apresentando questionamentos sobre políticas de segurança pública, que trazem à tona pontos críticos de ineficiência dos órgãos públicos responsáveis pela segurança e garantia dos direitos civis do cidadão. Em tese, a demora de respostas eficazes por parte das autoridades do Estado teria motivado o surgimento dos grupos organizados, comandados por policiais, ex-policiais e bombeiros, que arbitrariamente tomaram para si a decisão sobre as estratégias eficazes para coibir o domínio e as ameaças de invasão de traficantes de drogas, caracterizando desta forma a presença de um “poder paralelo” ao Estado. A favela Rio das Pedras foi indicada como pioneira nesse tipo de práticas, pelas instituições de segurança pública.

Embora nossas pesquisas não sejam conclusivas a esse respeito, tudo indica que a segurança de Rio das Pedras esteja a cargo de policiais que moram ou freqüentam a favela e que, por sua condição profissional, têm facilidade para mobilizar colegas a fim de coibir práticas consideradas indesejáveis. Mas, como estamos em um território da cidade informal, o grau de arbítrio desse tipo de segurança pública é fracamente regulado pelo ordenamento jurídico, estando amplamente permeável a uma moralidade local [...].(BURGOS. 2002: 63)

17 Influenciados pela mídia, no acompanhamento das ocorrências através dos meios de comunicação (jornais, rádios comerciais, páginas na internet e televisão), os moradores da favela também passaram a utilizar o termo milícia para designar a atuação da mineira no interior da favela.

I.5 – A favela na mídia

No início de 2007, a rotina de Rio das Pedras foi alterada por denúncias públicas sobre a existência de uma milícia no controle da favela. A localidade passou a ter destaque na mídia a partir do assassinato¹⁸ do suposto chefe da milícia local, o ex-inspetor da Polícia Civil, Félix dos Santos Tostes, membro de uma das antigas famílias de Rio das Pedras. Félix era amigo do ex-presidente da Associação de Moradores de Rio das Pedras (AMARP), Josinaldo Francisco da Cruz, também antigo morador do local, conhecido como Nadinho de Rio das Pedras¹⁹, eleito vereador em 2004²⁰ no Município do Rio de Janeiro. Após investigações promovidas pelas autoridades policiais, em novembro desse mesmo ano Nadinho seria preso preventivamente por decisão do Ministério Público como mandante do crime²¹, junto com os outros cinco acusados de participação no homicídio. Os acusados foram soltos, posteriormente, 24 dias após suas prisões²².

No artigo “A quem interessa a morte de Félix”²³, o deputado federal Marcelo Itagiba, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Rio de Janeiro, ex-secretário de Segurança Pública desse estado (2004-2006), faz um perfil do inspetor Félix, descrevendo as benfeitorias atribuídas ao inspetor para Rio das Pedras, e também enumera as supostas razões que teriam contribuído para o mencionado crime.

A quem interessava a morte de Felix? Interessava também aos traficantes porque abre a possibilidade de estabelecer em Rio das Pedras o comércio de drogas que já se encontra instalado na Cidade de Deus e na Rocinha [...]. [...] a alguns políticos que não admitem a pluralidade democrática e, por isso, não se conformam com o fato de que, em Rio das Pedras, todos os candidatos têm livre acesso, sem qualquer privilégio típico dos chamados “currais eleitorais”. [...] também, aos milicianos que, covardemente procuram dominar as comunidades, oprimindo os moradores e extorquindo-lhes valores mensais por serviços e pela falsa segurança prestada. [...] Interessava a todos os drogados da elite, conhecidos e anônimos, que no fundo, desejam a permanência do tráfico nas comunidades para manutenção dos seus vícios [...]. Por fim, a morte do inspetor Félix também interessava às pessoas que aproveitam da insegurança pública e

18 “Milícia em Rio das Pedras. Policial morto já teria sucessor. Moradores de favela de Jacarepaguá dizem que homem que controla vans deve assumir posto de Félix”. Rio de Janeiro, 25/02/2007, *Extra*, Geral, p. 20.

19 “Nadinho está na lista de suspeitos do crime. Vereador depõe sobre a morte de Félix”. Rio de Janeiro, 06/03/2007. *Extra*: p. 10.

20 “Presidente do TRE diz que caso é preocupante. Para o desembargador, fenômeno pode representar desigualdade de chances entre candidatos, ameaçando democracia”. Rio de Janeiro, *O Globo*, 11/02/2007; p.23.

21 “Caso Félix Tostes - Nadinho atrás das grades – Procurado pela polícia há quatro dias, vereador chegou ao Tribunal de Justiça sozinho e a pé”. Rio de Janeiro, (27/11/2007). *Extra*, Geral, p.10

22 “Crime na Zona Oeste – Da carceragem para a Câmara – Justiça manda soltar Nadinho de Rio das Pedras e dois policiais acusados do assassinato de inspetor”. Rio de Janeiro, (20/12/2007) *Extra*, Geral, p.13

23 Artigo divulgado na internet em 27 de fevereiro de 2007, através da página Tribuna Livre, do portal da Federação dos Policiais Federais (FENAPEF).

nada apresentam de concreto para modificá-la, talvez por desejarem mantê-la, [...], por uma questão de sobrevivência profissional. (ITAGIBA: 2007).

A trajetória de cenas de violência continuou em mais dois episódios. No dia 24 de novembro de 2008, a viúva de Félix Tostes, Maria do Socorro Tostes, sofreu um atentado²⁴ ao sair de sua residência no Itanhangá, bairro contíguo ao Rio das Pedras. Segundo artigo publicado no jornal *O Globo*, a polícia estava investigando se o atentado contra a viúva do policial seria um acerto de contas entre grupos que disputam o poder na favela Rio das Pedras. Com o falecimento de Félix, Maria do Socorro assumiu o controle dos negócios da família dentro da favela. Uma semana depois dessa ocorrência (01/12/2008), o vereador Nadinho também sofreu um atentado²⁵ quando chegava à noite a sua residência, na Rua Nova, em frente à Praça da Associação, em Rio das Pedras. A análise desses últimos acontecimentos necessitaria de um estudo mais aprofundado do tema para sua compreensão.

I.6 – Eleições na AMARP

A morte do policial civil Félix Tostes, em fevereiro de 2007, parece ter deixado uma significativa lacuna de liderança e poder na Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras. O grupo que comandava a AMARP, junto com o presidente Eli Bittencourt, já demonstrava desgaste pelo excesso de exposição da rotina da favela na mídia. Além disso, contabiliza-se ainda a intervenção das autoridades da segurança pública, estadual e federal, evidenciada nas investigações sobre as ações de grupos de milícias no controle das favelas cariocas, que resultou no afastamento do policial civil Félix Tostes dos gabinetes da Corregedoria da Polícia Civil e seu assassinato mais de um mês depois dessa ocorrência, em 22 de fevereiro de 2007. O vereador Nadinho de Rio das Pedras, que se dizia amigo de Félix, ficou preso 24 dias como suspeito do homicídio. Embora solto por força de recursos judiciais, será levado a júri popular. Outro motivo de desgaste foi o crescimento acelerado da favela nos últimos oito anos, causando descontrole da Associação sobre o espaço físico ocupado e os moradores. Além disso, também há de ser considerada a intervenção das autoridades públicas, que criou oportunidades de

24 Segundo a polícia, homens armados em um veículo não identificado interceptaram o carro de Maria do Socorro e dispararam vários tiros, que acertaram o braço esquerdo e a região do estômago, lesionando o fígado e causando sangramento da parede abdominal - <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL879742-5606,00-VIUVA+DE+FELIX+TOSTES+VAI+PASSAR+POR+CIRURGIA+ORTOPEDICA.html> – acesso 26/11/2008

aproximação de pessoas interessadas em participar da organização e desenvolvimento da favela, como se pode observar no comentário que me foi feito por uma moradora: “o pessoal de lá [da Associação] está querendo sair... em novembro vai ter eleição geral para a Associação. [...] tudo ficou muito difícil... todo mundo querendo mandar, mas ninguém resolve nada... muita confusão, um monte de aborrecimentos e muito pouco dinheiro...” A solução encontrada foi participar das eleições municipais que seria realizada no mês de outubro. Isto ajudou o início desse processo de mudança, porque abriu espaço à circulação de candidatos a vereador e prefeito na favela, estimulando iniciativas de moradores à campanha eleitoral para presidência da AMARP, em 30 de novembro de 2008.

Semelhante às campanhas municipais da cidade do Rio de Janeiro, na favela Rio das Pedras também houve carreata, carro de som tocando música no ritmo do funk, com MC²⁶ fazendo paródia do nome e apelido de um dos candidatos – Beto Bomba -, onde os ocupantes dos carros movimentavam bandeiras na cor verde-limão. Houve ainda festa na Avenida Engenheiro Souza Filho, com distribuição de refrigerantes e cervejas, churrasco para os moradores, o 1º festival de forró de RP e um culto de louvor na Praça da Associação na véspera das eleições.

O processo eleitoral em Rio das Pedras teve dois candidatos: Alberto Moretti (conhecido como Beto Bomba) e Adriana Fernandes da Cruz. O primeiro, Beto Bomba, nascido e criado na favela, tem 34 anos, é funcionário de uma financeira e tem uma loja comercial no Areal. Beto prometia lutar por melhorias para a população local e para elevar a favela à categoria de bairro. A segunda candidata trazia uma bagagem de experiências por já ter dirigido as atividades assistenciais da AMARP, quando seu marido, Nadinho de Rio das Pedras, foi presidente da Associação.

No dia da eleição, a feira-livre, que acontece aos domingos na Rua Nova, funcionou na Avenida Engenheiro Souza Filho, deixando a circulação daquela rua para seus moradores e associados da AMARP exercerem o direito do voto.

Cheguei à Praça da Associação e sentei num banco em frente à porta de entrada da instituição, ao lado de um idoso, morador da favela, que arrumava sua carteira de identidade. Perguntei se já havia votado e qual o nome escolhido. Ele respondeu: “Sim, já votei... foi fácil... só marcar no sim.” Como não entendi a resposta, fiz nova pergunta. No

25 <http://www.sidneyrezende.com/noticia/23839+nadinho+sofre+atentado> – acesso 2/12/2008

nome de qual candidato? Ele respondeu: “O quadrinho verde era o sim.” Percebi que ele não sabia ler, mas teria sido informado que o quadrinho verde era a melhor opção. O candidato Beto Bomba fez toda sua campanha utilizando a cor verde nas bandeiras, o que facilitou a identificação da sua chapa na hora da votação. O idoso saiu e um outro sentou no mesmo lugar. Perguntei-lhe se já havia votado; ele então me respondeu que um dos seus filhos havia retornado a sua casa para buscar a sua carteira e poder votar no Beto, e completou:

[...] ele [Beto] vai dar um jeito nisso aí. Isso [Associação] está uma bagunça. Eu gosto do Nadinho, mas ele fez umas coisas erradas... eu resolvi votar no Beto. Conheço a família e o Beto desde pequeno... Conheço também o Nadinho desde pequeno, e o Félix... aquele que morreu. Todos eles cresceram aqui... Já morei em outros lugares, mas voltei porque gosto mesmo é daqui. Moro no Rio das Pedras há 40 anos e conheço os pais, mães, parentes de todos eles. Tenho 72 anos e já trabalhei na construção de muitos prédios daqui... Construí casas para meus filhos... um em cada andar, em cima da minha casa... Agora só faço uma coisinha aqui e ali... já me aposentei.

Enquanto os moradores de Rio das Pedras participavam ativamente da eleição do representante da Associação de Moradores, o vereador Nadinho assistia a toda a movimentação das eleições da varanda de sua casa, no terceiro andar do prédio em frente à Praça da AMARP, acenando para as pessoas na rua, quando reconhecido por elas.

I.7 - Rio das Pedras entra em cena

Em outubro de 2007, Rio das Pedras recebeu novo destaque da mídia, mas, dessa vez, como cenário inspirador da trama do horário nobre da Rede Globo de Televisão, do Rio de Janeiro. Uma maquete da favela foi montada para a abertura da ‘novela das oito’ *Duas Caras*. A favela foi ‘batizada’ pelo escritor Aguinaldo Silva, autor da novela, com o nome fictício de “Portelinha”. A trama principal se desenvolveu reproduzindo fatos relacionados com a história da localidade e personagens com perfis da realidade da própria favela, misturados à ficção. Em uma reportagem publicada na imprensa²⁷, o autor declara que na trama “as duas favelas [a da ficção e a real] tiveram o início exatamente da mesma maneira: tudo começou com a obra de um condomínio que foi abortada no meio. Os

26 *Master Ceremony* (Mestre de Cerimônia) – assim são chamados os cantores das letras do funk

27 “Arte imita a vida: A Portelinha existe em Jacarepaguá – Personagens da favela de ‘Duas Caras’ são facilmente encontrados no Rio das Pedras, comunidade que serviu como inspiração para a trama”. Rio de Janeiro, 07/11/2007. *Extra*; Sessão Extra, p.8.

operários resolveram invadir²⁸ o terreno e morar nas casas [apartamentos] em construção”. “E as semelhanças entre as duas comunidades não terminam aí. Rio das Pedras tem cerca de 120 mil moradores e não há tráfico de drogas por lá, assim como na fictícia Portelinha”. Para conhecer melhor a rotina dos seus personagens, além do ator Humberto Guerra, residindo há três anos em Rio das Pedras, outros atores do núcleo de novelas da TV Globo também foram morar na favela por um período.

No senso comum dos habitantes de Rio das Pedras, assim como no da mídia, a favela é considerada como a mais aberta à circulação de agentes externos, e ainda como aquela que permite maior participação dos moradores no desenvolvimento dos projetos locais. Também há que se considerar a presença marcante da Associação de Moradores nas questões políticas, territoriais, comerciais e de relacionamento entre os moradores, prevalecendo suas determinações em quase todos os setores da localidade, inclusive nas conversas informais, tanto com visitantes, quanto com moradores antigos e os recém-chegados à favela.

A reconstituição da história do associativismo em Rio das Pedras, (...), remete à acumulação de legitimidade da associação, resultado de suas vitórias concretas. Para explicar seu poder atual, no entanto, é necessário inventariar os múltiplos papéis que ela desempenha na vida da favela. Pois, se a luta pela consolidação e ampliação do território, através da organização de invasões e da regulação do acesso à terra, já conferia, como vimos, enorme importância à associação na vida da favela, é somente com a sua efetiva conversão em autoridade local, mais do que de representante ou de porta-voz dos moradores – o que ocorre com a internalização do exercício do controle social, e com a diversificação da prestação de serviços -, que a entidade irá ganhar a sua magnitude atual. (BURGOS, 2002: 61).

28 Esse episódio de luta dos moradores por espaço é um fato marcante na memória coletiva de Rio das Pedras. A invasão dos prédios em construção pelo grupo Delfim, realizada em 1990, durou trinta dias. Após a resistência diante da tentativa de expulsão violenta realizada pela polícia, a AMARP negociou com o poder público um acordo para cessão de terrenos, constituindo as sub-áreas: Areinha, o Areal II e o Pinheiro. (BURGOS, 2002: 40, 41).

CAPÍTULO II - A dinâmica da sociabilidade em Rio das Pedras

Como já mencionado no capítulo anterior, no censo comum dos moradores de Rio das Pedras a violência está diretamente relacionada à presença de traficantes e do tráfico de drogas. A percepção dessa ausência de violência na favela é creditada pelos moradores ao papel institucional desempenhado pela Associação de Moradores que, por sua vez, se fortalece da anomia de outras favelas, onde existe o tráfico de drogas, para aumentar a sua autoridade e a legitimidade das ações na localidade, em nome da tranquilidade do lugar. “Tem-se, portanto, uma dinâmica que favorece a supervalorização da noção de ‘tranquilidade’, em detrimento de outras dimensões da cidadania” (Silva, 2002: 166)²⁹.

A percepção de tranquilidade em Rio das Pedras está no imaginário dos seus moradores e foi enaltecida por Léo Magalhães, ex-presidente da AMARP e proprietário de uma das emissoras de rádio na favela, na entrevista que me foi concedida em janeiro de 2008: “[...] aqui é muito bom de morar. A gente não vê confusão como nesses outros lugares. Tudo muito tranquilo. Você vê?... [...] tudo à vontade, o pessoal sentado, conversando, tomando sua cervejinha, ou refrigerante e ninguém vê problema nenhum... pode ficar a noite toda e não vai ter problema.”³⁰

Como compreender a convivência dos moradores de Rio das Pedras com conceitos tão antagônicos: violência e tranquilidade? Nos estudos dos fatos sociais, Durkeim (1983: 90)³¹ afirma que a dualidade de naturezas é a ocorrência destes dois tipos de fatos inúmeras vezes dissociados. Com efeito, certas maneiras de agir ou de pensar adquirem, devido à repetição, uma espécie de consciência que as isola dos acontecimentos particulares que as refletem. Tomam, assim, uma forma sensível que lhes é própria, e constituem uma realidade *sui generis* muito distinta dos fatos individuais que as

29 SILVA, Afrânio de Oliveira. “A dinâmica perversa da violência e seus efeitos sobre a cidadania”. In: *A Utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Marcelo Baumann Burgos (org.), 2ª ed. Rio de Janeiro. PUC-Rio; Loyola, 2002.

30 Na noite em que a entrevista foi realizada, no Pinheiro (Rio das Pedras), faltava energia elétrica em toda a região. Estava tão escuro que mal se conseguia identificar a entrada do prédio onde funciona a emissora, por essa razão, a entrevista foi realizada na rua. O local estava movimentado, com pessoas acomodadas em cadeiras e mesas na rua, na frente dos bares que existem no local, e pareciam esperar a luz ser restabelecida para retomarem as suas atividades ou mesmo continuarem o seu lazer onde estavam.

31 DURKHEIM, Émile. “O que é um fato social?” In: *As regras do método sociológico e outros ensaios*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os pensadores)

manifestam. O hábito coletivo não existe apenas no estado de imanência nos atos sucessivos que determina: exprime-se, de uma vez para sempre, numa fórmula que se repete de boca em boca. A construção da história da favela fixa o dualismo desses conceitos (violência e tranqüilidade), que facilita a imposição de uma ordem local e, por consequência, o controle social.

A população vive livre do tráfico de drogas, mas presa a um sistema jurídico, tributário e social paralelo, onde traficantes, prostitutas e ladrões pertencem à escória. São julgados numa espécie de processo judicial que se confunde com a lei de talião — fazer justiça com as próprias mãos.

‘Primeiro existe uma advertência, e na terceira vez que a pessoa infringe a lei local, pode ser morta ou expulsa. Evidentemente, são formas arbitrárias’, explica o sociólogo Marcelo Baumann Burgos. ‘Em Rio das Pedras, a ação coercitiva está ligada às regras que são, até certo ponto, transparentes. Existe um código penal ali que diz quais são os crimes e qual é o processo’. (MAGNO, 2007)³²

Vários relatos indicam que, para evitar punições, basta ‘não andar errado’[...].

Ninguém entra numa favela pra morar sem conhecer o esquema da coisa. E se você vai morar lá, é porque alguém falou bem pra você, alguém falou como é o esquema, como que é a coisa, como que funciona lá dentro, entendeu? Então ele já vai sabendo. (MESQUITA, 2008: 240)

Na minha pesquisa de campo constatei que a sociabilidade local perpassa por reservas dos moradores a comentários com pessoas estranhas à rotina da favela, principalmente sobre acontecimentos que possam ser percebidos como perturbadores da ordem e da paz locais, ou os que possam ser interpretados como delação, comprometendo a integridade do autor, ou ainda como exemplo, fatos que envolvam nomes de moradores que ocupam posição de destaque na favela, ou fora desta, inclusive sobre a política local. Entretanto, nas conversas informais, as suas preocupações de não cometerem deslizes que desagradem o poder local soam como um alerta.

No dia 26 de junho de 2007, o vereador Nadinho de Rio das Pedras foi preso como suspeito pela morte do ex-inspetor Félix Tostes. Era um dia comum de trabalho e não foi possível observar o impacto desse fato na área. Saí cedo de casa na expectativa de encontrar Emilia [nome fictício], moradora da favela há muitos anos e um dos informantes privilegiados desta dissertação, para que me dissesse como a notícia foi recebida e as consequências para a localidade. E o que ela disse? Outros moradores estavam preocupados com o aumento dos preços do comércio local em consequência do retorno do Nadinho a Rio das Pedras, depois da morte do ex-inspetor: “Até o preço do pão aumentou!

O pãozinho, que custava vinte centavos, passou para vinte e cinco...”; reclamavam ainda do aumento do valor das contribuições dos moradores para a Associação: de cinco passou para oito reais³³. No caso dos comerciantes, os valores dessas contribuições variam de acordo com a natureza do negócio e a proporção do comércio. “Félix era contra os aumentos dos preços, principalmente do pão vendido na favela...” Assim comentavam os moradores das áreas mais carentes. Com a prisão de Nadinho, embora não tivessem certeza, os moradores esperavam que alguma coisa pudesse mudar a esse respeito. No dia da libertação de Nadinho (20/7/2008), resolvi caminhar pelas ruas para observar o clima entre os moradores com a hipótese do seu provável retorno às atividades na localidade. Considerando a importância da notícia para a vida da favela, não havia qualquer alteração, ou tipo de inquietação, que alguém de fora, como eu, pudesse perceber, tanto nas ruas, como no comércio local.

II.1 – A favela e a construção da sociabilidade

Nessa primeira década do século XXI, Rio das Pedras vivencia um crescimento acelerado e desordenado nos aspectos habitacional e sociocultural. A concentração populacional transformou a favela em um lugar de encontro de imigrantes do Norte, Nordeste e de outros estados do Brasil, que decidiram migrar de suas cidades para o Rio de Janeiro, em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. A sociabilidade na favela traz à reflexão a questão dos movimentos migratórios de famílias que vivem no interior do país em situação de submissão e de extrema pobreza que os obriga à tradução³⁴ de sua identidade cultural pela necessidade de sobrevivência. Um grande número desses imigrantes regularmente chega a Rio das Pedras com as mesmas expectativas dos que ali vivem, e trazem como referência somente o nome de um morador

32 MAGNO, Ana Beatriz. “A polícia privada na favela”. In: *Fórum de Entidades Nacionais e Direitos Humanos*. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2415&Itemid=2 – acessado em 7/1/2007.

33 Em 2008 o valor dessa contribuição passou para doze reais.

34 A palavra ‘tradução’ vem, etimologicamente, do latim, significando ‘transferir’; transportar entre ‘fronteiras’. Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2006:88-89) afirma que este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pois pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’ (e não a uma ‘casa’ em particular).

(irmão, tio, amigo, primo, vizinho) que, estabelecidos com trabalho e moradia, proporcionam a vinda de parentes e amigos³⁵, como descreve J. Júnior, dono de uma das rádios da favela, na entrevista que me concedeu em fevereiro de 2007.

Aí a pessoa vem; quando chega aqui, muitas vezes o parente dele já se mudou. Já está em outro quarto, já foi pra outro lugar. Então, o cara fica perdido, não conhece nada. Muitos aqui chegam e a gente encaminha direto pra Associação, lá também eles têm espaço. E quando lá não têm espaço, dormem aqui em cima mesmo [nos quatinhos que ele aluga no mesmo prédio onde funciona a emissora]. A gente dá um jeito, vamos fazer o quê? Até... No outro dia a função da rádio é anunciar que fulano de tal está aqui [...]. E tem dado certo. A gente anuncia, quando pensa que não, chega o familiar para apanhar, né?

Na pesquisa de campo registrei, nesse perfil de imigrantes que fixaram residência na favela, a história de Fernanda (minha acompanhante já mencionada), nascida e criada em Mandacaru, bairro de João Pessoa, no estado da Paraíba³⁶. Em 2000, com o desemprego do marido e a conseqüente dificuldade de sobrevivência em sua cidade, decidiu viajar com o companheiro e os três filhos para o Rio de Janeiro, acreditando na possibilidade de encontrar melhores condições de trabalho e moradia, a exemplo dos parentes do seu marido, antigos moradores de Rio das Pedras. Na ocasião da mudança estava com 18 anos, seu marido com 25, e os filhos: um menino de três anos, e duas meninas, uma de dois anos e a caçula com cinco meses. Passados oito anos dessa decisão, Fernanda já possui um documento de propriedade de um barraco no Areal II, comprado de um morador por 3.500 reais, com área de aproximadamente nove metros quadrados. Pelo registro na AMARP foram pagos 160 reais, e ainda paga mensalmente à Associação 12 reais pela carteirinha de identificação de moradora de Rio das Pedras. Ela é faxineira em residências nos bairros de Copacabana, Itanhangá e Recreio dos Bandeirantes, enquanto seu companheiro trabalha como ajudante de pedreiro em diversas obras na cidade, além de participar de mutirões nos finais de semana para construção de moradias de vizinhos na favela. O casal faz revezamento dos seus horários para cuidar dos filhos que, não poucas vezes, precisam ficar sozinhos em casa, sob a responsabilidade do mais velho, com pouco mais de 10 anos de idade.

35 No artigo “Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras”, Marcelo Burgos (2002: 56) argumenta que a história da construção desses territórios está intimamente relacionada com as estratégias familiares dos imigrantes visando reduzir os riscos inerentes à vinda para a cidade grande, desconhecida e ameaçadora. Em Rio das Pedras, muitos lotes das novas áreas abertas durante os anos 1980 e 90 foram reservados para parentes, que, com isso, já chegavam ao Rio de Janeiro com a garantia de um pedaço de terra para habitar.

36 A maior parte dos imigrantes da favela é de origem nordestina, como já foi dito, oriundos de cidades do interior da Paraíba e do Ceará. (Idem)

Num gesto de solidariedade, as famílias que chegam a Rio das Pedras são bem acolhidas por aquelas já estabelecidas. A preocupação dos moradores antigos se concentra no núcleo familiar dos recém-chegados. Supostamente, o mesmo não acontece com os que chegam sozinhos para morar na favela, como descreve J. Júnior da rádio 103,3 FM local.

Quando é uma pessoa que vem sozinha, sem família, é mais difícil [...]. Você não sabe o passado daquela pessoa, você não sabe o que ela cometeu lá [na cidade de origem]. Se é uma pessoa limpa, se não é... Aí é muito difícil. É muito mais difícil do que quando vem com a família. Quando vêm com quatro, cinco filhos, já é uma coisa mais fácil da gente resolver, porque... um monte de criança, a mulher... esposa, enfim... a gente está vendo a necessidade. Mas quando é um solteiro, aí já fica meio complicado. Muitas vezes até não é feito esse trabalho como a gente gostaria, porque você não sabe das procedências. Muitas vezes o cara aprontou numa outra cidade, vem corrido [...].

A pesquisa revelou ainda que as origens dos moradores de Rio das Pedras não interferem na sua integração e sociabilização, porque eles encontram motivos para festejar com música e dança, geralmente nos espaços externos das moradias, um meio de comunicação e aproximação a despeito das diferenças: músicas sertanejas e de forró prevalecem no gosto da população. Das noites de sexta-feira até as madrugadas de segunda-feira, Rio das Pedras se transforma num lugar de música e dança, que vai do forró, por toda a favela, aos conhecidos bailes funk, do *Castelo das Pedras*, localizado na Estrada de Jacarepaguá, em frente à Rua Nova, área central da favela. Com expressiva presença de público interno e de fora da localidade, casais dançam embalados pelo forró, produzindo movimentos alegres e sensuais, na frente de suas residências, nas casas de forró, restaurantes e também nas partes externas de bares e botecos com música ao vivo, ou sintonizados em uma das rádios existentes na favela. As composições são igualmente alegres, com rimas que sugerem duplo sentido (ousadas e sensuais), geralmente colocando a mulher como o alvo de críticas e elogios dos seus homens³⁷ ou admiradores dos seus atributos. Nos locais de música ao vivo, cantores, duplas ou grupos sertanejos, geralmente ainda desconhecidos da mídia, mas familiarizados com os moradores e frequentadores da favela, interpretam músicas de sua autoria. Eles vêm no contato direto com o público uma oportunidade para divulgação das suas produções musicais nos bares de Rio das Pedras e de localidades próximas, mobilizando conhecidos dos moradores na formação do seu público. Seus CDs e DVDs são vendidos durante as apresentações e, também, nas barracas das feiras livres desses locais.

37 É um traço comum, nos lugares mais pobres de Rio das Pedras, as mulheres se referirem aos seus namorados, maridos e companheiros, como 'homem'.



Foto 3 - Forrozão do Pará, na Av. Engenheiro Souza Filho – Rio das Pedras, Jacarepaguá, RJ, 2008

Alguns cantores têm cerca de 300 letras de músicas de forró gravadas por eles próprios e por outros cantores. Embora poucos consigam alcançar o tão sonhado sucesso, eles sobrevivem das vendas dos CDs, DVDs e apresentações em casas noturnas. Também, outros ritmos, como o samba, pagode, músicas bregas e o funk têm espaço para manifestação na favela.

Paulo Jorge de Paula Dias, conhecido como Paulinho, ou simplesmente PJ, dono da Rádio PJ de Rio das Pedras, morador da localidade há aproximadamente 40 anos, reivindica para si a paternidade dos primeiros bailes de forró de Rio das Pedras. PJ nasceu e morou na cidade de Ubá, Minas Gerais, de onde saiu para constituir família em Rio das Pedras: “Cheguei aqui através de uma namorada; já casei com ela, morei [...] e tive uma filha com ela. Ela já faleceu. [...] eu tenho casa que deixei para minha filha... [...] mora com a tia na Rua Velha”. Em sua narrativa sobre a organização e realização dos bailes de forró, PJ identificou o hábito arbitrário dos moradores da favela do uso regular de armas (facas e revólveres), supostamente revelando a presença da violência e de um controle local.

[...] Aqui não tinha divertimento nenhum. Só tinha morte. A morte daqui era tudo a base da faca. Facada em um, facada no outro. Era um dia um dando facada... Era outro dia, outro dando facada. Assim, sabe? Aí eu fundei aqui... Desde que eu comecei aqui... Eu acho que fui eu mesmo o primeiro que comecei aqui com o forró. Abri um forró aqui. Aí ficou pequeno... Aí abri outro forró ali. Ficou pequeno. Aí dei forró de rua, dei festa junina... festa junina aqui foi tão grande que a rua teve que ser fechada, os bares tiveram que ser fechados. [...] Aí começou a ficar na cabeça, sabe?... muita coisa na minha cabeça... Aí eu peguei e

disse: vou deixar essa porcaria pra lá... [...] E essa aparelhagem que tinha aí... [...] É da minha equipe de som. Muita coisa daí era da minha equipe de som.

PJ então deixou de promover os bailes de forró por algum tempo, e começou a introduzir na favela um novo ritmo musical experimental: o funk. Esse ritmo não tardaria muito a se tornar uma referência na cidade com os bailes promovidos no *Castelo das Pedras*. Além disso, ele mostra sua preocupação em ajudar a creche local, pagando pelo uso do espaço, por isso optou por voltar a promover os bailes com forró, porque arrecadava mais dinheiro. E narra como foi esta mudança:

Então aqui... eu comecei aqui [na creche] com um baile funk. Não era baile funk como eles têm aqui... Mas gerava mais dinheiro com o forró. Aí botei forró aqui na escolinha. Então, nem sei como consegui isso aqui... [...] porque era uma creche... Aqui era a portinha [desenhou no papel a entrada da creche]... Aí, eu... [...] “Eu ajudo com alguma coisa” falei para uma senhora de lá. Aí eu dava o baile [...] dentro da creche. Sábado e Domingo não funcionava a creche. Pegava sábado e domingo para dar o baile. Aí, eu disse: “ó... tenho que fazer alguma coisa para ajudar... [à creche]”. Dinheiro eu não vou dá não. Porque eu não gosto de dá dinheiro na mão de ninguém... [...] Eu vou comprar alguma coisa. Aí, comprava comida para as crianças, comprava mantimento... banana, laranja... comprava mesmo.

Cobrava [entrada do baile] mas comprava comida com o dinheiro e o caramba... Refrigerantes, fazia festa para as crianças, fizeram bolo para as crianças. Eu fazia muita coisa. Aí eu disse, escuta... Aí eu comecei a ver que o espaço da creche ficou pequeno. [...] quando tive mais gente para ajudar... [...] “que tal fazer este salão aqui ficar maior? Que tal?...” “É... é melhor...” Então [...] o salão passou a ser assim ó... [desenhou um muro cercando o terreno onde hoje funciona a Associação de Moradores] até o fim aí [...].

As iniciativas de PJ não visavam ao lucro. Sua intenção era ganhar o suficiente para seu sustento, ajudar às crianças da creche e aumentar o espaço para realização dos bailes, sem a perspectiva de que aquele novo espaço, futuramente, seria ocupado pela Associação de Moradores.

[Mas onde era o salão? Onde é a associação hoje?] Não tem aquele galpão todinho ali? [...] foi feito então um muro ali, alto, eu comprei cimento... [...] A rapaziada dos bailes funk tem um trabalho que segue de montar, desmontar, lavar, limpar, aí botei eles pra trabalhar para montar, consertei o muro, fiz escavação, aquela construção da associação, aquilo tudo fui eu que fiz. Fui eu que paguei os garotos pra fazer e dei material.

Dei o cimento, dei o telhado. Aí foi feito cobertura e telhado tudo certinho. Aí podemos também aumentar o número de pessoas para os bailes. Olha, o tamanho do salão era de lá até aqui... [o entrevistado mostra a extensão do salão no desenho que fez no papel] o salão era grande mesmo. Mas eu que dei o cimento e o material, os rapazes que pintaram ficavam nos bailes ajudando a montar, e a comprar o material.

Ali tinha até que fechar a rua. Era muita gente.

A popularidade dos bailes de forró trouxe a Rio das Pedras um expressivo número de público interno e de fora da favela, sendo necessária a autorização da polícia

para a sua realização. Preocupado em promover os bailes com o máximo de segurança, PJ usava sua maneira peculiar para garantir a segurança do ambiente:

[Tinha algum problema com a polícia com a realização dos bailes?] Não, não. A polícia me ajudava [...] em tudo. Quando eu dava os bailes, eu ia lá ao Distrito da Barra, pedir o “nada opor”, ou “nada consta”, que era para eles vim. Tinha que fazer o quê? Pedir licença, né? Não podia fazer baile assim, sem licença não. Inclusive o presidente da Associação, que na época era o Luiz, falava: Olha Paulo, tem que pedir licença, não pode fazer baile sem licença. Eu pedia licença toda semana. Aí fazia questão que a polícia entrasse lá. Aí eu falava para o pessoal no microfone “Oh, não pode entrar armado aqui.” Aí eu ia para a portaria botava a minha ex-esposa, botava os amigos que me ajudavam... pagava para ficar na portaria. Aí recolhia arma... Tinha uma mesinha assim [desenhou uma mesa pequena na entrada do salão, com espaço para passagem de uma pessoa por um lado da mesa], e aqui para entrar. Aí, passava: deixa a arma ali. “Ah, não estou com arma”. Então, vou revistar. Aí revistava. Minha esposa revistava mulher e eu também revistava os homens. Uma vez ficamos com quinze armas. Era mais facas do que armas. Enchia a gaveta de armas. Era muita arma. Tudo facas, facas.

[E na hora da saída?] Entregava. Toma, vai embora. Eu não era polícia. As armas eram deles, não podia segurar. Só não podiam entrar armado.

[Eles reconheciam as armas na hora da saída?] Reconheciam. Toma sua arma, toma sua faca, vai embora. Não tinha briga, nunca saiu morte nos meus bailes, nunca saiu nada, nunca.

[Então, quanto tempo o senhor fez esses bailes?] Muito tempo. Nunca teve uma briga no meu baile.

II.2 – Castelo das Pedras e a socialização das diferenças



Foto 4 - Castelo das Pedras – Rio das Pedras, Jacarepaguá, RJ³⁸

38 <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG86013-16628,00-PANCADAO+FATURA+R+MILHOES+POR+MES+NO+RIO+DE+JANEIRO.html> – acesso 22/01/2009

Os moradores antigos de Rio das Pedras ainda guardam na memória que no lugar do *Castelo das Pedras* “era o terreno do seu Manuel. [...] Ele era um baixinho, gordinho, português. Aquilo ali, era dele. Não sei o que aconteceu... Se ele vendeu...”.

No final dos anos 1990, aquele “terreno”, já transformado em um grande galpão, foi alugado para instalação da danceteria *Castelo das Pedras*. O endereço, Estrada de Jacarepaguá, de frente para a Rua Nova, já se mostrava privilegiado para o tipo de negócio, por ser na área central da favela, lugar de fácil acesso aos sub-bairros de Jacarepaguá (Anil, Freguesia, Gardênia, Taquara etc.), para o Alto da Tijuca, Joá, Barra da Tijuca, São Conrado e também para a Zona Sul, áreas nobres da cidade. Para surpresa dos moradores da favela, a danceteria não seria uma grande casa para dançar forró, mas atrairia milhares de jovens para cantar e dançar num ritmo diferente e novo, apesar de não ser tão bem visto por moradores mais conservadores da favela: o funk³⁹. A minha pesquisa registrou que o funk ainda é percebido como um ritmo de “coisa ruim”, como descreve J. Júnior, proprietário de uma das emissoras da favela, entrevistado por mim, em fevereiro de 2008.

[...] programas de funk, nunca usei, nunca botei, que não vejo, infelizmente, que os funkeiros me desculpem, mas eu nunca consegui entender porque as mídias grandes conseguem tocar certas músicas de funk aí... Não traz nada de bom para a sociedade... Não traz nada. Pelo contrário, só traz troço ruim, coisa ruim, destruição.

A música e o ritmo funk ainda sofrem discriminação por parte de alguns setores da sociedade civil e autoridades da segurança pública. Uma das razões está relacionada à violência que tomava conta dos bailes funk, onde jovens se organizavam em grupos com o propósito de criar provocações e partir para agressão física dos integrantes de outros grupos considerados seus rivais nos bailes. As ações violentas geradas nesses confrontos requeriam sempre a presença e ações da polícia e, por conseqüência, a necessidade de permissão dos órgãos de segurança pública para realização desses bailes.

Um baile perigoso é chamado de “baile do bicho”. A “rapaziada do bicho” pode ser os bandidos, ou aqueles garotos que vão para o baile “só para brigar”. A maioria dos clubes tem que contar mesmo é com a agilidade dos seguranças para separar essas brigas, e sempre quem briga é expulso do baile. E uma briga violenta, “quando o bicho pega”, é assunto para semanas. (VIANNA, 1988: 88)

39 Em *O mundo do Funk carioca*, Hermano Vianna (1988) descreve o Funk como o ritmo do Soul dos anos 70 (a união do rhythm and blues com o gospel - estilo de cantores como James Brown, Aretha Franklin e Irma Thomas) com ritmos mais pesados e melodias mais repetitivas.

A irreverência das letras cantadas pelos MC, suscitando à violência, ao uso de drogas, fazendo apologia ao crime organizado e a facções criminosas, também motivaram o aumento da rejeição e discriminação pela sociedade. Outro problema surgido na iniciação do funk como uma nova opção de ritmo popular, foi sua suposta associação com a criminalidade, representada pelos traficantes e o tráfico de drogas que se apossaram de áreas da cidade de alto índice de pobreza, causando constrangimentos de naturezas diversas aos moradores. Eles financiaram grupos musicais, compositores e cantores de funk conhecidos dos moradores dessas áreas, desconhecidos da mídia, e ainda a realização de bailes e festas nas ruas dessas localidades, com o objetivo de ganhar a simpatia dos moradores e, principalmente, movimentar o comércio de drogas, aumentar a clientela e estimular o consumo de drogas pelos seus frequentadores.

O crescimento da popularização das músicas e do ritmo do funk em toda a cidade, auxiliado pela mídia, fortaleceu o movimento dos adeptos desse ritmo musical interessados na reversão da situação de marginalização do novo ritmo e no ressarcimento dos prejuízos causados à aceitação popular. As lideranças desse movimento formularam um projeto de lei objetivando a proteção e preservação do funk como expressão cultural popular, buscando também a sua descriminalização para liberação da exigência de autorização da Secretaria de Segurança, através dos distritos policiais, como já mencionado, para realização dos bailes, conforme reivindicação da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk⁴⁰, e reconhecido pelo proprietário do *Castelo das Pedras*, Geiso Turques, na entrevista que me concedeu.

O funk pode influenciar na família da pessoa à coisa má. Aí, eu pergunto à senhora: O forró faz isso? Samba? O funk também é cultura. Aí a pessoa só engloba o funk. Mas o funk é a mesma coisa que o samba, é a mesma coisa que um pagode, a mesma coisa que um forró, né? O funk é dança, forró é dança, o samba é dança... Então por que quando acontece alguma coisa no funk, eles botam na primeira página do jornal? Mas, quando acontece no forró eles botam... nem a metade. Porque há essa discriminação? Mas eu vou falar uma coisa pra senhora: sabe por que há essa discriminação? Porque no passado, há vinte e cinco, trinta anos atrás, o funk era lado A, lado B, aquelas brigas. A senhora não vê isso no *Castelo* de dez anos para cá. E por incrível que pareça, quando nós colocamos o funk aqui no Rio das Pedras, aqui no *Castelo das Pedras* foi que o funk foi moralizado.

Infelizmente, os Mcs, são pessoas jovens, novas. Então muitos deles falavam muito de Comando Vermelho, Terceiro Comando, isso denegria muito a imagem do funk. [...], no fundo, essas pessoas estão sendo excluídas do funk.

[...] o meu DJ... como ritmo é gostoso, [...] tudo acaba em funk. Se [...] observar, todas as festividades... se [...] vai em um pagode, o intervalo é funk, se você vai no samba, o intervalo é funk, se [...] for no forró, o intervalo é funk. Em

40. Jornal *O Estado de S. Paulo* – SP (Metrópole) – 09/01/2009 - Pág. C6 – Projeto de lei propõem funk como expressão cultural popular.

qualquer coisa, em qualquer lugar hoje em dia... [...] o final do ano do Roberto Carlos ano passado, foi um rapaz do funk: o Mc Léozinho. [...] vê onde o funk está conseguindo chegar? Quantos bailes eu faço aqui para ajudar as comunidades [...] toda sexta, sábado e domingo, até onze horas, onze e quinze, é um preço. Para que a comunidade não saia daqui, os jovens não saiam daqui e vá para essas comunidades em volta [adjacentes] que tem tráfico de drogas, para que eles continuem aqui na comunidade [Rio das Pedras].

Reconhecido como referência na realização dos bailes funk da cidade do Rio de Janeiro, o *Castelo das Pedras* mobiliza não só os jovens de Rio das Pedras, mas também outros milhares de jovens e adultos da classe média-alta dos bairros adjacentes, que o classifica como a mais importante casa noturna de show da localidade, onde também são realizadas apresentações de cantores, grupos de samba e pagode de sucesso na mídia, atraindo artistas e personalidades do esporte, televisão, teatro, cinema e de autoridades policiais, todos que buscam o lazer com a tranquilidade e segurança, sensações pouco comuns nos últimos anos nas maiores cidades brasileiras.

Essas características me conduziram a questionamentos sobre quais razões uma casa noturna que realiza bailes funk teria se estabelecido numa área conhecida como “lugar do forró”, e compreender a relação entre o *Castelo das Pedras*, os moradores e a AMARP. Registrei no discurso do seu proprietário, Geiso Pereira Turques, policial militar reformado e vereador do município de São Gonçalo⁴¹, as respostas para esse fenômeno social, na entrevista que me foi concedida em dezembro de 2008.

O *Castelo* tem praticamente nove anos. A gente fala dez anos [...] junto com a comunidade. Hoje a minha preocupação, como policial há vinte e cinco anos, é não deixar os jovens aqui, da comunidade, freqüentar outras comunidades que tenham tráfico de drogas. [...] tem um tráfico de drogas aqui pertinho, que é na Cidade de Deus, e tem um tráfico de drogas pertinho, que é na Rocinha, [...] nesses dois lugares existem as suas festividades, inclusive até baile funk, que fazem lá no meio da rua. Esses bailes funk [...] quem paga é o tráfico e todos sabem disso. Todos que eu digo, todas as autoridades sabem disso. Por exemplo, na Cidade de Deus, o funk é no meio da rua. Quem é que paga a equipe de som? Uma equipe de som para você montar são dois mil e quinhentos reais [...]. Quem é que paga isso? É a associação de moradores? Não é. [...] Na Rocinha, também não é a associação de moradores. Quem paga é o tráfico. Por que as autoridades se preocupam com esses eventos? [...] para você ter um baile funk, você tem que ter: autorização do corpo de bombeiros, autorização da Polícia Militar, você tem que ter um responsável pelo evento. Quem é o responsável pelo evento do funk na Rocinha no meio da rua? Quem é esse responsável? Quem é esse responsável

41 Em 2004 foi candidato a vereador em São Gonçalo (RJ) pelo Partido Social Cristão (PSC), conseguindo uma suplência.

Geiso foi indiciado como suspeito de participação em grupo de milicianos de Rio das Pedras. Em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em 30/9/2008, declarou não ter nenhum envolvimento com milícias. http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2008/09/30/cpi_das_milicias_ouve_mais_tres_suspeitos_de_envolvimento_com_grupos_paramilitares_1946375.html - acesso em 10.1.2009.

pelo funk na Cidade de Deus no meio da rua? Quem é esse responsável? Não tem... é o tráfico de drogas. Por quê? Eles botam o funk lá para vender drogas. [...] a associação de moradores não tem dinheiro nem pra si, como vai divulgar? Como é que vai pagar uma festividade no meio da rua? [...] o funk aqui no Rio das Pedras é dentro do *Castelo das Pedras*, onde eu pago todas as coisas. A equipe é montada aqui, é pago. [...]

Geiso continua seu discurso, justifica a presença de sua casa de shows na localidade, defende-se das acusações de pertencer a uma suposta milícia local e destaca a opção que as pessoas fazem, inclusive muitos policiais, de morar em Rio das Pedras:

A senhora vê, até já me botaram como miliciano. Por que isso? [...] sou policial militar há vinte e cinco anos, sou reformado e dono do *Castelo*. Então envolveram meu nome com milícia. Não, a minha responsabilidade é do *Castelo* para dentro, do *Castelo* para fora não tenho envolvimento com nada. [...] por que o *Castelo das Pedras* é dentro da comunidade do Rio das Pedras? Porque até eu, como responsável do bar, responsável pelas atividades, não poderia montar um *Castelo* no tráfico de drogas. Era [Rio das Pedras] uma comunidade onde não tinha tráfico, resolvi montar aqui... eu, como policial militar, ia montar aonde? Ia montar num lugar onde não tinha tráfico... resolvi montar aqui. Eu sempre soube que a cultura da comunidade era de não deixar o tráfico de drogas. Tem vários policiais aqui? Claro que tem. Garanto que aqui no Rio das Pedras, morador, deve ter... mais de trinta policiais moradores... que moram aqui. Por que eles moram aqui? É um lugar tranquilo de [para] um policial morar. Eu sou contra a milícia... Eles não podem também estar aqui, pegando dinheiro de A, B e C. Não estou falando para a senhora que isso tem aqui. [...] Se tem aqui, eu não sei... [...] Não tem autoridades competentes para isso? Que seja investigado!

Para conhecer a sociabilidade desse espaço, fui com alguns amigos a um dos bailes funk realizados pela equipe *Furacão 2000*⁴². Depois de ter enfrentado uma longa fila, chegamos à entrada, onde alguns homens e mulheres, supostamente seguranças do *Castelo*, indicavam que as mulheres deveriam ir para um lado e os homens para o outro. Passamos da porta principal e encontramos um grupo de homens e mulheres formando uma barreira, um ao lado do outro, que iniciaram uma revista individual com as mulheres, enquanto do outro lado os homens também eram revistados, no mesmo padrão de uma abordagem policial (braços para o alto, ou mãos cruzadas na parte posterior da cabeça, e pernas afastadas, enquanto um dos seguranças passava a mão pela cintura, entre as pernas de cima a baixo), impedindo a entrada de quaisquer objetos considerados estranhos ao tipo de evento, inclusive copos de vidro - observei a ação dos seguranças tentando convencer um convidado a entregar o copo de vidro que estava em suas mãos. Estas ações seguiram o mesmo padrão durante todo o tempo do baile. Todas as dependências do *Castelo* ficaram lotadas, num clima de delírio de sons, música e dança. Observei que alguns seguranças se

42 É uma das mais conhecidas e famosas equipes de som do gênero no Rio de Janeiro. Os bailes funk realizados no *Castelo das Pedras* pela equipe *Furacão 2000* são muito concorridos, atraindo cerca de duas mil a duas mil e quinhentas pessoas por apresentação.

distribuíram no salão e, em certos pontos, subiram numa espécie de torre de observação, onde ficaram na maior parte da duração do baile.

À meia-noite, todas as luzes foram apagadas e um som diverso⁴³ e extremamente alto, indicava o início da apresentação de um vídeo das equipes de som da grade de programação do *Castelo das Pedras* projetado em telões nas laterais do palco, e o momento culminante da noite: no fundo do palco, a queima de fogos de artifícios distribuídos na extensão de uma barra estendida de um lado ao outro preso nas paredes laterais, caindo em cascatas prateadas no chão, envolvendo todo o ambiente numa névoa de fumaça branca, enquanto a equipe *Furacão 2000* se apresentava com seus *hits* característicos. Poucos minutos depois, os grandes exaustores sugaram toda aquela fumaça e o baile prosseguiu no mesmo ritmo. O movimento da saída foi acompanhado pelo mesmo grupo que recepcionou na entrada, transmitindo um clima de ordem e segurança aos frequentadores.

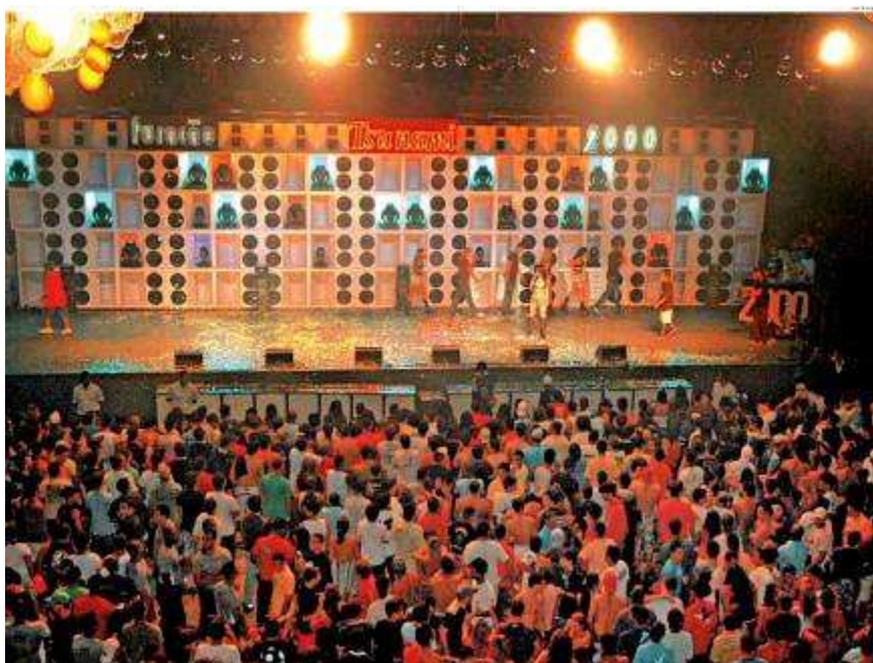


Foto 5 - Baile funk do Castelo das Pedras – Favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, RJ, 2008.

43 Encontrei na descrição de Hermano Vianna, exatamente o tipo de som ouvido naquele momento: “é esse estilo [de som] que mais faz sucesso hoje nos bailes cariocas. A percussão, que passa por inúmeros reverberadores, chega a ensurdecer ouvintes desprevenidos [assim como eu]. Um arsenal de sintetizadores completa os arranjos, criando climas “futuristas” ou espaciais” (1988: 22).



Foto 6 - Baile funk do Castelo das Pedras – Favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, RJ, 2008⁴⁴

O espaço do *Castelo das Pedras* é também utilizado durante os dias da semana para atividades sociais e assistenciais, oferecidas aos moradores da favela, sob a coordenação de Ivana Turques⁴⁵, como afirma Geiso na mesma entrevista que realizei.

Então tem as atividades sociais [...] que nós temos. Física para a terceira idade... Temos aqui praticamente sessenta ou setenta senhoras fazendo física da terceira idade, tem fisioterapia, tem aqui Jiu-Jitsu, Tae Kwon Do aqui em cima, tem curso de cabeleireiro... Tudo isso é zero oitocentos [gratuito], ninguém paga nada, entra aqui de graça, é tudo de graça aqui. [...] Então hoje o funk do *Castelo das Pedras* aqui ajuda muito a comunidade [...]. O centro social que tem aqui está funcionando a todo vapor.

Geiso Turques se mostrou preocupado em destacar que era proprietário de uma casa de funk, que o *Castelo* concede benefícios sociais e assistenciais aos moradores da favela, a sua dedicação à religião evangélica e a sua total isenção de envolvimento com milícias. Defendeu sua condição de policial militar, assim como seu mandato de vereador de São Gonçalo, em função das investigações sobre o seu suposto envolvimento com milícias, e as irregularidades encontradas na documentação de funcionamento do *Castelo das Pedras*⁴⁶, além de criticar os que fizeram exposição da sua vida pessoal nos jornais

44 <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG86013-16628,00-PANCADAO+FATURA+R+MILHOES+POR+MES+NO+RIO+DE+JANEIRO.html> – acesso 22/01/2009

45 Ivana Turques, irmã de Geiso, gerencia durante os dias da semana as atividades administrativas do Castelo, sendo responsável pela agenda da programação noturna, das atividades sociais e assistenciais, venda de ingressos, contato com fornecedores e pagamentos diversos.

46 http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/10/29/policia_interdita_castelo_das_pedras-586167795.asp - acesso 29/10/2009

Não posso fazer coisas ilegais porque minhas coisas são legais, não há como concordar com coisas ilegais. Quem está na palavra do Senhor não pode fazer coisas erradas. [...] o centro social aqui, que era centro social, eles falaram que não era centro social, eu estou trocando para clube, até para pagar os impostos que eles querem que pague. Está bom, tem que ser assim? Eu vou fazer assim. Porque Deus está na frente do negócio. Estou regularizando tudinho, direitinho, para mostrar para eles que era um centro social e tem as atividades. Ah, mas tem que pagar os... Está bom, eu tiro o centro social e isso daqui é clube. Aí eu pergunto [...] E o centro social? E as atividades aqui? Eu vou manter. O custo é muito grande, vou suar, mas eu vou manter tudinho. [...] vai continuar entrando dinheiro na bilheteria para pagar as contas [...] Tem que ter um custo não tem? Os professores não vão dar aula de graça... [...] Tem que ser pago da onde? Da bilheteria. As atividades que eu tenho aqui... no dia que acabar as atividades aqui, acabou os cursos, acabou tudo. Porque, quem é que vai bancar isso? Ninguém. Então assim, praticamente nós temos aqui seis, sete cursos, que é patrocinado pela bilheteria do *Castelo*, pelo evento que eu tenho aqui à noite. A igreja hoje... quem patrocina a igreja? [...]

Então tenho que ir lá me esclarecer sim, todos nós temos que ser investigados, está na Constituição, que todo ser humano pode ser investigado. Então eu torço para ser investigado, eu torço para que eles ... [Polícia Federal, Alerj, TRE e a imprensa] o meu telefone... deixo à disposição para eles grampearem o telefone, porque eu não falo nada demais, só falo coisas do meu trabalho, as coisas que eu falo. Meu dinheiro é sujo? É limpo... é honesto [...]

Acrescenta que as atividades do *Castelo das Pedras* não interferem nas ações da AMARP, se isentando de qualquer envolvimento com o poder local, estabelecendo os limites da sua responsabilidade dos espaços entre a bilheteria, a entrada e tudo que acontece no interior da *Casa*, descrevendo ainda o relacionamento do *Castelo das Pedras* com a Associação de Moradores.

A Associação de Moradores, ela nunca tentou fazer nada com o *Castelo* e o *Castelo*. A única coisa verídica que eu tenho com a Associação de Moradores, é que eu separo duzentos, cento e cinquenta convites... são cortesias que eu mando para eles lá. Não tem... o *Castelo* não tem vínculo nenhum, nunca teve. [...] vai fazer uma festa para as crianças, aí eles pedem uma ajuda, eu ajudo. Isso aí, não tem como. [...] O *Castelo das Pedras* pode ajudar? Lógico que posso. Aniversário do Rio das Pedras pode ajudar? Posso ajudar. Sempre ajudei [...]. Não ordenam que eu ajude, não, me pedem. Pode ajudar? Posso ajudar. [...] eu estou aqui há praticamente treze anos, nunca tive envolvimento com a Associação de Moradores... eu sou vereador em São Gonçalo. Como é que pode isso, um político, ser vereador em São Gonçalo e não participar de uma associação de moradores aonde eu, praticamente, tenho o meu comércio, por quê? Pergunto à senhora... Para que eu nunca tivesse envolvimento com a Associação de Moradores. Por que eu nunca tive? Porque eu nunca quis, nunca quis, nunca. Quero ter envolvimento do *Castelo* para dentro. Do *Castelo* para fora não me interessa. O que acontece do *Castelo* para fora, não é interesse meu. Um dia, se eu for convidado para ser diretor, ou alguma coisa da Associação de Moradores, eu não quero... [...] Como uma associação de moradores pode ter algumas coisas erradas que eu não vou aceitar... eu não vou porque eu não posso participar dessas coisas. A senhora vai perguntar: Mas que coisas erradas que vai ter ali? Não sei, porque eu também nunca fui convidado [...]. Fui chamado, sim, para ajudar nas festividades.

Na agenda do *Castelo das Pedras* também estão incluídos cultos evangélicos com a participação de centenas de moradores da favela e visitantes. Sobre essa controversa apropriação, Geiso comenta:

[...] tudo que a gente tem é construído por Deus. Eu montei o funk... a *Furacão*, é tudo daqui do *Castelo*... Deus sabe de todas as coisas. Se hoje eu estou aqui no *Castelo*, foi Deus que botou. Se hoje eu sou o vereador de São Gonçalo, todas as autoridades foram enviadas por Deus. Mas ninguém vê isso, não adianta. [...] As pessoas ti vêem com outros olhos. Porque, quando a gente abre a porta para a igreja, a gente pode salvar muitas vidas aí fora [...] a única coisa que salva é Jesus Cristo. Não sou contra os Alcoólicos Anônimos, nada disso, mas depois, eles levam [os doentes] para onde? Não adianta você tentar curar uma pessoa e depois jogar a pessoa de volta pro mundo. Eu estou tendo uma preocupação [...] a nossa igreja aqui... Estou pensando em ver um terreno por aqui, onde a gente possa montar até uma recuperação de alcoólatras anônimos. O que a gente possa fazer para a igreja levar para esse espaço, pelo menos para ele ser assistido ali dois meses, um mês e meio, para depois devolver ao mundo. Ou então, sair dali conveniado com algumas firmas. Essa é uma preocupação, realmente, que uma pessoa tem que ter, como eu me preocupo. Eu sou evangélico [...] há 13 anos, fiquei afastado da igreja um bom tempo, mas não tenho temor à palavra de Deus. Toda terça feira [...] tem igreja aqui, a senhora vai me encontrar aqui. Se [...] for quarta e domingo, eu faço parte da oração do Pastor Marcos lá no Aterro [Praia] do Flamengo... eu sou da Comunidade Evangélica da Zona Sul. [...] Nós não temos aqui uma denominação, Assembléia de Deus, Batista, não tem isso. Aqui é um Deus, e Deus em todas as igrejas é o mesmo Deus. Então não deixei aqui., colocar assim: Assembléia de Deus, Igreja Batista, não. Todas as igrejas evangélicas.

Sobre o futuro do *Castelo das Pedras* Geiso comenta:

[...] dificilmente agora eu consigo vir no baile à noite. Por que eu não consigo vir no baile à noite? Eu já venho trabalhando com oração, sim. E não boto uma pessoa para tomar conta para mim... boto uma pessoa para olhar, às vezes venho aqui e tenho que tomar conta. Como é que pode isso?... Uma vez que o cristão tem que estar aqui dentro vendo tudo isso, Deus sabe de todas as coisas, porque Deus deixou acontecer, Deus está sempre do meu lado. As portas estão abertas para o Senhor, a Igreja.

Tem o baile, mas tem a igreja. Quem sabe Deus não fala assim: Não quero mais baile, vai ser só Igreja. Está na mão do Senhor...

CAPÍTULO III – Da irradiação à Radiodifusão Comunitária

O primeiro passo na invenção do rádio foi registrado em 1894, quando o engenheiro-físico italiano Guglielmo Marconi, fazendo experiências com a eletricidade no celeiro da sua casa transformado em laboratório, descobriu que as descargas elétricas produziam um sinal que podia ser detectado à distância. Durante quase três décadas, novas experiências continuaram ocorrendo em vários países, até que, em novembro de 1920, surgiu nos Estados Unidos a primeira emissora de radiodifusão: a KDKA.

Em 22 de setembro de 1922, aconteceu a primeira irradiação⁴⁷ no Brasil, realizada no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro, durante as Comemorações do Centenário da Independência, com a transmissão do discurso do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Desde então, até os dias atuais, o rádio mantém o privilégio de ser uma poderosa mídia difusora de cultura popular, cumprindo um destacado papel social, tanto na vida privada, como na vida pública, de transmissor das informações de forma integrada.

No campo específico da produção cultural, o rádio atingiu o apogeu através das transmissões da *Rádio Nacional do Rio de Janeiro*, criada em 12 de setembro de 1936, pelo governo de Getúlio Vargas, e transformada na rádio oficial do Governo brasileiro durante o Estado Novo⁴⁸. Entretanto, com o advento da televisão na década de 1950, o rádio iniciou o processo de reformulação de sua programação. Sofreu um declínio no período do regime militar (1964-1985), quando houve uma ruptura na história do rádio brasileiro, com a cassação de nomes notáveis da *Rádio Nacional* e o fechamento da *Rádio Mayrink Veiga*, além dos investimentos na integração televisiva do país. Nessa nova estrutura, as emissoras passaram a adotar o modelo de rádios locais, com notícias, músicas e prestação de serviços (CALABRE, 2004: 9; 50). Com a redemocratização do país, a partir de 1985, o rádio retomou sua trajetória de fenômeno dos meios de comunicação,

47 Na cronologia da comunicação eletrônica de massa brasileira, o surgimento do rádio no Brasil é marcado com a fundação da Rádio Clube de Pernambuco por Oscar Moreira Pinto, no Recife, em 6 de abril de 1919. Em 1923, vários aparelhos de recepção instalados no Rio de Janeiro receberam os primeiros sons e vozes dos discursos de inauguração da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro pelo seu criador, Roquette-Pinto. <http://www.radioclaret.com.br/port/historia.htm> - acesso 3.12.2008.

48 Interessado no poder e na penetração do rádio como instrumento de propaganda, o Estado Novo permitiu que os lucros auferidos com publicidade fossem aplicados na estruturação da *Rádio Nacional*, o que permitiu manter o melhor elenco de músicos, cantores e radioatores da época, além das atualizações e modernização de suas instalações e equipamentos. http://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio_Nacional_Rio_de_Janeiro. - acesso: 10/3/2009.

permanecendo no campo de discussão pela identificação e articulação, em busca de soluções para liberação do direito de participação popular no setor.

No contexto das reformas políticas e da cidadania, em defesa da democratização dos meios de comunicação, a cientista política Maria Victoria Benevides⁴⁹ (2003: 85-86) entra na discussão por uma reforma política mais ampla com premissas de: aumentar a transparência e a eficácia dos instrumentos de combate à corrupção; aperfeiçoar as instituições republicanas e o controle democrático dos meios de comunicação de massa; programar e consolidar as formas institucionais de participação popular nos processos decisórios, em nome da democracia entendida como regime da soberania popular; esclarecendo os seus fundamentos, que garantem a legitimidade do poder decorrente de dois princípios básicos: soberania popular ativa e o respeito integral aos direitos humanos, tendo compromisso com a ética e a defesa de uma política enérgica de inclusão social; afirmando que a democracia supõe, sempre, o controle sobre as possibilidades do abuso do poder.

Em relação aos direitos do cidadão diante dos poderes dos meios de comunicação, trata-se, inicialmente, de enfatizar os princípios fundamentais do direito à informação, quais sejam: o dever da veracidade, combatendo-se tanto as formas de omissão, como as de distorção; o pluralismo em todos os campos, associado à busca da diversidade e à ausência de censura estatal ou privada. Mais importante, o direito de expressão dos indivíduos ultrapassa o princípio das liberdades individuais do liberalismo clássico para se tornar um direito de comunicação como um direito coletivo e, além de coletivo, interativo. (BENEVIDES. 2003:89-90).

Ainda sobre a participação popular nos meios de comunicação, Benevides faz considerações pertinentes sobre o lugar do rádio em contextos democráticos:

O direito à comunicação é considerado um direito humano, porque se trata da manifestação de algo indispensável à vida com dignidade. As pessoas se afirmam pela liberdade de exprimir suas opiniões, suas críticas. Não são simples receptáculos, não são espectadores ou ouvintes passivos de idéias veiculadas pelo Estado ou pelas emissoras. E em uma sociedade de massa como a nossa, o titular desse direito não é apenas o indivíduo, mas os grupos sociais. (BENEVIDES, 2003:90).

Esse extraordinário meio de comunicação e de integração motivou o crescimento das emissoras de rádio comerciais⁵⁰ e o surgimento de outras categorias de

49 É Socióloga, Cientista política, titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e diretora da Escola de Governo da USP. Autora de vários livros e artigos publicados, dentre estes o artigo “Nós, o povo: Reformas políticas para radicalizar a democracia”. In: *Reforma Política e Cidadania*. Org. Maria Victoria Benevides, Paulo Vannuchi e Fábio Kerche. Editora Fundação Perseu Abramo, SP, 2003.

50 Junto com outros setores de produção cultural, as rádios comerciais tiveram autorização específica de funcionamento através dos Decretos nºs 20.047 (27/5/1931) e 21.111 (1/3/1932), assinados pelo então presidente Getúlio Vargas, que regulamentou o funcionamento técnico e profissional do setor radiofônico, e

emissoras de radiodifusão criadas por pessoas físicas ou grupos sociais. Para fundamentar esse estudo, embora o meu objeto esteja direcionado às emissoras de radiodifusão comunitárias, é imprescindível reconhecer a existência das *rádios livres*⁵¹, das *rádios piratas*⁵², das *WebRadios*⁵³ e dos *Podcasting*⁵⁴ (as duas últimas resultaram do avanço das tecnologias digitais). Essas rádios foram criadas com características de emissoras comerciais e qualificadas pela tecnologia utilizada na transmissão radiofônica. São tecnicamente estruturadas e organizadas funcionalmente de acordo com o nível cultural e socioeconômico dos seus integrantes, que buscam alternativas de inclusão nos meios de comunicação de radiodifusão, mesmo que não estejam oficialmente autorizadas pelos órgãos competentes do Estado.

O debate pelo direito de participação popular nos meios de comunicação, ou sobre as rádios livres, registrou sua presença na academia por meio, entre outras, da dissertação de mestrado de Marisa Meliani, da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo – ECA/USP. Sob o título *Rádios Livres: o outro lado da voz do Brasil*, Meliani defende que todas as emissoras que se legalizam, que se perpetuam, são desmembramentos do movimento de rádios livres e representam um primeiro assentamento de novas vozes na sociedade e no sistema. Afirma que, passada a legalização, uma nova onda de transmissões

registrou a liberação da transmissão da propaganda comercial, como principal contribuição para o setor. Preocupado com os excessos que poderiam surgir com a legislação, o governo Vargas exigia que o tempo utilizado pelos textos comerciais fosse limitado a 10% do total da programação. Esse incentivo comercial permitiu a criação de novas emissoras de rádio. A passagem do rádio amador para o comercial inviabilizou a continuidade das rádios-sociedades, cujos estatutos previam a obrigação da contribuição de um valor mensal dos seus associados para a manutenção da programação. (CALABRE, 2004: 12, 19)

51 Associadas ao movimento pela liberdade de expressão dos anos 1960, são consideradas tentativas de constituição de espaços autônomos de difusão da palavra de pessoas anônimas desatreladas das estruturas políticas hegemônicas, estatais e administrativas (LEAL, 2007). As rádios livres são montadas por pessoas privadas ou grupos com interesses próprios. Chegaram ao Brasil no início dos anos 1980, ainda no período do regime militar, e deflagraram o processo de democratização dos meios de comunicação no Brasil e no mundo.

52 O termo pirata é usado para identificar tudo o que é ilegal para a indústria de produção cultural. A ação das emissoras piratas é de invadir, a qualquer momento, a frequência de uma rádio regularmente autorizada, sendo possível não serem identificadas como uma emissora sem concessão do governo.

As rádios piratas tiveram origem na Inglaterra, na década de 1950. As emissoras eram montadas em barcos e faziam suas transmissões em alto mar para escapar dos pagamentos de impostos ao governo. Esses barcos usavam uma bandeira negra no mastro para serem confundidos com os corsários. As rádios piratas tinham caráter comercial e enriqueciam com a sonegação ao governo britânico e as negociações dos comerciais veiculados.

53 Os *WebRadios* fazem transmissão de sua programação através da internet. No Brasil existem 16 mil emissoras de Rádios ao Vivo (transmissão via internet) – www.rádios.com.br (criado em janeiro de 1997) – acesso: 11.02.2009. Ver também Kischinhevsky, Marcelo *O rádio sem onda: convergência digital e novos desafios na radiofusão*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2007.

54 Com a utilização de tecnologia avançada, os *Podcasting*, Digital Audio Broadcasting (DAB), Digital Satellite Radio e Digital Radio Mondiale (DRM) são opções de transmissão por meio digital.

não-autorizadas deverá surgir, porque esse fenômeno de comunicação faz parte do desejo humano de liberdade e democracia.

III.1 - Radiodifusão Comunitária e a Lei nº 9.612, de 19/2/1998.

As lutas para legitimação dos serviços de radiodifusão comunitária foram iniciadas há cerca de 40 anos no interior dos movimentos e organizações sociais como um veículo de comunicação alternativa, utilizando o espaço geográfico das próprias comunidades para atuar como um instrumento representativo da cidadania expressa pelas ações diretas dos moradores das localidades onde estavam inseridas. As primeiras experiências de rádio comunitária no país surgiram na década de 1960, a partir de um sistema de transmissão "pirata", para envio de informações às pequenas populações. Entretanto, somente nos anos 1990 o conceito de rádio comunitária começou a ser definido.

A Radiodifusão Comunitária no Brasil, por definição legal, se traduz em um sistema complementar às emissoras comerciais e ao sistema estatal oficial e tem como objetivos fundamentais a preservação de valores culturais e sociais, a divulgação, de forma independente, de informações sobre fatos políticos, sociais e econômicos relevantes e, sobretudo, a disseminação de informações locais e regionais de interesse de uma coletividade. (LEAL, 2007).

Em busca da liberdade de expressão, as metas das rádios comunitárias estão relacionadas à promoção do bem comum, do desenvolvimento da comunicação popular, na perspectiva de cumprir o papel de utilidade pública, educação e cultura local, além de contribuir para o crescimento da economia do lugar e para a elevação da autoestima dos indivíduos envolvidos no processo comunicacional através do rádio, pela oportunidade da alternância entre as condições de ouvinte e de produtor de notícias sobre a localidade.⁵⁵

Reconhecido como um avanço no processo de democratização da comunicação através do rádio no Brasil, o Serviço de Radiodifusão Comunitária foi instituído pela Lei nº 9.612⁵⁶, assinada em 19 de fevereiro de 1998, e seus procedimentos regulamentados pelo Decreto-Lei nº 2.615, de 3 de junho de 1998. Naturalmente, a partir desse período as entidades representativas da categoria se mobilizaram no sentido da legalização da

⁵⁵ Ver PERUZZO, Cecília M. Krohling. "Rádio Comunitária, Educomunicação e desenvolvimento". In: *O Retorno da Comunidade* (Os Novos Caminhos do Social). Org. Raquel Paiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007; p. 69-94.

atividade. Pedidos de autorização para funcionamento das rádios⁵⁷ chegaram de todo o país ao Ministério das Comunicações (Minicom). Entretanto, os problemas na administração desse fenômeno social extrapolaram o controle do Ministério, gerando controvérsias à interpretação da lei e à sua funcionalidade. O crescimento expressivo de rádios comunitárias pelo Brasil afora trouxe inúmeros problemas e questionamentos que estimularam a realização de debates sobre o tema, envolvendo os mais diversos setores da sociedade⁵⁸.

De 1998 a março de 2004, são 13.669 solicitações de serviço de rádio comunitária contabilizadas pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Minicom. Existem 7.403 processos cadastrados de pedidos de regularização do serviço; destes, 2.929 estão em andamento no órgão. Foram avaliados 4.400 processos que estavam em tramitação entre abril e julho de 2003, a partir de um Grupo de Trabalho instalado no Ministério das Comunicações. O GT foi criado, pela Portaria no. 83, de 24 de março de 2003, para avaliar o sistema de concessões das rádios comunitárias e as dificuldades na tramitação dos processos de solicitação do serviço, arbitrado pelo ministério. (LEAL, 2004: 6)

Em artigo publicado na Revista *AREDE: tecnologia para a inclusão social*⁵⁹, sobre “O drama sem fim das rádios comunitárias”, Nelson Breve⁶⁰ (2006:11-19) faz comentários pertinentes sobre os problemas burocráticos enfrentados pelas emissoras de RadCom no período de 2002 a 2004, que dificultaram o andamento dos processos no Ministério das Comunicações.

A *via crucis* das rádios comunitárias que buscam a legalidade não foi amenizada no governo Lula, que criou um grupo de trabalho [GT] para rever a legislação e reduzir a burocracia. A liberação dos processos caiu de ritmo e o número de rádios fechadas cresceu. [...] É preciso dar o desconto de que o governo atual [Lula] recebeu como herança, uma verdadeira bagunça no setor de outorgas de rádios comunitárias do Minicom. No fim de 2002, pouco antes de dar posse ao sucessor, o presidente FHC [Fernando Henrique Cardoso] baixou um decreto extinguindo todas as delegacias estaduais no Minicom, que faziam interlocução das entidades com o governo federal. Com isso, o departamento de outorgas foi surpreendido com milhares de processos que estavam nas prateleiras estaduais. Grande parte sem nenhuma providência, além do carimbo do protocolo de recebimento. A repartição emperrou. [...]

56 O Projeto de Lei que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo então ministro das Comunicações Sérgio Motta. Transformado em lei, foi sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

57 Os procedimentos para outorga de funcionamento do serviço de radiodifusão comunitária estão previstos no Capítulo IV – Da autorização – Artigos 11 a 18, Decreto 2.615 (3/6/1998).

58 Ver NUNES, Márcia Vidal. “Rádios Comunitárias: Exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais”. In: *O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do Social*. Org. Raquel Paiva. Rio de Janeiro; Ed. Mauad X, 2007; pp. 95-118.

59 Ano 2; n° 19; outubro 2006.

60 Chefe da Sucursal de Brasília da Agência Carta Maior, Nelson Breve foi repórter das rádios *Eldorado*, *CBN*, Agência Estado, *Jornal do Brasil*, assessor de imprensa da Confederação Nacional da Indústria e do ex-deputado José Dirceu.

No final de 2004, o então ministro das Comunicações Eunício Oliveira considerou que a situação ainda era grave, com significativa morosidade na liberação das autorizações. Para viabilizar uma solução, decidiu pela interrupção temporária de recebimento de novos processos para cadastramento e outorga: “Resolvi não fazer nenhum edital novo, enquanto não limpássemos a pauta. Inclusive paramos de receber demandas novas que não estavam enquadradas nas áreas disponibilizadas, devolvendo os processos, pois a regra antes era deixar na prateleira”⁶¹.

A pressão dos movimentos sociais e das entidades vinculadas às lutas pela democratização dos meios de comunicação através do rádio, chamadas de *Rádios Livres*, obrigou o governo a criar um grupo de trabalho, que contou com a participação de representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais pela democratização dos meios de comunicação, para a tarefa de analisar os processos. Além de trabalhar na análise de sua documentação, o grupo também organizou manuais de orientação para os interessados⁶² e adaptou os programas de informática para facilitar o acompanhamento dos processos, dando maior transparência na tramitação dos documentos. Os trabalhos realizados foram satisfatórios, mas não esvaziaram o volume de problemas. As rádios comunitárias continuaram a sofrer repressão e a ser fechadas.

As buscas de resultados mais eficazes continuaram numa segunda fase com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), destinado a fazer um diagnóstico da situação e propor soluções. Entretanto, os trabalhos do GTI só foram concluídos na administração do senador Hélio Costa, que substituiu o ministro Eunício Oliveira no Minicom.

O GTI concluiu que o sistema de outorgas está irremediavelmente emperrado e que a legislação precisa ser modificada para que as emissoras cumpram o papel de construtoras da cidadania. O relatório final constata que a morosidade do sistema de outorgas faz com que um pedido leve, em média, três anos e meio para ser atendido. Alguns estão esperando há oito anos. (BREVE, 2006:18).

61 *A Rede* – Tecnologia para a inclusão social. Ano 2; nº 19; outubro 2006; p.18

62 O GT fez duas importantes recomendações em relação ao acompanhamento da atuação das rádios comunitárias: 1) seja tornada pública a possibilidade de os cidadãos encaminharem ao Ministério das Comunicações, dirigidas à Secretaria de Acompanhamento e Avaliação, reclamações e denúncias sobre a execução de Serviços de Radiodifusão Comunitária em contradição ao previsto na Lei 9.612/98; e 2) seja realizada, a cada dois anos, uma Consulta Pública, em âmbito nacional, convidando a que as comunidades abrangidas pelos serviços das emissoras comunitárias se manifestem acerca da atuação das entidades que o executam, avaliando sua correspondência aos objetivos da Lei 9.612/98. (LEAL, Sayonara. *Políticas Públicas de Comunicação para rádios comunitárias no Brasil: discrepâncias entre direito e realidade*. Artigo apresentado na IAMCR, Julho de 2004, Porto-Alegre - RS – p.19).

Os reflexos desses acontecimentos chegaram às rádios comunitárias com o sentimento de descrença na atuação do governo no gerenciamento do problema, considerando a existência de uma “bagunça” generalizada no Setor de Outorgas do Minicom. Sem perspectivas de resposta às suas demandas, muitos responsáveis pelas rádios decidiram dar continuidade aos projetos de comunicação radiofônica, sem o amparo legal, correndo o risco de ter seus equipamentos transmissores danificados pela truculência da Polícia Federal nas apreensões feitas pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) pelas irregularidades de funcionamento.

O protocolo de entrega da documentação das rádios para fins de legalização no Minicom tornou-se um documento de referência, eximindo seu portador de responsabilidades, representando um suposto passaporte para a clandestinidade. Afinal, com um protocolo de entrega da documentação com carimbo de recebimento pelo Ministério das Comunicações, a quem caberia a culpa pela falta de respostas? Supostamente esse também teria sido o entendimento de Léo Magalhães, responsável por uma das rádios de Rio das Pedras, para justificar a ilegalidade no funcionamento da FM 90,9 *RP Notícias*, na entrevista que realizei para minha pesquisa.

A gente aqui procura seguir o que a lei pede. Por exemplo, a nossa rádio tem CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica]. Temos pessoas que são fichadas [registradas] na sede da rádio, pagamos impostos das pessoas que trabalham com a gente, como INSS, Fundo de Garantia, enfim, essas coisas legais a gente faz, e seguiu o que a Anatel⁶³ [Agência Nacional de Telecomunicações] pediu. A gente não é legal porque nenhuma rádio comunitária no Brasil ainda não é legal mesmo, mas alguns já têm licença, ainda há outras lutando por isso. A gente procura seguir aquela orientação que recebe deles.

Em outra entrevista, J. Júnior, responsável pela Rádio 103,3 FM - *A Voz da Comunidade*, de Rio das Pedras, continua esperando a legalização da emissora, mas demonstra decepção com a demora da resposta.

[Você conhece a Lei de regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária?] Eu conheço, inclusive, eu acho que ela deveria ser mais flexível, ela deveria ser mais tolerante com as pessoas que querem se enquadrar dentro dela, porque ainda existem certas barreiras muito grandes [...] de interesse mínimo dos governantes de legalizar. Eu tenho aqui⁶⁴, já mandei para Brasília

63 À Anatel compete a fiscalização em nível nacional para a utilização do serviço de Radiodifusão Comunitária: autorizar faixa na Frequência Modulada (FM), certificar e homologar equipamentos de transmissão das RadCom e fiscalizar a execução de RadCom em todo o território nacional, no que disser respeito ao uso do espectro radioelétrico.

64 Neste momento da entrevista J. Junior pegou um volume espiralado do Manual de Orientação RadCom - Radiodifusão Comunitária, intitulado *Como instalar uma rádio comunitária*, distribuído pelo Ministério das Comunicações, que lhe foi doado pelo Viva Rio, para mostrar como preparou a documentação que enviou a Brasília. Trata-se de um manual autoexplicativo contendo o passo-a-passo para a legalização de rádio comunitária. Essas orientações também podem ser acessadas pela internet no endereço www.mc.gov.br.

várias vezes, até hoje não tive ainda um resultado positivo, para estar totalmente legalizado...

Em entrevista à revista *AREDE*⁶⁵, Joaquim Carvalho, diretor jurídico da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraco), calcula em 15 mil o número de rádios operando sem licença no Brasil, sendo a maioria com histórico de lacre. Responsabiliza também a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) pela repressão organizada contra as rádios comunitárias, acrescentando que as emissoras comerciais não aceitam a concorrência das rádios comunitárias, por temerem a queda da receita publicitária com a perda de audiência.

Para o mesmo artigo da revista, o superintendente de fiscalização da Anatel, Edílson Ribeiro dos Santos, afirma que a grande preocupação da Agência está direcionada à administração do espectro eletromagnético, para garantir o uso eficaz e harmonioso dos canais de propagação das ondas sonoras, assegurando que interferências indesejáveis não atrapalhem os serviços da radionavegação nas proximidades de aeroportos. Argumenta ainda que, por essa razão, trabalham sob muita pressão, seguindo rigorosamente os procedimentos, tão somente para garantir o cumprimento da lei.

As atitudes que devem ser tomadas pela Polícia Federal durante a fiscalização às RadCom estão previstas no Artigo 39, do Capítulo XI – Das Infrações e Penalidades - instituído pelo Decreto-Lei 2.615, que regulamenta os procedimentos do serviço de radiodifusão comunitária no país. Este artigo tem sido extremamente contestado pelas entidades de RadCom e pelos movimentos sociais pela democratização da comunicação, por permitir que a Polícia Federal adote o mesmo tipo de tratamento dado a criminosos, na rotina de fiscalização da Anatel para apreensão de equipamentos e fechamento das rádios que funcionam irregularmente. O excesso na repressão ao funcionamento das RadCom acabam causando grandes constrangimentos aos seus responsáveis.

A principal reivindicação da entidade era a formulação de uma lei específica que tratasse do fenômeno das RadCom e regulamentando o serviço, para evitar as repressões policiais às atividades das rádios. Na ausência de um texto legal específico, os juízes recorriam ao obsoleto Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei nº 4.117, de 1962, documento que não vigora mais para o setor de telecomunicações, mas ainda arbitra sobre radiodifusão no país, cujo artigo 70⁶⁶ criminaliza a prática da radiodifusão alternativa. (LEAL, 2007).

65 *AREDE*, nº 19; outubro de 2006 - www.ared.inf.br.

66. Art. 70 - Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta lei e nos regulamentos.

Acerca da atuação da Polícia Federal nas operações de repressão ao funcionamento irregular das rádios, o delegado Marcelo Previtalli, do Grupo de Combate à Atividade de Rádio Clandestina de São Paulo (GCARC), argumenta:

[...] o padrão geral desse tipo de operação é de usar arma longa e ocupar de surpresa o local, rendendo com energia quem estiver presente. Nós nem precisaríamos de mandado de busca para nenhum lugar. A lei me permite entrar chutando a porta com metralhadora na mão e colocar todo mundo de barriga no chão. Pois não sabemos se estão armados, se é uma rádio que prega a palavra de Deus ou a apologia ao crime.⁶⁷

Em 2008, passados dez anos da instituição da Lei 9.612, sua eficiência continuava sendo considerada falha e limitada pelas entidades de rádios comunitárias, por ainda reivindicarem as mesmas questões. Para registro da década de lutas pelo direito de acesso da população aos meios de comunicação através da radiodifusão comunitária, a Rede Viva Favela realizou um grande ato em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro com a presença de artistas e personalidades que apóiam as RadCom no estado, com o propósito de reivindicar o fim da repressão, modificações na lei e agilidade nos processos que tramitam no Ministério das Comunicações. As manifestações receberam apoio do Fórum Libertário em Defesa das Rádios e Tevês Comunitárias, da Rede Viva Rio de Radiodifusão Comunitária, da Central de Rádios Comunitárias do Grande Rio e da Federação das Associações de Radiodifusão Comunitárias do Estado do Rio de Janeiro (FARC).

Outra importante reivindicação das entidades de RadCom e dos movimentos sociais para mudanças na lei se referem aos termos dos Artigos 25, 26 e 27 do Capítulo VII – Da Execução do Serviço⁶⁸, do Decreto 2.615 (3/6/1998), que determinam que as emissoras funcionarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por estações de Serviços de Telecomunicações e de Radiodifusão regularmente instaladas. Nesses termos, as rádios comunitárias funcionam num ambiente de vulnerabilidade e

Parágrafo único. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo, será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegal.

67 Revista *A Rede*; ano 2, nº 19, ano 2006 - p. 14

68 Art. 25. A emissora do RadCom operará sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por estações de Serviços de Telecomunicações e de Radiodifusão regularmente instaladas.

Art. 26. Caso uma emissora do RadCom provoque interferência indesejável nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e de Radiodifusão, a ANATEL determinará a interrupção do serviço da emissora de RadCom interferente, no prazo fixado em norma complementar, até a completa eliminação da causa da interferência.

Art. 27. Caso uma emissora do RadCom provoque interferência prejudicial nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e de Radiodifusão, a ANATEL determinará a imediata interrupção do seu funcionamento, até a completa eliminação da causa da interferência.

incertezas⁶⁹, pela suposta possibilidade de ter suas dependências tomadas pela Polícia Federal, nos padrões já aqui mencionados, para apreensão dos equipamentos transmissores e conseqüente fechamento das rádios, mesmo que estas tenham autorização de funcionamento outorgada pelo Ministério das Comunicações.

No seminário “Rádios Comunitárias: uma nova comunicação, um novo Brasil! - Lei 9.612: um balanço, uma reflexão, novos caminhos!”⁷⁰, também promovido pela Rede Viva Rio de Radiodifusão Comunitária, da ONG⁷¹ Viva Rio, para registrar a primeira década da assinatura da lei, o radialista Sebastião Santos⁷² informou que, até abril de 2008, 17 mil entidades comunitárias em todo o Brasil haviam se cadastrado no Ministério das Comunicações com o propósito de obter autorização de funcionamento, mas, deste número, apenas 17%, aproximadamente, foram autorizadas. A coordenadora do departamento de radiodifusão comunitária do Ministério das Comunicações, Alexandra Costa, acrescentou que 5.600 processos estavam aguardando apresentação de documentos pelos proponentes, e que o percentual apresentado corresponde a 3.189 emissoras com o funcionamento outorgado pelo Minicom.

Em entrevista concedida a Liana Leite, do Observatório de Favelas⁷³, por ocasião das apreensões realizadas pela Anatel em conjunto com o Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Rio de Janeiro, na Cidade de Deus, favela situada em Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade, em 9 de fevereiro de 2009, Tião Santos desmistificou as notícias sobre interferência das rádios comunitárias na comunicação das aeronaves: "Pedimos recentemente à Anatel e às autoridades da aviação brasileira um documento que comprovasse que rádio comunitária derruba avião. Não obtivemos

69 As rádios comunitárias não têm canais próprios para operar com segurança (operam em um único e específico canal, para atendimento em âmbito nacional), por essa razão, tanto podem sofrer interferências de outros sistemas de comunicação, quanto interferir nesses sistemas e nas frequências de outras emissoras. Nessas condições, as RadCom correm riscos de ter o serviço interrompido pelo Minicom. Nos casos de interferência nas frequências das emissoras comerciais, os serviços de radiodifusão comunitária são imediatamente interrompidos pelo serviço de fiscalização da Anatel, em conjunto com a Polícia Federal.

70 O seminário foi realizado na sede do Viva Rio, localizada na Glória, bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de abril de 2008, sob a coordenação de Tião Santos, contando com a presença de representantes de órgãos municipais, estaduais e federais das áreas de saúde, meio ambiente e comunicação.

71 Organização Não Governamental.

72 Sebastião Santos foi fundador e primeiro presidente da ARLIVRE (Associação de Radiodifusão Comunitária do Estado do Rio de Janeiro), da ABRACO (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária), FARC (Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária do Estado do Rio de Janeiro) e da RBC (Rede Brasil de Comunicação Cidadã). Participou do Grupo de Trabalho criado pelo ex-ministro das Comunicações, Miro Teixeira. Tião Santos, como é conhecido, foi coordenador da Rádio Viva Rio - AM 1180, uma parceria da ONG Viva Rio com o Sistema Globo de Rádio e a Rede Viva Favela (nesta frequência, em 2008, a Rádio Mundial voltou a funcionar).

73 www.observatoriodefavelas.org.br

resposta". Então, ele próprio resolveu fazer visitas a cabines de aeronaves, recebendo explicação dos próprios pilotos. De acordo com Tião, qualquer aparelho eletrônico pode interferir na comunicação, mas, para driblar o problema, os aviões contam com 120 canais de comunicação. "Caso um esteja com interferência, basta escolher outro". Sobre a frequência de operação das rádios comunitárias, destacou: "Os veículos operam em faixas que vão de 88 a 107,9 MHz; já as aeronaves operam em canais a partir de 108 MHz". Acrescentou ainda que, mesmo que haja interferência, o registro é de rádios comerciais, porque operam com maior potência. Completou seu discurso dizendo que não existe registro que incriminem rádios por terem derrubado aviões.⁷⁴

Na entrevista que realizei para minha pesquisa, J. Júnior⁷⁵, da Rádio *103,3 FM – A voz da Comunidade*, de Rio das Pedras, responsável pela manutenção dos equipamentos da *103,3 FM*, também faz comentários pertinentes sobre os vazamentos⁷⁶.

Existe sim, o vazamento. Depende de quem está montando o aparelho. Que é vazamento? [...] Vazamento é a harmônica⁷⁷. A harmônica vaza quando? A manutenção não está correta. Quando você pega a emissora e coloca em cima da frequência. Um exemplo: eu não posso pegar uma emissora dessa aqui (*FM 103,3*) e botar em cima de uma frequência da 98⁷⁸. Ela vai entrar em cima, não tem como. Quando ela está muito próxima, existe uma tolerância de quatro décimos. Se a 98 trabalha em 98, eu tenho que botar ela... 98, 99, 100... pelo menos em 102: quatro décimos de um para o outro, ou abaixo: 98... 94. Isso, o aparelho, quando está bem homologado⁷⁹. Com os quatro décimos, ele não vai vazar nada. Você usa na antena, casando direitinho, antena com o aparelho, ele vai jogar só naquilo ali. [...] a banda da aviação é muito distante. Seria a mesma coisa do Nextel... entrar no celular, é impossível! Não tem como! Por exemplo: um Nextel, se um aparelho trabalha em 25 e eu estou em 105, não tem como... a banda é muito distante para vazar! Geralmente a banda do aeroporto é larga, é muito longe de onde está a outra. [...] Aqui eu trabalho com a *103,3* entre a *Oi FM* e a *Antena 1*, que é a *103,7*. A *Oi* é a *102,9*. Eu acredito que lá na sua casa [refere-se à área do Itanhangá] você não tem dificuldade de pegar nenhuma das duas. Eu pego daqui normal, dentro do estúdio. Entendeu? Então, é como eu estou lhe falando: às vezes, quando acontece alguma coisa assim⁸⁰, aí vai quebrar para onde? Para a rádio comunitária, porque não está legalizada. Ela é quem paga o 'pato'. E, muitas vezes, não é... É injustiça!

Consideradas herdeiras das experiências das *Rádios Livres* no Brasil, criadas com fins comerciais para difundir idéias, apoiar atividades políticas e de pessoas ou grupos

74 Comunicação *on line*: "Fechamento de rádios revolta profissionais", por Liana Leite [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=462]; – acesso 13/2/2009.

75 J. Júnior fez curso de montagem de rádio e trabalha com manutenção de equipamentos de som e transmissão de rádio. Além da manutenção dos equipamentos de som e rádio da sua emissora também faz serviços de manutenção dos equipamentos de rádio de Rio das Pedras e Gardênia Azul (Jacarepaguá).

76 Interferências indesejáveis nas frequências dos meios de comunicação.

77 Em telecomunicações, harmônica é uma peça de transmissão de som.

78 Rádio *98FM*, do Sistema Globo de Rádio.

79 Produto certificado pela Anatel (selo de certificação)

privados através das transmissões radiofônicas, e das emissoras comerciais, já mencionadas, as rádios comunitárias não visam ao lucro⁸¹. Em geral sobrevivem de contribuições, caracterizadas como apoio cultural, dos estabelecimentos localizados nas suas áreas de cobertura⁸² e, também, dos eventos promovidos por grupos sociais. Como itens indispensáveis à liberação do funcionamento, as emissoras autorizadas devem manter suas transmissões com uma abrangência limitada a 25 kw, alcançando um raio de aproximadamente um quilômetro a partir de sua antena transmissora. Outra exigência para outorga de funcionamento está direcionada à administração das atividades, que deve ser exercida por um Conselho formado pelos membros da própria comunidade.

O conhecimento dessas instruções normativas nos leva a uma pergunta: Quem poderia se candidatar a montar uma emissora de radiodifusão comunitária? De acordo com o Ministério das Comunicações, somente as “fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registradas, com sede na comunidade em que pretendem prestar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade”⁸³.

III.2 – A Rádio Comunitária e a visão do público

No simples gesto de ligar o rádio, o indivíduo expressa seu desejo de comunicação. Numa análise simplista, essa ação pode ser percebida como trivial, todavia, através deste veículo de comunicação, podemos também perceber a presença significativa de uma reação representativa do desejo de participação política e social. A comunicação radiofônica permite a integração dos ouvintes, sem perda da qualidade relacional. As emissoras de radiodifusão comunitárias fazem parte deste contexto pela informalidade das suas transmissões. Como já foi dito aqui, seu objetivo primeiro seria promover a aproximação dos moradores das localidades, atuando como agentes para a socialização dos assuntos de interesse local.

80 J. Júnior refere-se as notícias veiculadas na mídia sobre interferências de rádios comunitárias nas frequências das aeronaves.

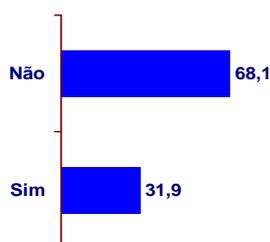
81 No Artigo 1 (Capítulo I – Das Generalidades), Lei 2.615 (03/06/1998)

82 Artigo 32 (Capítulo VIII – Da Programação), idem.

83 Artigo 11 (Capítulo IV – Da Autorização), idem.

No âmbito da pesquisa *Configurações do Mercado do Funk no Rio de Janeiro*⁸⁴, realizada pelo CPDOC⁸⁵ da Fundação Getúlio Vargas, foram incluídas algumas questões referentes ao tema *Rádios Comunitárias*⁸⁶ para conhecer como as rádios comunitárias são percebidas pelo público de áreas consideradas de baixa renda (favelas e localidades distantes dos grandes centros urbanos) do Rio de Janeiro. O público escolhido para responder os questionários da pesquisa foram os camelôs que montam barracas nas proximidades de clubes e boates da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde os bailes funk são realizados. Embora o objetivo da pesquisa fosse estimar o mercado dos camelôs na Região Metropolitana do Rio, gerado pelo segmento cultural do funk, investigou-se também a opinião desse mesmo público a respeito das rádios comunitárias, sendo este um dos tópicos da pesquisa⁸⁷. Ao todo foram realizadas 149 entrevistas, de um universo de pesquisa de aproximadamente 248 pessoas, apresentando o seguinte resultado.

Existência de rádio comunitária no local de moradia - %



Frequência com que ouve rádio comunitária - %



Em apenas 31,9% das localidades, onde moram os entrevistados, existem rádios comunitárias. Destes, 37% nunca as escutam e 19,6% as ouvem todos os dias.

Programação ouvida nas rádios comunitárias - %



84 <http://www.cpdoc.fgv.br/fgvopinioao/arq/FolhaSaoPaulo20012009.pdf> - acesso 20/01/2009

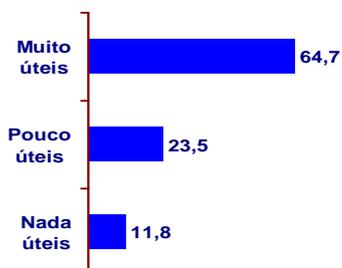
85 A pesquisa foi Coordenada pelo FGV Opinião que é o Núcleo de Pesquisa Social Aplicada, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (www.fgv.br/cpdoc).

86 Núcleo FGV Opinião, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, RJ, novembro, 2008. Mimeo.

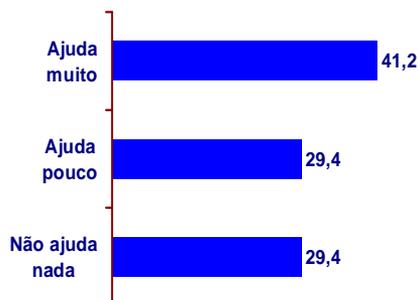
87 O objeto principal da pesquisa foi o mercado do funk no Rio de Janeiro. Procuramos de forma indireta realizar também uma investigação sobre rádios comunitárias entre os camelôs de baile funk, por considerar que esses dados são indicações indiretas da população das comunidades.

A pesquisa identificou que a atração de maior audiência nas rádios comunitárias é a música, com 89,7% dos entrevistados sendo ouvintes desse tipo de programação. Apenas metade ouviu programa de variedades e 46,4%, notícias.

Avaliação da utilidade das notícias veiculadas nas rádios comunitárias - %



Ajuda das informações transmitidas pelas rádios comunitárias para a rotina da família - %



Entre os entrevistados que ouvem notícias em rádios comunitárias, 64% consideram as informações muito úteis, enquanto 11,8% avaliaram como sem utilidade. Entretanto, 41% acreditam que as informações transmitidas ajudam muito na rotina da família.

Um dos itens que destacamos desta pesquisa refere-se ao percentual de preferência da maioria dos ouvintes (89,7%) pela programação de música. O alto percentual nos leva à hipótese de que esta preferência não seja oriunda de uma ação espontânea de ligar a rádio e escolher uma música, mas, sim, de que a rádio já tenha essa opção de maior espaço de tempo de música em toda a sua programação por falta de recursos próprios (financeiro e/ou humano) para oferecer outros tipos de programas.

A pesquisa também ofereceu parâmetros à compreensão da grade de programas das emissoras de Rio das Pedras, permitindo dessa forma criar um pressuposto sobre a regularidade de tipos de programas de música nas rádios comunitárias. Esta referência foi considerada no estudo de caso que apresento no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV – Quem faz uma rádio comunitária? Um estudo de caso

No verão de 2009, um dos jornais mais populares do Rio de Janeiro, o *Jornal Extra*, noticiou: “Polícia abre caçada às rádios clandestinas com o Bope”⁸⁸. Notícias como esta deixaram de ser novidade para as rádios da favela Rio das Pedras, que também tem no registro da sua trajetória o fechamento das rádios *FM-100,1*⁸⁹, *106,1 FM*⁹⁰ e da *94,5 FM*, do *Castelo das Pedras*.

[...] eu tentei fazer uma rádio comunitária aqui. Ficou [funcionando] dois meses e foi fechada. Por que só a minha rádio foi fechada e as outras não foram? Evidente, até... as próprias rádios comunitárias daqui, como a rádio do *Castelo*, tomaram uma proporção muito grande. Eles denunciaram e vieram aqui... Tudo bem, lacrou, até hoje não funcionei. Mas, [a rádio] ajudava a comunidade... ajudava com cesta básica... às vezes as pessoas vinham aqui... Tinha a igreja que funcionava na rádio também.⁹¹

Supostamente esses fatos não chegaram a abalar os fundadores das emissoras de rádio que operam na favela: *Rádio PJ*, que utiliza o sistema de “Rádio-Corneta”⁹² localizada na Rua Nova⁹³, com instalações de alto-falantes em caixinhas nos postes, em vários pontos da localidade; *RP Notícias - FM 90.9 - Comunitária Educativa*, no Pinheiro⁹⁴; e a *103,3 FM - A voz da comunidade*, localizada na Vila Rica, próxima à Rua Velha⁹⁵, e também funcionando com um transmissor extra a partir de uma lojinha próxima

88 *Jornal Extra*. Geral, 10/02/2009, p. 8. A notícia refere-se a cinco rádios clandestinas que foram fechadas no dia anterior (9/2) pela fiscalização da Anatel na Cidade de Deus, favela localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em operação que contou com o apoio de 50 policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que já participavam da ocupação da favela no combate ao tráfico de drogas desde 9/2/2009. Segundo informação do capitão Ivan Blaz, comandante da operação, as rádios operavam em faixas de rádio FM.

Em outra notícia para o site Observatório de Favelas (www.observatoriodefavelas.org.br), de 13/2/2009, Liana Leite escreve que, segundo Elias de Lira Guilherme, presidente da *Brisa Rio FM, 101,7*, rádio comunitária com sede na Rocinha, 12 rádios foram fechadas na segunda-feira (9/2), mas apenas cinco foram divulgadas. Liana informou que mais 200 rádios ainda devem ser fechadas em 2009.

89 Esta rádio funcionava na Avenida Engenheiro Souza Filho (Areal 1). Segundo informações de moradores, o dono da rádio pretende voltar a funcionar com outro nome em uma favela próxima.

90 A *106,1* funcionou nas dependências da Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras e foi fechada pela Polícia Federal, no final de fevereiro de 2007, durante as investigações relacionadas à morte do ex-inspetor Félix Tostes, em 22/02/2007.

91 Trecho da entrevista que realizei para a minha pesquisa com Geiso Turques, proprietário do *Castelo das Pedras*, em 9/12/2008.

92 Esses sistemas de som se intitulam “rádio comunitária” e alguns planejam sua modernização com a compra de transmissores para que passem a transmitir em FM.

93 Rua Nova é uma das principais vias de trânsito no interior da favela, onde está localizada a sede da AMARP.

94 Pinheiro é uma área na parte alta de Rio das Pedras, onde se encontra o conjunto habitacional do Programa Favela-Bairro instituído no primeiro governo do Prefeito César Maia (1993-1996).

95 A rua mais importante na história de Rio das Pedras, por ser o local onde foi iniciada a construção da favela.

à rádio, na Rua Alonso, no interior da favela. Pressupondo um reforço motivacional, em agosto de 2008 foi criada *A Nova Sintonia - FM 91,7*, no Areal I, subárea de Rio das Pedras, já mencionada. Lamentavelmente, *A Nova Sintonia* não será considerada no presente estudo, devido as suas atividades terem sido iniciadas na fase de encerramento da minha pesquisa de campo. Entretanto, o fato de o responsável pela organização da programação da nova emissora já ter sido locutor de outras rádios locais (exceto a *FM-90,9*), facilitou o contato e a sua disposição para colaborar com a minha pesquisa.

Como dito anteriormente, os contatos realizados desde o início da pesquisa de campo foram importantes para aproximação com as emissoras e os seus proprietários e colaboradores, que não mediram esforços para facilitar meu trânsito nas dependências das rádios. Conversamos longamente sobre suas rotinas e sobre suas trajetórias de vida. As anotações do caderno de campo e as entrevistas compõem a espinha dorsal deste capítulo sobre as “rádios comunitárias”⁹⁶ de Rio das Pedras.

IV.1 – Sistema de transmissão de Rádio-Corneta: *Rádio PJ*

De volta para casa, depois de ter passado a manhã na *FM 90.9*, parei na esquina para atravessar a rua e ouvi uma música. Olhei para cima e lá estava uma das caixinhas da *Rádio PJ* presa na parte mais alta do poste. Pensei nas vezes em que estive na rádio e encontrei a porta fechada. Por um impulso, resolvi mudar o trajeto. Atravessei a rua e segui por uma passagem na lateral do conjunto de apartamentos do projeto Favela-Bairro. Desci as escadas do Pinheiro para a parte baixa de Rio das Pedras, atravessei a Praça da AMARP seguindo no sentido da Rua Nova, onde está localizada a *Rádio PJ*. Já no endereço, encontrei a porta aberta. Toquei na madeira do portal e PJ atendeu. Prontamente fiz minha apresentação e ele respondeu que estava com assuntos para resolver na rua, mas que poderia conversar no dia seguinte, às oito horas da manhã⁹⁷.

No dia marcado (30/7/2008), cheguei à *Rádio PJ* pontualmente no horário marcado. Novamente subi com cuidado os altos degraus da estreita escada em material vitrificado, que me levaria ao encontro do PJ. Enquanto subia, percebi que os transmissores

96 As aspas indicam que a comunicação, através do rádio na favela, extrapola o conceito de rádio comunitária previsto na Lei 9.612.

97 PJ liga os transmissores diariamente às 8 horas, com música. A rádio funciona de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas. Aos sábados, com expediente de 8 às 13 horas. Domingo a rádio não funciona.

já estavam ligados e PJ no controle das atividades. Já em cima, entre o final da escada e a porta da sala, parei para observar as paredes laterais do exíguo corredor que antecedia a entrada da sala-estúdio. Havia inúmeros originais de diversos documentos, em sua maioria carteiras de identidades, fotografias de pessoas perdidas, fotos e recortes de jornais. Alguns documentos estavam presos com fitas adesivas, outros pregados e colados na extensão das paredes. Entretida olhando aquele painel original, demorei um pouco a entrar na sala, mas percebi quando PJ se aproximou. Conversamos sobre a quantidade de documentos expostos à espera dos seus donos, como disse ele, e entramos na sala.

Numa primeira vista, o interior da sala-estúdio da rádio desperta a atenção do visitante pela quantidade de equipamentos de som, novos e antigos, expostos nas estantes de estruturas de aço, com altura próxima ao teto, e espaço para circulação de uma pessoa no seu entorno. Completavam ainda o mobiliário da sala, uma mesa pequena de madeira, duas cadeiras e um telefone. A aparência de antiguidade dos equipamentos contrasta com as demais emissoras da favela, que já operam informatizadas, utilizando programas de comunicação de rádio avançados, acompanhados às mesas de som e microfones.

Paulo Jorge de Paula Dias, Paulo, Paulinho, ou simplesmente PJ, como é conhecido, tem aparência modesta e dinâmica, de fácil comunicação, demonstra ser solidário no que estiver ao seu alcance. Logo no início, atendendo ao meu pedido, PJ autorizou a gravação da nossa conversa. Observei que teria dificuldades com a qualidade do material que seria produzido, devido à informalidade e condições do ambiente para realização da gravação. Havia uma caixinha com alto-falantes em um poste próximo da janela da sala onde estávamos, instalada estrategicamente como retorno das transmissões da rádio, não oferecendo, dessa forma, alternativas para redução do barulho, mesmo com a janela fechada. Reconhecido o problema, sentei em uma cadeira ao lado da mesa. Ao ligar o gravador, percebi outra dificuldade: o entrevistado não sentou. Ao contrário, ele ficou todo o tempo de pé, atento à conversa e à sua rotina. Falava, gesticulava e se movimentava de um lado para o outro, no espaço entre a mesa e a estante onde estavam os equipamentos.



Foto 7 – Caixinha de alto falante da *Rádio PJ* (1)



Foto 8 – Caixinha da *Rádio PJ* (2)



Foto 9 – Caixinha no prédio da *Rádio PJ* (3)



Foto 10 - Entrada da *Rádio PJ* – Rua Nova, 110 – Rio das Pedras

Exposição de documentos Perdidos – Rádio PJ (fotos do autor)



Foto 11 – Rádio PJ



Foto 12 – Rádio PJ (2)



Foto 13 – Rádio PJ – favela Rio das Pedras



Foto 14 – Chaves perdidas



Foto 15 – Documentos perdidos



Foto 16 – Paulo Jorge e os equipamentos da *Rádio PJ* – Rio das Pedras



Foto 17 – Equipamento transmissor da *Rádio PJ*



Foto 18 – caixinhas da *Rádio PJ*

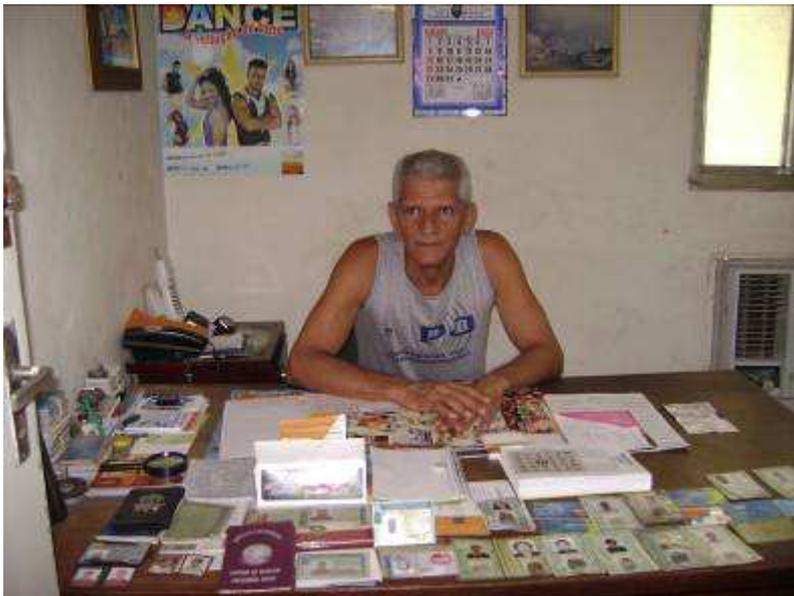


Foto 19 – Paulo Jorge – *Rádio PJ* – Rio das Pedras

Paulo Jorge nasceu no dia 5 de janeiro de 1953, em Ubá, cidade de Minas Gerais, de onde saiu para morar na favela Rio das Pedras há mais de 38 anos⁹⁸. Casou-se e teve uma filha, Aparecida, atualmente com 17 anos, que mora na Rua Velha com a tia, desde o falecimento da mãe. Estabelecido no Rio de Janeiro, trabalhou em maquinaria⁹⁹ na *TV Educativa*, *TV Globo* (no antigo *Teatro Fênix*) e uma terceira televisão evangélica, como ele informou. Em paralelo ao trabalho na televisão, também promovia festas com a sua equipe de som. Depois que saiu da televisão, passou a organizar e realizar concorridos bailes¹⁰⁰ e festas de rua (principalmente festas juninas) para manter o orçamento da família. A facilidade de comunicação ajudou a aumentar a sua popularidade entre os moradores, assim como o acesso à AMARP.

A vida de PJ está ligada à história da favela, sendo esta uma das principais razões de ter criado, em 1975, a primeira rádio comunitária de Rio das Pedras: a *Rádio PJ*.

[...] Aí do forró de rua, dei festa junina... a festa junina aqui foi tão grande que a rua teve que ser fechada, os bares tiveram que ser fechados. Era muita, muita gente!... Começou a ficar na cabeça, sabe?... muita coisa na minha cabeça... Eu peguei e disse: “vou deixar essa porcaria pra lá...” Aí resolvi abrir uma rádio comunitária, que era mais sossegado pra mim. Foi o que eu fiz. E essa aparelhagem que tinha aí... tudo era da minha rádio comunitária de antigamente. Muita coisa daí era da minha equipe de som. [...] Eu trabalho com coisa que tem a ver com a comunidade... Eu trabalhava na televisão, mas tinha também outra atividade, que era equipe de som...

A decisão de montar a rádio foi justificada pelas ações de solidariedade com os parentes dos moradores que chegavam de outras cidades e ficavam sem referências para encontrar seus familiares já estabelecidos na favela.

Eu fiz a rádio, mas não por dinheiro, foi mais para ajudar a comunidade; não para estar cobrando aqui, ou ali, a comunicação. As pessoas procuravam um, procuravam outro que vem de fora. Aí eu disse: ‘vou abrir uma rádio’. [...] Foi a necessidade de comunicação com o povo daqui. O povo daqui é muito assim... não vinha à associação, a gente guardava carta aqui, comunicado de longe... A pessoa daqui não sabia dos parentes... Vai pra aqui, vai pra cá, comunicava perda de pessoas... Às vezes os parentes procuravam pessoas que vinham da Paraíba [...] procurando parentes... A rádio informava: ‘Ó fulano de tal, o seu parente está aqui procurando você’. Mas já tinha deixado recado que vinha de longe... [...] os parentes procuravam e não achavam. Aí a rádio comunicava: ‘o fulano, o seu parente já veio aqui procurar você...’ [...] a pessoa não podia ficar muito tempo aqui porque tinha coisas pra fazer. Tinha que voltar para sua cidade de origem, deixava o papel com o endereço e telefone. A pessoa que conhece a rádio vinha: ‘ah, está chamando aí?’ [E PJ respondia:] ‘Estou chamando agora essa pessoa... seu parente estava esperando a senhora’. ‘E agora?’ ‘Aqui estão telefone e endereço para a senhora se comunicar com ele’. Era isso...

98 A sua chegada em Rio das Pedras coincide com o surgimento da favela, no final dos anos 1960.

99 PJ diz que maquinaria é o setor de montagem dos cenários para televisão.

100 Como já mencionei anteriormente, no início da favela, os bailes de forró revelaram hábitos arbitrários de uso regular de armas (facas e revólveres) pelos moradores para segurança pessoal e de suas residências. Nessa época havia muitas mortes a faca.

Além dos anúncios de documentos perdidos, pessoas desaparecidas, mensagens da Associação de Moradores e assuntos diversos relacionados aos moradores da favela, desde a criação da *Rádio PJ* o trabalho de Paulo Jorge inclui também divulgar os produtos do comércio local. Às questões sobre o tipo de programação e como a rádio se mantém, PJ responde com firmeza.

Aqui não tem programação não. Aqui é comercial e música, mais nada.

[E como a rádio se mantém?]

Ah, com os comerciantes... Comerciantes que pagam os anúncios... pagam a chamada.

[Quanto custa cada chamada aqui?] Custam setenta reais.

Eles dão [o anúncio] por escrito num papel e aí chama um locutor, paga o locutor, o comercial e bota um fundo [musical]... Boto uma música da escolha do cliente, ou então uma música de acordo com o comercial. Se o comercial é do tipo assim: uma loja que vende roupa jovem... Tem que ser uma música de jovem... é de acordo. Se for uma peixaria, eu boto uma música que fale sobre peixe; se ela vende comida, que fale sobre comida, para combinar. Isso eu faço desde que a rádio abriu. [...]

[...] Eu boto [música] de acordo com o meu coração. Se ele está pedindo forró, eu boto forró. Gosto de música romântica; gosto de funk; gosto de discoteca.

A sala-estúdio da *Rádio PJ* também funciona como estoque do material que ele mesmo compra e como uma espécie de oficina onde faz a montagem dos equipamentos de som da rádio e das caixinhas dos alto-falantes. Acerca dos trabalhos para a instalação e manutenção das caixinhas, PJ explica:

[Como esses equipamentos chegaram até aqui? Quem ajudou a montar?] Sou eu que compro e monto... Na hora a gente monta o som aqui.

[Como é feita a instalação?] Via fio... via fio. É subindo nos postes...

[O senhor mesmo é que faz o serviço?] Não. Eu fazia. Agora eu não tenho como subir nos postes. Eu fico muito sujo, os postes são tudo imundo, os urubus cagam os postes, ficam todos sujos e fedorentos. Então, não dá para atender cliente todo sujo. Então, tem um rapaz que eu pago para fazer isso pra mim. Olha aí, como está [o entrevistado mostra as caixinhas danificadas que foram retiradas dos postes para restauração] tudo quebrado, [...] aqui é só caixa. Eu comprei uma caixa nova para trocar. Quebrado... tudo quebrado... com o tempo e, também, a Light [os técnicos da companhia de energia elétrica] quando sobe no poste pega a escada e... “boom!” no poste com a escada pesada. Aí, a escada bate numa caixa de som e já quebra... e o tempo também quebra...

[...] a caixa, eu compro a madeira, mando cortar e eu mesmo monto; compro os alto-falantes. E para colocar no lugar eu pago o rapaz... Um rapaz que coloca essas placas aí [apontou para as placas de publicidades na rua] que mora lá em cima, eu pago a ele para botar no lugar pra mim.

Paulo Jorge atende também às solicitações de cantores e de moradores que desejam promover sua carreira musical com o lançamento do seu CD através da rádio.

Tem ouvinte que quer falar [ao vivo]... [...]. Aqui não pode cantar, não. [...] ‘Quer cantar? Me dá o CD montado que eu já avalio.’ Porque, se não, a gente vai montar uma banda aqui e cantar, não é? Aí, eu já mando [o interessado] para o estúdio... ‘Ó, grava no estúdio e já traz o CD montado’. [...] Tem CD aqui que não tem condições de botar no ar [...]. Esse CD aqui, ó... ele se gaba que é bom, que é cantor. O cara não canta nada... o cara assassinou a música!

Eu falo assim: ‘para tocar eu não cobro nada’; porque é música que eu uso, eu mesmo toco e se puder ponho como fundo musical para mim. Agora... para divulgar fulano de tal, que está com lançamento à venda em todas as casas de disco do Rio de Janeiro... eu toco. Tem que ter fala em cima da música porque, se não, não é um comercial.

Vem muitos cantores aqui e dizem: ‘cadê minha música pra tocar aí, Paulo?’ Eu toco. Tem um cara aí, que está sempre me dando CD dele pra tocar. Tem um CD bom. Fico tocando para ele... a música é boa. Todos esses CD aqui eles mandam pra mim do Rio, de São Paulo. Esse aí ó... [colocou CD de um cantor para tocar] peixaria... Botei essa música aí.

Quando se trata de ajudar aos moradores, PJ demonstra sua solidariedade através do rádio e, mesmo não gostando de falar ao microfone, transmite o apelo ao vivo para os moradores de Rio das Pedras.

[O senhor também fala no rádio?] Eu não gosto. Mas quando é coisa necessária, urgente... [...] quando uma mãe esteve aqui chorando, desesperada, descabelada, chorando... Eu disse para a pessoa, assim: ‘calma, me dá o nome dela, aonde a senhora perdeu a sua filha, com que roupa ela estava’. Aí eu vou anotando... ‘A senhora vai à Associação dos Moradores, vai lá...’ Porque eles pensam, quando vêm aqui: ‘ah, eu vi a placa lá na rua’. Mas, o que eu faço... Mando para a Associação de Moradores, porque lá tem muita comida e tem o abrigo. Lá eles têm um enorme espaço para crianças, tem lanche. Antigamente tinha creche, podia botar a criança na creche, mas agora a criança fica lá até a mãe chegar. [...] Para ser Associação de Moradores tem que ter assistente social, certo? Então, lá é que tem que ficar com a criança. [...] Eu já fico sozinho, não dá pra ter criança aqui pra eu olhar. [...] aí eu anuncio na rádio. [...] ‘Ó, você que achou uma criança, que viu uma criança... de tal... se loura, ou morena... [...], roupa assim, assim, assada... perdida na Areinha ou no Areal, por favor, trazer aqui na rádio comunitária’. A pessoa traz aqui. Aí eu já entro em contato com a associação... a mãe está lá... [...] e fica tudo certo. Aí eu faço a locução, porque é uma coisa urgente. Entendeu?

Mesmo afirmando que sua rádio é comunitária, considera também a possibilidade de que esta seja comercial, por uma questão de sobrevivência. Afinal de contas, precisa pagar as despesas.

[Como o senhor considera a sua rádio?] Olha... a rádio... [...] ela é mais comercial, porque sem comercial ela não sobrevive, porque aqui, por exemplo,... eu pago o aluguel, tem a luz, tem os locutores que cobram, tem os alto-falantes, tem as caixas... tudo tem um gasto imenso. A não ser que um cara muito rico... chegar e disser: ‘Ah, eu vou fazer uma rádio comunitária e não vou cobrar nada...’ Mas, aí é que está... se a gente não colocar anúncio, vamos cobrar dele, e eles também vão cobrar os anúncios que fizeram individualmente. Os anúncios têm que ser cobrados, não é?

O funcionamento da Rádio PJ passa pela dificuldade do seu proprietário dimensionar o conceito de ilegalidade/ clandestinidade e também de lidar com documentos de tramitação mais complexa.

[E esta rádio é regulamentada?] É... e na época eu fiz questão de tirar a documentação, apesar de que não precisava. Rádio que precisa de documentação é FM. Inclusive tem um amigo meu que tem uma FM que foi fechada. Como abri uma rádio de poste, ela não era muito alta, então não tem necessidade. Uma rádio FM comunitária, tanto faz você abrir aqui como em outro país. Você sabe, não é? Agora, se você abrir uma fraquinha, ela não vai interferir no aeroporto, nem nos

aviões e nem a Federal [Polícia] vai dar em cima de você. É bom ouvir uma rádio, mas a FM tem esse risco, entendeu? Já dei uma ideia a ele sobre isso. A minha rádio, na época, eu corri atrás mesmo para fazer o registro.

[Ela é registrada como rádio comercial ou como rádio comunitária?] Rádio Comunitária. Na época eu fiz questão de fazer isso, entendeu? [o entrevistado pegou um carimbo, um papel branco e carimbou um número] Aí tem até a numeração da documentação. Paguei um 'coroa' para fazer e disse: 'Eu quero este registro de qualquer maneira. Se vira!'

[Esse registro aqui?] Esta é a numeração de registro. Paguei para tirar isso.

O registro apresentado por PJ, como documento oficial da rádio, tratava-se na realidade de um número de inscrição municipal com o seu nome completo – Paulo Jorge de Paula Dias - indicando endereço residencial, sua atividade de locutor e o número do seu CPF (Cadastro de Pessoa Física). Acerca da possibilidade da existência de outro documento com o nome de “Rádio Comunitária”, Paulo Jorge argumenta:

Não sei. Não tenho, não. Tem papeis aí que foram feitos pelo senhor Hélio na época que trabalhei com gráfica, tem uma papelada que ele tirou para mim.

[...] O senhor Hélio era o corretor que trabalhava com a papelada da Associação de Moradores daqui, antigamente. Ele é que corria atrás da papelada. Aí, então, eu aproveitei que ele era meu amigo e pedi pra ele tirar esse documento aqui pra mim. Aí... olha só... é tanto, que está no registro mesmo, que até assinei carteira de empregado daqui e não deu problema nenhum. Paguei os honorários, paguei a carteira, e paguei o Fundo de Garantia, tudo baseado na lei.

Antigo morador de Rio das Pedras, Paulo Jorge considera muito boa a sua relação com a AMARP e descreve sua rotina de receber e divulgar notícias para os moradores pela rádio e também a sua percepção acerca dos objetivos da *Rádio PJ*.

[...] Tudo que vou lá pedir eu consigo. Todo dia vou lá saber se tem alguma novidade para a comunidade. Agora mesmo, eu vim abrir a rádio aqui. Vou... tomo um cafezinho na padaria, e pergunto se tem alguma novidade. Não tem... ou tem. Aí, vou lá e pego... Igual a esse aqui [o entrevistado mostra uma nota manuscrita para divulgação através do rádio]. Trago a novidade, gravo e vai para o ar. Esse aqui eu peguei ontem, já está gravado [PJ me entregou a nota, escrita num papel, que dizia: 'Região Administrativa do Rio. A direção da Associação de Moradores informa que as obras de canalização de água e esgoto, calçamento das ruas do Areal I estão sendo feitas pela Associação de Moradores. Desculpem pelos transtornos para que possamos melhorar. AMARP']. [O entrevistado continua o assunto] Então, quer dizer, a rádio foi feita em cima da necessidade da comunidade, mas juntamente com a Associação de Moradores. Tudo que vem da Associação de Moradores para mim e para a rádio não é cobrado, porque eu trabalho em torno dela. A Associação de Moradores é para ajudar a comunidade, e eu estou aqui, também, para ajudar a comunidade.

A Rádio PJ não foi a única a ser criada por Paulo Jorge. Na pequena sala, ao lado da rádio corneta, ele fez a montagem de outra rádio: a *FM 90,9*. Funcionou quase dois anos até começarem os problemas com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Polícia Federal. Então, resolveu dar a emissora para seu amigo, o então presidente da AMARP, Léo Magalhães.

Léo Magalhães? Conheço.

Essa rádio [*Rádio PJ*] é antes dele. Essa rádio começou antes dele ser presidente da Associação. Ele tinha um barzinho ali, na época. Ele vendia peixe no bar, cachaça, cana... Andava todo de preto, era um cara mais brincalhão. Bebia... hoje não bebe mais.

[Ele já era presidente da AMARP?] Antes, não. Porque aqui era outra pessoa que já faleceu há muito tempo. [...] Na época daquela chuva¹⁰¹ que matou muita gente, ele era morador... e passou a ser presidente.

Eu montei pra ele a rádio.

Montei aqui, ó... Montei aqui para ele [mostrou uma sala pequena com uma porta dentro do estúdio da *Rádio PJ*, ao lado da entrada].

Aí eu tinha que tomar conta da minha rádio, e tomar conta do empregado. O empregado tinha dia que vinha, e tinha dia que não vinha. Eu disse pra ele [Léo]: ‘toma conta dessa rádio pra você, segura ela e compra mais alguns equipamentos mais modernos’.

Acho que ele botou... Não sei se foi aqui, ou lá pra cima na casa dele...

O bar dele [Léo Magalhães] era aqui, antigamente... na Rua Nova. Mas ali [no Pinheiro], ele mora em cima, tem a filha dele, melhor situação... e vive lá.

A nova rádio depois de montada, pronta para uso, foi doada para o então presidente da AMARP, Léo Magalhães. Como discutido no Capítulo I, a AMARP é uma instituição extremamente presente no cotidiano de Rio das Pedras e cujos membros da diretoria tendem a centralizar e controlar todas as atividades ditas comunitárias. Mas, ao contrário das expectativas de PJ, a rádio não foi servir à “comunidade” na Associação.

[E por que ele não levou como presidente da Associação, a rádio para a Associação?]

Porque aí, se ele levasse para a Associação, a rádio seria da Associação. Apesar de que ele não teve nenhum interesse, foi nisso: a rádio ficar na Associação para a comunidade. Eu dei foi com esse interesse... mas ele levou a rádio para ele, e não era para fazer isso. Eu também fiquei falando isso, porque já quase virou briga sobre isso...

Porque a minha intenção era de a rádio ficar na Associação, para ajudar a comunidade.

Eu dei tudo montado pra ele... Agora, ele cobrou que os aparelhos que eu tinha aí, eram aparelhos que não estavam muito bons. Ele comprou aparelho mais moderno, com tudo mais moderno. Depois, também levou... ele levou a estrutura do ambiente... instalei tudo.

Existia tudo... com os empregados que eu ensinei. [...]. O funcionário mais antigo que ele tem, fui eu que ensinei a trabalhar¹⁰². Mostrei tudo... e dizia: ‘ó, é assim que se faz...’. Trabalhava assim... para trabalhar comigo aqui. Se não trabalhasse, eu dizia: ‘ó, está aqui [o pagamento]... leva.’ E deixava pra lá... Começou a dar problema de Polícia... A Federal começou a dar em cima... Estava atrapalhando meu negócio aqui [na rádio de caixinha].

A fiscalização da Anatel e a Polícia Federal estiveram na rádio *FM 90,9* e levaram presos um dos diretores operacionais da *RP Notícias*, Cláudio Duarte Soares,

101 Em 1996, uma chuva torrencial atingiu todo o Rio de Janeiro. A região de Jacarepaguá foi uma das mais atingidas pelas enchentes. Nessa ocasião a Prefeitura do Rio de Janeiro havia construído um conjunto habitacional numa área denominada Rio das Flores (próxima da Estrada de Jacarepaguá, na parte baixa da subárea do Pinheiro), para remoção dos moradores do Areal II. O número de famílias desabrigadas pela enchente obrigou a Prefeitura a mudar o projeto original, para abrigar as famílias de outras favelas que perderam suas moradias. (Ver BURGOS, 2002:57).

102 Os mais antigos apresentadores da *FM 90,9* são: Waldeci Vieira, conhecido por W.S. (nome artístico), que apresenta o programa *Brasil Jamaica* aos domingos, de 22 à meia-noite, e Cláudio Caliyo, que

conhecido pelo nome artístico de Cláudio Caliyo¹⁰³, e Paulo Jorge, como responsáveis pela rádio.

[Quando ele mudou pra lá, a Federal esteve lá?] Esteve lá... Esteve aqui... Já peguei um [processo] e não quero esse negócio me perturbando. Aí eu disse: 'toma, leva a rádio, leva os empregados, leva tudo pra lá, leva... toma. Eu não quero, não'.

A Polícia já teve sim. Meu nome está lá na [Polícia] Federal... meu nome como responsável.

[E não tem como o senhor transferir, não?] Não... Ah, sei lá... Está tudo bem, porque a polícia parou de me perturbar. Já fui lá umas duas vezes, falei com o delegado, para não me perturbar com isso: 'eu quero dizer que quem mandava não era eu, mas que meu nome está lá na Federal como responsável'. Mas, já está esquecido, já. Deixo pra lá. Não tem mais nenhuma notícia de perturbação, não. Só tem quando chega intimação para eu ir lá, na Federal.

[...] Eu fui lá duas vezes só e nunca mais me perturbaram. Vamos esperar morrer. A rádio ficou bastante tempo comigo, mas está há mais tempo lá [no Pinheiro] do que ficou aqui. Aqui ela ficou coisa de ano e pouco. Tinha um bom profissional, um rapaz legal, que não gostou de trabalhar com o Léo, não, aí foi embora. Ele era bom.

[Léo Magalhães, para trabalhar nessa época, ele entendia de rádio?]

Nada, ele não entende de nada.

As pessoas que estão com ele são boas. As pessoas sabem trabalhar.

PJ e Caliyo não são os únicos a enfrentar problemas com a Polícia Federal. Como discutido anteriormente, devido a denúncias isoladas ou à pressão dos órgãos que representam a grande mídia, as rádios comunitárias continuam sofrendo um processo de fiscalização constante, independente de ser legalizada, ou não, e submetidas às mesmas sanções penais. Basta que a agência reguladora receba uma reclamação de interferência de uma rádio comunitária, para que esta seja notificada imediatamente e, em persistindo o motivo da queixa, a rádio acaba sendo fechada pela Anatel.¹⁰⁴

A vida de Paulo Jorge caminha paralela à história da comunicação radiofônica de Rio das Pedras e a história da própria favela. Envolvido e comprometido com a vida da favela, fez amigos comuns e outros pouco comuns.

[Estou vendo que o senhor tem ali uma placa do Nadinho].

O Cabeção. Gosto muito dele. Ele é meu amigo. É gente muito boa, ele.

diariamente apresenta seu programa *Show da Tarde*. Os dois participam da *RP Notícias* como diretores operacionais, todavia, não há registro de que tenham sido funcionários da emissora.

103 Cláudio Caliyo conta que foi preso duas vezes pela Polícia Federal. Em uma delas estava em casa, quando os policiais chegaram em oito viaturas da Polícia Federal para prendê-lo junto com PJ e Dênis de Souza, conhecido como Mão-Preta (também locutor da *90,9*). A *RP Notícias* foi fechada pelos fiscais da Anatel, após a apreensão dos disquetes da programação. Foram levados à delegacia onde prestaram depoimentos, foram autuados e, posteriormente, liberados. Também em outra ocasião a PF levou presos, além dele e PJ, mais dois da rádio: Léo Magalhães e Mão-Preta. Algum tempo depois a *RP Notícias* voltou a funcionar.

104 Os movimentos sociais pela democratização do acesso popular à comunicação reivindicam alteração dos artigos 25 a 27 do Decreto 2.615 de regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária, que institui a ausência de proteção do direito de funcionamento das emissoras, nos casos de interferências, ainda que estejam outorgadas pelo Ministério das Comunicações.

Mora. Em frente à pracinha tem um prédio, e ele mora naquele prédio. Ele sempre morou aqui. Só que tem gente que mente pra caramba. Ele tem um prédio aqui. O pai dele mora aqui, olha [apontou para a rua pela janela]. O pai dele mora aqui ao lado.

[O senhor conhecia o Felix, também?] O Felix morava aqui na Rua Velha. O irmão dele mora lá ainda, na Rua Almira. O irmão, o pai dele, na Rua Almira. Ele morava na Rua Velha com a mulher. Depois passou a morar lá em cima no Condomínio Floresta. Sabe onde é o Floresta? É no *Countring*. Condomínio Floresta.

Sobre os planos para o futuro da rádio, Paulo Jorge reflete: “Futuro muito bom. Estou bem com as pessoas. Eu pretendo... é descansar disso aqui, porque eu não tenho férias...”

Terminada a gravação da entrevista, PJ continuou mostrando fotos que estavam presas nas paredes internas da sala, trazendo à lembrança o período de repressão da polícia que cumpria ordem de retirada dos moradores dos barracos que foram construídos nas vias públicas e áreas particulares, e também dos incêndios provocados pelos próprios moradores revoltados, que se sentiam expulsos da favela. Em seguida me convidou para um café na padaria, próxima da rádio, e uma visita à AMARP, onde iria buscar notas para divulgação no rádio e, também, me apresentar ao presidente da Associação, Eli Bittencourt.

No caminho até a padaria ficou visível a popularidade do PJ. As pessoas que passavam por nós tinham sempre algo a dizer, além do simples cumprimento pelo encontro. Entramos na padaria e ele encontrou uma pessoa e ficou conversando durante algum tempo. Para compensar o tempo de espera, resolvi ir ao caixa comprar um lanche. No meio do caminho, PJ me chamou dizendo que o café estava pago. No local onde estava havia uma garrafa térmica sobre uma mesinha encostada numa coluna. Gentilmente me ofereceu um copinho descartável e o café. Em seguida, me apresentou ao proprietário da padaria, comentando sobre o hábito de tomar café todos os dias de manhã nessa padaria, antes de ir à AMARP. Em outros horários do dia o pessoal da padaria deixa regularmente uma garrafa de café à sua disposição.

Continuamos o caminho pela Rua Nova na direção da Associação. Já na praça da Associação, PJ apontou para um carro que estava saindo do estacionamento da praça para a Rua Nova, dizendo: “Aquele lá [o carro], é do Nadinho! Vamos falar com ele.” Era um carro preto com *insulfilm* em todos os vidros da mesma cor, sendo, por essa razão, impossível identificar o motorista. Atravessamos juntos pela frente do carro e paramos na

calçada, próximo à entrada da Associação. O motorista abriu a janela e PJ continuou: “Oh, Nadinho, tudo bem?!” Nadinho acenou com a cabeça, soltou o cinto de segurança, abriu a porta e saiu do carro. Já na calçada, PJ me apresentou e disse que estava me levando para conhecer a Associação. Nadinho me cumprimentou gentilmente e perguntou se eu estava gostando de Rio das Pedras. Respondi que sim. Ele continuou informando que estava saindo para um compromisso no centro do Rio, mas que teria prazer em receber nossa visita no seu escritório, ali mesmo, em frente à praça – apontando na direção do prédio onde mora com a família. Agradei o convite e nos cumprimentamos. Em seguida, entrou no carro e seguiu viagem. Paulo Jorge e eu subimos para falar com o presidente da AMARP, mas, como das vezes anteriores, não o encontramos. Por fim, Paulo e eu nos despedimos.

IV.2 – *RP Notícias - 90.9 FM - Comunitária Educativa*

A entrevista com Leonardo Faria Magalhães, ou Léo Magalhães como é conhecido, proprietário da *FM 90.9*, realizada no dia 15 de janeiro de 2008, estava prevista por ser a *RP Notícias* a segunda mais antiga emissora da localidade. Também pela participação do seu diretor-presidente na história de Rio das Pedras, como um dos fundadores da Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP). Com o apoio da sua filha, Juliana Magalhães, que administra a rádio, consegui marcar uma entrevista para as 20 horas, no estúdio da *RP Notícias*, localizada no prédio de três andares de propriedade de Léo Magalhães, em uma rua do entorno da praça na parte alta da favela, próxima à encosta do morro, do lado oposto ao conjunto de apartamentos construído pelo projeto Favela-Bairro, nas margens da Estrada de Jacarepaguá. A área é conhecida como Pinheiro e é considerada uma das mais desenvolvidas da favela, caracterizada por construções de casas irregulares e também de prédios residenciais (em sua maioria quitinetes), com lojas comerciais no andar térreo.

No dia marcado, saí de casa equipada com o gravador, microfone e mini-discos, para realizar a entrevista. Quando estava próximo da área da favela, constatei que faltava energia elétrica em toda a região. Mesmo sem certeza da realização da entrevista, resolvi ir ao Pinheiro para não perder a oportunidade do contato pessoal, reafirmar meu interesse e combinar outra data, se fosse o caso.

Estava tão escuro que mal conseguia identificar a entrada do prédio onde funciona a emissora. A rua estava cheia de pessoas acomodadas nas cadeiras e mesas dos bares, parecendo esperar pelo retorno da energia elétrica para retomar suas atividades, ou mesmo continuar onde estavam. Fiquei observando toda aquela situação, tentando identificar algum rosto conhecido, até que encontrei um grupo, onde se encontrava Juliana conversando. Aproximei-me e logo fui reconhecida devido a uma visita anterior à rádio. Comentamos sobre as dificuldades geradas pela falta de energia elétrica, que causara a interrupção da transmissão dos programas daquele horário. Então perguntei pelo seu pai e ela me levou até ele do outro lado da rua.

Os reflexos de luz dos faróis dos carros que subiam a ladeira do Pinheiro permitiram identificar Léo Magalhães, em pé, com o braço apoiado nos ferros de proteção da parte alta da praça. Moreno, de estatura baixa, rosto quadrado, cabelos bem grisalhos e crescidos, vestido todo de preto (uma de suas características), chapéu na cabeça, com a camisa entreaberta deixando aparecer uma corrente grossa de prata no pescoço. Juliana me apresentou a ele, retirando-se em seguida.

Léo Magalhães já estava me aguardando para a entrevista, mostrando-se disposto a colaborar. Antes mesmo que eu dissesse qualquer coisa, ele começou a contar suas lutas por melhores condições de vida para a “comunidade”¹⁰⁵, seu prazer de viver em Rio das Pedras: “[...] aqui é muito bom de morar. A gente não vê confusão como nesses outros lugares. Tudo muito tranquilo. Você vê?... nós estamos no escuro, sem luz, tudo à vontade, o pessoal sentado, conversando, tomando sua cervejinha, ou refrigerante, e ninguém vê problema nenhum... pode ficar a noite toda e não vai ter problema.” Sobre a falta de luz, disse que tem falado muito sobre o problema durante a programação da rádio e que a Light não estava fazendo a ‘coisa’ certa e que demorava muito para atender aos chamados. Também criticou a ausência da Associação de Moradores para resolver o caso. Falamos um pouco sobre o seu tempo na associação e ele respondeu que não era difícil o trabalho lá: “[...] tudo era feito com dedicação e honestidade. A gente juntava um grupo, se reunia para decidir as coisas e resolvia tudo para a ‘comunidade’, sem problemas. Não é nada difícil... é só fazer tudo direito, honestamente, que dá certo. Agora, tem pessoas que não querem assim e fazem coisas erradas... aí morrem”.

105 Neste caso, o uso do termo segue o discurso do entrevistado.

No primeiro momento fiquei muito ansiosa. Estava ainda na fase da apresentação do que pretendia com a nossa conversa e, antes de começar a entrevista, ele já havia disparado informações importantíssimas que eu queria que ficassem gravadas. Tratei logo de perguntar se eu poderia gravar a nossa conversa e se poderíamos ficar num espaço com menos barulho para a gravação. Ele aceitou a proposta e chamou um rapaz, pediu que este preparasse uma mesa e três cadeiras num lugar bom, ali mesmo na rua, na calçada do lado oposto da praça. Chamou também sua filha, Juliana, e pediu para ela trazer copos e água para a mesa.

A escuridão era total. O lugar arranjado para a mesa e cadeiras já não recebia os reflexos dos faróis dos carros como antes. As condições para a entrevista eram completamente inadequadas e fora dos padrões para o tipo de trabalho. Mesmo assim, optei por não deixar passar a oportunidade de realizá-la, principalmente pelo interesse e boa vontade demonstrados pelo entrevistado. A criatividade foi uma ferramenta importante naquele momento. Meu telefone celular foi transformado em lanterna - usei a luminosidade da pequena tela - para identificar os botões de controle do gravador. Assim iniciamos a entrevista.

Em 1959, Leonardo Faria Magalhães deixou suas atividades de vaqueiro no interior do estado do Ceará e migrou para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. No Rio morou em Campo Grande, na Rocinha e, em 1969, mudou-se para a favela Rio das Pedras, onde reside com a família: esposa e duas filhas. Gosta de dirigir, é motorista profissional, mas optou por viver do seu próprio comércio. Teve bares em Campo Grande, na Rocinha e no Rio das Pedras, onde também se dedicou às atividades comunitárias.

Minha vida em Rio das Pedras sempre foi... Primeiro, quando eu vim pra cá, a primeira ideia que veio na minha cabeça, eu achei que havia na época, uma necessidade de unir o povo. E nessa união a gente sugeriu a fundação de uma associação de moradores. Isso aconteceu de 1978 para 79. Aí eu reuni o grupo, na época 16 pessoas, reuni os moradores, fizemos reuniões e fundamos a Associação, conseguindo registrar em 1º de abril de 1979. [...] De lá pra cá a gente desenvolveu outros trabalhos. Fundei uma rádio comunitária, fundei um centro social, fundei a TV a cabo que hoje beneficia muito os moradores; fundei o posto médico da Associação. Todas essas coisas passaram na minha mão.

Aos 62 anos de idade, e há 39 residindo em Rio das Pedras, Léo Magalhães dedicou-se, durante 20 anos, à Associação de Moradores, atuando em vários cargos: presidente, vice-presidente, tesoureiro, presidente do conselho fiscal, cinco vezes presidente de comissão. Mesmo já não tendo responsabilidades na administração da

Associação, continua participando ativamente da política local. Sua última atuação foi como presidente da comissão eleitoral para eleição do novo presidente da AMARP, realizada no dia 30 de novembro de 2008.

Na presidência da AMARP, Léo Magalhães preocupava-se com o crescimento da favela e também com a precariedade da comunicação com os moradores. A necessidade de um veículo de comunicação estimulou a ideia de fundar uma rádio comunitária.

Eu, quando estava na Associação, achava que havia a necessidade de comunicação na época. A gente sentiu que precisava de um meio de comunicação que não tínhamos. Me veio a ideia de também fundar uma rádio comunitária. Foi quando na época também formei uma diretoria para rádio comunitária de 11 diretores; fundamos a rádio comunitária que já vai fazer, se não me engano, 13 anos [sua filha, Juliana, o corrigiu dizendo que eram doze anos]. Prestamos serviço à comunidade, uma comunicação honesta. Enfim, fazendo um trabalho para agradar realmente a comunidade.

No começo, lidar com as atividades que envolviam o funcionamento da rádio não foi fácil. O entrevistado reconheceu a sua total in experiência no assunto, mas a sua grande habilidade para formação de equipe e de negociação dos horários e do tipo de participação dos seus pares o ajudaram a resolver as dificuldades iniciais.

[Qual era a sua experiência em rádio comunitária?] Nenhuma. [...] Isso surgiu da minha cabeça e eu falei da ideia para os colegas e fomos colocando em prática, e estamos aí até hoje. [...] Hoje eu sei o que é uma rádio comunitária, o que ela tem que fazer. [...] Quando comecei não sabia nada. Aprendi. [...] A verdade é essa... E eu consegui tudo até hoje e estou satisfeito. A emissora é mantida com as doações recebidas do comércio local e dos apresentadores que colaboram prestando serviços de manutenção dos equipamentos, por exemplo, em troca de um horário na programação da emissora.

[Como exemplo] Eu tenho um rapaz que trabalha comigo, que tem a função de consertar geladeira, fogão, e faz manutenção aqui gratuitamente. Ele tem um programa todo dia e, nessas duas horas, a gente faz a troca. [...] Ele tem aquelas duas horas para fazer o programa dele, e de troco, faz a manutenção da rádio para mim.

Eu tenho uma equipe de 58 pessoas. Nós temos uma variada programação: evangélico, católico, forró, brega, enfim, variado, né? [...] A gente abre 5 da manhã e vamos até meia noite. Meia noite encerra a atividade, porque eu achei que não era bom trabalhar a noite toda... [...] Rádio comunitária não precisa trabalhar a noite toda. Fosse assim seria uma rádio comercial. Aqui não há necessidade de funcionar a noite toda.

Um ano após a realização dessa entrevista, a *RP Notícias* passou a funcionar 24 horas, sem interrupção, utilizando recursos de informática, com programa de seleção e execução de músicas para tocar no período da madrugada, até o primeiro programa da manhã. Acerca da programação diária, o proprietário da *FM 90,9* informa:

A programação é feita da seguinte maneira: eles [os apresentadores da grade de horários] vêm, fazem seus trabalhos em duas horas e vão embora. Aí vem outra turma, faz o trabalho em duas horas e vai. De duas em duas horas é mudada a programação. É variada... No domingo é toda evangélica. Dia de domingo a

programação, de 6 da manhã até 6 da tarde, é toda evangélica, porque as igrejas também têm as suas programações. Então, aos domingos, a programação é reservada para os evangélicos.

Mesmo sem qualquer conhecimento técnico sobre rádio, Léo Magalhães também apresentou um programa dedicado a músicas de Roberto Carlos, de 5 às 7 horas da manhã. O programa durou pouco tempo, porque ele resolveu se ocupar da parte burocrática dos seus negócios, ficando como administrador e orientador da equipe. Quanto à participação dos ouvintes na programação, comenta

Aqui é um local de muito nordestino. Acredito que 80% aqui são nordestinos. Eles gostam muito de música de forró, músicas bregas. Outros pedem ajuda; por exemplo, tem pessoas que vêm aqui pedir alimentação, roupinhas, porque também tenho aqui um centro social que funciona ajudando as pessoas nessa parte.

Além da *RP Notícias*, também foi criado o Centro Social Léo Magalhães para dar apoio às atividades assistenciais da rádio e atendimento às demandas dos moradores de Rio das Pedras, conforme descreve o seu idealizador.

Centro Social Léo Magalhães. Ele é ligado à rádio. A gente doa cesta básica [...] A comunidade tem muitas pessoas carentes que vêm aqui pedir coisas.

[Qual a importância da rádio para a comunidade de Rio das Pedras?] Eu acho boa. Por exemplo: a gente tem um banco de emprego que funciona da seguinte maneira: a pessoa traz o currículo. A gente liga para o empresário e oferece o funcionário: garçom copeiro, faxineiro, porteiro. Então temos esse banco de emprego e não cobramos nada, fazemos gratuitamente. [...] As pessoas perdem muitos documentos. Então essas pessoas vêm aqui; a gente anuncia e não cobra nada. Aí as pessoas [que acham] trazem os documentos e a gente liga para a pessoa pegar seus documentos, tudo isso gratuitamente. [...] O que se perde criança nessa comunidade é 'fogo'. De vez em quando aparece uma senhora aqui chorando, pedindo para anunciar no rádio... a gente anuncia perfeitamente... e quanto pagam? Não pagam nada. A gente anuncia e quem achar a criança traz aqui. Chamamos os pais para entregar a criança. São uns trabalhos que a gente faz que, na minha opinião, são importantes para a comunidade.

A estrutura para tantas realizações, e envolvimento nas atividades assistenciais e sociais da favela Rio das Pedras, encontra sua base na família, que também tem participação direta, ou indireta, nos projetos de Léo Magalhães.

Eu sou casado e tenho duas filhas. Uma é formada em pedagogia: é professora. Nós temos também, aqui, uma creche, mas é particular. Minha filha, Fabiana Magalhães, é diretora e proprietária da creche, que comporta cem crianças, e também é legalizada pela Prefeitura. Tudo certinho. E tem a Juliana, que trabalha comigo na rádio... e juntos a gente desenvolve o trabalho. Juliana tem um programa também... e é uma boa locutora. O nome do programa é 'Sintonia do pagode', que ela gosta muito. Então vai desenvolvendo esses trabalhos felizes, fazendo o que gosta. Às vezes as pessoas pensam que a gente ganha dinheiro.

Com aparência de uma suposta tranquilidade de quem não tem com o quê se preocupar, Léo Magalhães afirma que não teve grandes problemas com a fiscalização da

Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e com a Polícia Federal, e faz considerações acerca da legalização da sua rádio e de como a rádio comunitária é percebida pelos moradores da favela.

A Anatel já é conhecedora que a rádio existe. Ela sempre foi assim e eu não posso esconder mais nada, porque a rádio é conhecida. É só melhorar a programação e não esconder mais nada.

Uma vez recebemos a visita da Anatel e da Polícia Federal. Na visita eles viram que realmente o trabalho, é um trabalho honesto, que realmente favorece a comunidade e não teve grandes problemas. Inclusive estamos com um projeto de legalização da rádio. Está tudo pronto, direitinho, só aguardando que nosso presidente Lula se sensibilize que a rádio comunitária de hoje no Brasil é um instrumento muito importante, principalmente para as comunidades. Logicamente a gente incomoda os grandes. Se hoje a senhora entrar em Rio das Pedras e outras comunidades, a senhora vai ver que não estão ouvindo as grandes rádios, porque estão ouvindo as rádios comunitárias, porque as rádios comunitárias estão informando, trabalhando, enfim, fazendo tudo que a comunidade quer e gosta. [...] A rádio comunitária, pelo menos, está auxiliando alguma coisa. [...]

Com relação ao cumprimento da lei de regulamentação dos serviços de radiodifusão comunitária, o entrevistado argumenta que procura seguir as exigências legais, com registro no cadastro do CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica], encargos sociais das pessoas que trabalham na emissora, como INSS e Fundo de Garantia, por exemplo. Entretanto, a emissora não é legalizada, como um grande número de rádios comunitárias no Brasil, embora reconheça que alguns tenham licença, e que ainda há outros lutando por isso.

Na trajetória burocrática para legalização da rádio, Léo Magalhães se refere à relação da *RP Notícias* com a ONG Viva Rio, que acredita ser um órgão do governo.

A gente é ligado ao Viva Rio, que é um órgão do governo e também nos orienta. Orienta a gente e também pagamos essa orientação com divulgação. Como assim? Qualquer coisa que o estado queira divulgar, manda para nós, que divulgamos sem cobrar nada. Divulgamos para manter aquela permuta de favor. A gente trabalha assim. Segue realmente a lei.

Segundo Léo Magalhães, o relacionamento da rádio com a Associação de Moradores sempre foi ótimo. Quando querem divulgar algum trabalho, procuram a *90,9*. Também as escolas e as grandes casas comerciais solicitam que a divulgação dos seus anúncios seja gratuita.

As pessoas que tem lá [na Associação de Moradores] trabalham comigo também. Hoje os que trabalham comigo, também trabalham na Associação. Eu sempre tive um bom relacionamento com a Associação. Nunca tive problema nenhum com toda diretoria que passou por lá, se eu não me engano foram 12 ou 13 presidentes que passaram por lá até hoje, do qual eu sou um deles.

Para o fato de a *FM 90,9* não ter sido instalada na Associação de Moradores, na sua gestão na presidência da AMARP, Léo Magalhães justifica: “Na realidade, na Associação não tinha espaço para colocar a rádio. Então arrumamos um cantinho, que pedimos emprestado, para colocar a rádio¹⁰⁶. Hoje a rádio tem o seu local, trabalhei para isso.” A potência de 100 Watts dos transmissores da *FM 90,9* extrapola os limites de Rio das Pedras, alcançando outras localidades, como Muzema, Tijuquinha e parte da Barra da Tijuca. Em Jacarepaguá, as transmissões chegam a praticamente todas as áreas do bairro.

Com perspectivas de novos projetos para a *FM 90,9*, Léo Magalhães faz previsões acerca da criação de uma parceria entre a *RP Notícias*, a *FM 103,3*¹⁰⁷, e a *Rádio Brisa*, da Rocinha, para ocupar o tempo ocioso das crianças da favela com práticas esportivas.

É o projeto mais novo que temos e ainda não tem nome, porque vamos ter uma reunião no dia 11 de fevereiro [2008]. O projeto é o seguinte: Veio na cabeça unir as rádios. A senhora sabe que a união faz a força, né? Então, temos duas rádios: a nossa rádio aqui e tem outra rádio ali embaixo. [Qual é a outra rádio?] É a *103,3*. Inclusive ela não tem nome direito. É a 103 vírgula não sei o quê¹⁰⁸. O rapaz que trabalha lá, também já trabalhou comigo muito tempo.

Veio na cabeça fazer uma união das duas rádios daqui e uma de fora: da Rocinha. Já conversei com o rapaz para gente se unir, pra quê? A nossa ideia é tirar as crianças da rua. Hoje temos muitas crianças no Rio das Pedras, crianças de rua, que podem praticar esporte aqui na rádio. [...] Eu tenho um espaço aqui que dá 400 pessoas. [...] Nós temos um rapaz que é professor de capoeira e pode dar aula de graça aqui¹⁰⁹.

[Em que a rádio participará nesse projeto?] A rádio vai participar da seguinte maneira: Divulgar o projeto e ceder o espaço para essa união entre as rádios, favorecendo a comunidade. [...] [Há mais alguém dividindo com o senhor a tarefa de dirigir a rádio e as outras atividades?]

Eu tenho uma filha que trabalha comigo e que me ajuda muito. O nome dela é Juliana Magalhães. Outros companheiros me ajudam também a desenvolver o trabalho.

[As contribuições que a rádio recebe cobrem as despesas da emissora e desse projeto?] Nós temos uma parceria com um rapaz que trabalha comigo desde a fundação. Ele faz a manutenção da rádio e não me cobra nada, e outras pessoas que também ajudam em outros setores e também não me cobram nada. A gente faz uma permuta de trabalho e acerta.

Durante o tempo de duração da conversa, Léo Magalhães se mostrou interessado e cuidadoso com as respostas, procurando articular bem as palavras e pontuar suas colocações. Expressou seu prazer de conversar com as pessoas, e suas paixões: o rádio

106 Supostamente, o cantinho arrumado foi a sala da *Rádio PJ*. Como dito antes, com a presença da fiscalização da Anatel, Paulo Jorge não permitiu que a rádio continuasse no mesmo local.

107 O proprietário da *103,3 FM*, J. Júnior, trabalhou na *90.9 FM*.

108 *Rádio 103,3 FM - A voz da Comunidade*.

e Rio das Pedras, por ser “uma comunidade nordestina, muito tranquila e diferente de outras comunidades por aí”. Reconhecendo o seu prestígio e respeitabilidade na favela, torce “para que Rio das Pedras tenha sempre sorte de não mudar”, que a tranquilidade continue sendo a mesma que sempre teve, porque não pensa em sair desse lugar: “(...) pretendo morrer aqui”. Ao finalizar, Léo Magalhães colocou a *RP Notícias* à disposição para eu participar da rotina da emissora, com o apoio da Juliana, que se mostrou interessada em continuar a conversa sobre suas atividades radiofônicas, abrindo espaço para uma próxima entrevista.

Foto do autor



Foto 20 – Léo Magalhães proprietário da *RP Notícias 90.9FM – Educativa Comunitária*

109 O proprietário da *Rádio Brisa* da Rocinha, Elias Lira, é mestre de capoeira. (Ver SILVA, Renata Nogueira. *Rádio Brisa: Ecos e sons da favela da Rocinha*. Trabalho de Conclusão de Curso. Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. Rio de Janeiro; PPHPBC/CPDOC/FGV; 2007).



Foto 21 – Entrada do prédio da *RP Notícias*



Foto 22 – Edifício Léo Magalhães - Pinheiro



Foto 23 – Antena transmissora da *RP Notícias*



Foto 24 – Entrada da *Rádio RP Notícias - 90.9 FM*



Foto 25 – Elaine – Operadora da 90.9FM



Foto 26 – Pastor Elder Junior, do “Templo do Deus Impossível

IV.2.1 – A *RP Notícias* na percepção dos seus donos

Liguei o rádio na manhã de segunda-feira (28/7/2008) e ouvi a voz de Juliana Magalhães iniciando seu programa *Sintonia do Pagode*. Então, veio à minha lembrança a entrevista que realizei com seu pai, Léo Magalhães. Na ocasião, acertamos retomar o contato para conversar sobre suas atividades na rádio e conhecer seu trabalho como administradora e locutora. Busquei nas minhas anotações o telefone da rádio, esperei que ela terminasse de transmitir suas mensagens e liguei. Juliana atendeu prontamente. Falamos sobre o nosso último contato e a minha intenção de marcar um horário para conversar. Juliana respondeu que estava de saída para um compromisso, mas que seria possível na manhã do dia seguinte, às 9 horas.

No dia seguinte (29/7) cheguei dez minutos antes da hora marcada. A porta de entrada do prédio estava aberta. Tive dúvida se deveria entrar sem aviso prévio, mas, por não encontrar campainha, resolvi subir a escada até a rádio, no segundo andar. A porta estava entreaberta; toquei na porta e ouvi Juliana me convidando para entrar. Na pequena sala havia duas mesas de escritório pequenas, em uma delas o computador. As quatro cadeiras, que compunham o mobiliário, estavam fora dos seus lugares, enquanto Juliana varria a sala. Terminada a arrumação, sentamos para conversar.

Juliana Magalhães nasceu e foi criada na favela Rio das Pedras. Completou o ensino médio no CAIC Euclides da Cunha, na própria localidade. Com 25 anos de idade,

iniciou suas atividades radiofônicas há cinco anos, influenciada pelo pai, por quem tem grande admiração: “... meu pai sempre foi batalhador, sempre conquistou seu espaço, nunca quis passar por cima de ninguém. Meu pai é muito verdadeiro, muito sincero. Então, essa expectativa dele é a mesma minha. [...] o que ele tem hoje conquistou porque trabalhou bastante. Ele e a minha mãe juntos trabalharam e estão construindo”. Seu interesse pelas atividades radiofônicas surgiu a partir das suas visitas ao estúdio da 90,9 FM e posterior participação no programa de um amigo, também locutor da mesma emissora.

[...] vou fazer 26 anos agora, 9 de novembro [2008], e... Moro aqui na curva do Pinheiro, no Rio das Pedras, e trabalho com meu pai, sou administradora da rádio, ele colocou esse objetivo para tomar conta da rádio dele. Então, meu trabalho todo é administrativo; tomar conta das coisas que também, não são só dele, são nossas, da família... é nosso patrimônio.

Eu sempre fui da Igreja. Então, a minha infância foi assim... [...] evangélica, porque eu sempre estive na Igreja. Agora, não. [...] há pouco tempo que eu não frequento igreja nenhuma, mas eu fui criada no evangelho. Sempre tive tudo do bom e do melhor, tudo possível daquilo que meu pai podia me dar. Então, eu tive uma criação ótima, não tenho o que reclamar dos meus pais, porque são duas pessoas que dou a minha vida por eles.

[Seu pai frequenta igreja evangélica?] Não.

[Sua mãe frequenta?] Só a minha mãe e minha irmã. A Igreja Universal.

Mesmo sem experiência acerca do funcionamento da rádio, Juliana aprendeu a operar a mesa de som e a lidar com a parte informatizada da programação, passando a fazer apresentação do seu próprio programa, que vai ao ar diariamente das 9 às 13 horas pela *RP Notícias*. Entretanto, nem sempre, o programa é apresentado ao vivo.

[...] tem dias que eu tenho que resolver algumas coisas da rádio. Então só entro no programa, abro, falo o que é pra falar, abro a programação e coloco no automático, porque às vezes não tenho tempo de ficar lá dentro [do estúdio] falando. Mas tem dias que não, fica a programação toda. [Mas quando você diz automático, é só música?] Vinhetas¹¹⁰ e músicas e colaboradores da rádio. [Os colaboradores da parte de comercial?] Isso.

Na tentativa de uma reflexão sobre acontecimentos veiculados por toda a mídia, e não divulgados nas rádios locais, como a morte do inspetor de polícia e líder local, Félix Tostes, e a prisão do vereador Nadinho, ex-presidente da AMARP, Juliana respondeu: “[...] Aqui é assim, para a gente dar alguma notícia de falecimento, de alguma coisa do tipo, a gente só fala se a família autorizar”. Em seguida, pediu para “pular” o tema da nossa conversa, porque seu trabalho é cuidar da parte administrativa da emissora, sendo os demais assuntos da rádio tratados pessoalmente pelo seu pai.

110 Anúncio da frequência da rádio e nome do programa do horário com fundo musical e também outros da programação da rádio. Também estão incluídos anúncios de produtos e do comércio local.

Retornamos à grade de programação da *RP Notícias* e Juliana informou que a programação com locutores se inicia às 6 horas da manhã, com o último horário à meia-noite. Em seguida, a programação é automática, com músicas e vinhetas, como já foi mencionado.

De 6 às 8 horas, é o nosso amigo Monteiro dos Santos e o Mão Preta. Eles fazem o programa *Sintonia de sucessos*;
de 8 às 9 horas, é *Manhã feliz*, com Elaine e a Tereza;
de 9 às 11 horas é o programa *Forrock Discos*, com o meu amigo Gil e Neném.
Depois entra a minha programação, que é de 11 às 13 horas, *Sintonia do pagode*, que eu mesmo faço a locução;
de 13 às 15 horas é o programa *Campeões do forró*, que você escuta todo tipo de forró, que é o programa da Ilha dos Pescadores, com o meu amigo Adriano Rocha;
de 15 às 17 horas é o *Show da tarde*, com Claudio Caliyo;
de 17 às 19 horas é o programa do Iranilson, *Show do Iranilson*¹¹¹;
de 19 às 20 horas é a *Voz do Brasil*,
de 20 às 22 é o *Hit Pop Mix*
de 22 às 24 horas é *O melhor do forró da areia pop*, do nosso amigo Garotinho.
Nosso último horário. Depois de meia-noite, até seis horas da manhã, nossa programação é variada. [Aí fica ligado no automático?] Fica. Automaticamente ela fica programada durante a noite. A rádio [funciona] vinte e quatro horas.

A grade de horários inclui a programação que vai ao ar de segunda a sexta-feira. Segundo Juliana, aos sábados a programação é variada¹¹², podendo ter programas com apresentadores/locutores ao vivo, ou músicas em série na programação automática (programa de informática). Aos domingos a programação durante o dia foi destinada às igrejas evangélicas e à noite, no horário de 20 horas à meia-noite, vai ao ar o programa *Jamaica Brasil*, de músicas Reggae, apresentado por WS (Waldeci Vieira) que integra a diretoria da *90,9* como seu diretor operacional e como um dos responsáveis pela manutenção dos equipamentos da rádio, como explica Juliana: “Ele trabalha e faz o programa dele sábado e domingo, de dez à meia noite.” Também, na sua percepção, em toda a programação da *RP Notícias* são apresentados noticiários de interesse dos moradores.

Toda a programação [...] tem noticiário, toda. Ainda tem do Adriano Rocha, a minha [programação] que também agora eu já estou falando algumas notícias que o pessoal gosta de ouvir, resumos das novelas, horóscopos. Então a nossa programação, ela é comunitária educativa. Ela é informativa. [...]. A gente não cobra nada. Se perder algum documento, vem aqui e a gente escreve o nome da pessoa que perdeu a documentação e faz esse trabalho de utilidade pública, que a rádio da gente é para informar aos nossos ouvintes tudo o que se passa no Rio e em outros lugares também.

111 Iranilson é compositor e recebe mensalmente 1.200 reais de direitos autorais. É proprietário de uma loja de discos na Av. Engenheiro Souza Filho (Rio das Pedras) e no horário do seu programa na *RP Notícias* apresenta músicas e divulga os produtos de sua loja.

112 Programação variada significa não ter apresentadores fixos para os horários.

No período da nossa conversa, Juliana direcionou seu discurso aos assuntos relacionados à programação da rádio e suas expectativas de desenvolvimento pessoal e profissional associados ao crescimento da rádio e aos planos de atendimento aos carentes de Rio das Pedras. Falamos, também, sobre o programa que estava no ar, e do meu interesse de ficar no estúdio para conhecer a rotina da rádio. Com a mesma simpatia já anteriormente expressa pelo pai, Juliana permitiu minha presença no estúdio da rádio. Despedimos-nos para voltar a nos encontrar no horário do seu programa.

Saí à direita da sala, para o estúdio no final de um curto corredor. No estúdio, de aproximadamente 12m², iluminado com luz branca e paredes revestidas com material antirruído cinza-escuro, havia duas mesas ao fundo à direita: uma de frente para a outra, separadas por uma divisória baixa. Havia também microfones de mesa e três cadeiras: duas na mesa colocada na posição contrária à porta de entrada, e outra no lado oposto, na mesa de som. O espaço dessa mesa acomodava um computador (teclado e mouse), um microfone de mesa, uma mesa de controle de som, um microfone de haste suspensa, uma cadeira e, em cima de uma pequena extensão de madeira, contígua à mesa em L, um telefone. Estava no ar o programa *Forrock Discos*, patrocinado pela loja de discos do mesmo nome, apresentando uma sequência de músicas de forró, sertanejas e populares, que vai ao ar diariamente de segunda a sexta-feira, de 9 às 11 horas, com o apresentador Neném (Severino Alves – 36 anos).



Foto 27 - *Forrock Discos* – patrocinadora de programa na *RP Notícias*

Depois de Neném colocar no ar uma sequência de músicas solicitadas pelos ouvintes, me apresentei a ele e passamos a conversar nos intervalos sobre a dinâmica do programa e o seu envolvimento com as atividades radiofônicas.

Filho de caseiros da área de praias de João Pessoa, no Estado da Paraíba, Severino Alves descobriu, aos 16 anos, sua paixão por som, música e festas com equipe de som. Foi com essa idade que começou a trabalhar como operador de som de grupos de forró e equipes de som em festas de rua na sua cidade de origem. Aos 19 anos decidiu viajar para o Rio de Janeiro e morar com seus dois irmãos na favela Rio das Pedras, onde continuou com as suas atividades de operador de equipe de som de bailes e festas. Trabalhou também como garçom na Casa de Show *ATL Hall*, na Barra da Tijuca, e foi dispensado após a venda dessa casa para o Citibank¹¹³.

Há 17 anos no Rio de Janeiro, Neném teve sua primeira oportunidade como locutor na *FM 90.9 RP Notícias*, onde também trabalha há quatro anos como operador de som. Seu horário na grade da programação também é negociado com o dono da rádio. Continua operando a mesa de som, além da locução, atendimento de telefonemas dos ouvintes, seleção das músicas solicitadas para irem ao ar, anotação de pedidos diversos, recados e dedicatórias. Depois do seu horário na *RP Notícias*, Neném cumpre expediente de trabalho como vendedor da loja *Forrock Discos*, patrocinadora do programa há mais de cinco anos, para divulgação e venda dos produtos da loja, localizada na Rua Nova. Sua rotina intensa continua em casa, onde atende encomendas de gravações de VHS para DVD, LP de vinil para CD, montagem de fotos para DVD e/ou CD, gravação de mensagens diversas, comerciais para carros de som e vinhetas.

Antes de anunciar a última série de músicas do seu programa, Neném fez o encerramento do seu horário, fazendo a chamada do programa *Sintonia do Pagode*, de Juliana Magalhães.

Já bastante familiarizada com a mesa de som e seus controles, Juliana assumiu sua posição de locutora, acessando o computador para abrir os arquivos do seu programa, selecionando vinhetas, notas para divulgação e músicas. Às 11 horas, Juliana fez a abertura do programa *Sintonia do Pagode*, anunciando e colocando no ar, em seguida, a primeira sequência de músicas do programa, enquanto lia as notas e selecionava as músicas para a sequência seguinte. Estava ainda lendo suas notas para gravação, quando entrou no estúdio

Cláudio Caliyo, locutor do horário da tarde, um dos primeiros da equipe da rádio que também integra sua diretoria operacional. Caliyo, naquela ocasião, trazia alguns CDs para copiar as músicas e passar para o arquivo do seu programa. Comentou com Juliana sobre o texto de uma nota recebida para divulgação. Juliana leu a nota manuscrita num pedaço de papel e disse que não faria a divulgação sem o conhecimento e o consentimento do seu pai sobre aquele texto. Com a insistência de Caliyo para que ela divulgasse a nota, Juliana alterou seu tom de voz e começou a chamar seu pai. Léo Magalhães estava chegando e, ouvindo o chamado de Juliana, veio ao estúdio. Leu o texto, conversou em voz baixa com os dois, e decidiu que faria contato com a Associação de Moradores antes da divulgação da referida nota. Juliana atendeu ao pedido do Caliyo para copiar as músicas do CD e gravar no arquivo do seu programa. Em seguida, Juliana devolveu o CD e Caliyo se retirou do estúdio acompanhando Léo Magalhães. Juliana prosseguiu seu programa regularmente, sem comentar o episódio.

A nota, motivo do estranhamento entre Juliana e Caliyo, já havia sido apresentada a mim pelo PJ como exemplo do tipo de anúncio que recebia da Associação para divulgação na rádio. Tratava-se de uma comunicação sobre as obras que estavam sendo executadas nas ruas secundárias do Areal I, como continuação do projeto Favela-Bairro, cuja responsabilidade dos trabalhos era da AMARP. Por ser o período de eleições municipais, que coincidiu com o período da manifestação de candidatos à presidência da AMARP, surgiram notícias, entre os moradores da favela, de que um dos candidatos teria tomado para si a autoria da execução da referida obra. Essa especulação teria ocasionado a providência, por parte da Associação de Moradores, da divulgação de uma nota de esclarecimento à população de Rio das Pedras.

Em Rio das Pedras, há uma dinâmica que é sempre cumprida pelas rádios *PJ* e *FM 90.9* para divulgação de informações de assuntos de interesse geral dos moradores da favela e os considerados politicamente interessantes. Antes que eles sejam divulgados, têm, primeiramente, que passar pelo crivo da Associação de Moradores. Já na *103,3 FM*, onde supostamente ainda não há estreitamento de vínculos com a AMARP, os assuntos que possam dar margem a qualquer tipo de polêmica não são divulgados, sendo anunciadas somente informações gerais que já façam parte da rotina da população e as que são encaminhadas diretamente pela própria Associação.

113 Antes do Citibank ela foi Claro Hall, da operadora de telefonia móvel Claro.

IV.3 - Rádio 103,3FM: A voz da comunidade

A primeira visita à *Rádio 103,3 FM, A voz da comunidade* aconteceu em 2003, quando, em resposta a uma mensagem enviada através da internet com sugestões para a programação da emissora, J. Júnior telefonou para minha casa querendo conversar sobre o lançamento de um novo programa para as manhãs de segunda a sábado. Desse contato resultou a primeira visita à emissora.

Com poucas referências para localização da rádio em Rio das Pedras, saímos de casa (meu marido e eu) na direção da favela. Seguimos uma rua estreita de barro batido, já no interior da favela, até entrarmos num beco, conhecido como Vila Rica. Andamos alguns metros e paramos na entrada de um prédio pequeno de três andares, onde havia uma escada em alvenaria, ainda não acabada, com espaço para passagem de uma pessoa de cada vez. Subimos ao segundo andar, onde uma outra escada, com as mesmas características, nos conduziu ao terceiro andar, que dava acesso ao estúdio, instalado numa pequena sala de quatro metros quadrados, com uma pequena janela de madeira rústica e um banheiro ao lado. Uma jovem (moradora da favela) apresentava seu programa de músicas populares de sucesso e, também, cantores de grupos de forró, enquanto o proprietário nos falava sobre a proposta para o novo horário. A emissora atualmente se encontra vinculada a uma ONG (Organização Não-Governamental) com o nome de Centro Social Imigrante Nordestino (Cesin)¹¹⁴.

Nessa ocasião, também fazia parte da programação da *103.3 FM* o programa “Feira dançante”, apresentado pelo próprio J. Júnior, com transmissões diretas da feira de Rio das Pedras, que funcionava aos domingos na Rua Nova. Posteriormente, a programação da emissora sofreu alterações e vários colaboradores deixaram seus horários, sendo substituídos por outros programas apresentados por representantes das igrejas evangélicas da localidade. Por falta de patrocinador, J. Júnior deixou de transmitir seu programa da feira. Posteriormente abriu uma pequena loja para venda de produtos variados na rua Alonso, próxima ao estúdio da rádio, de onde também passou a controlar as transmissões radiofônicas.

114 Sem apoio financeiro, as atividades do Cesin ficaram restritas à emissora 103,3 FM.

Na reaproximação com as atividades radiofônicas, retomei o contato com J. Júnior algum tempo depois, para conversar sobre minhas atividades de pesquisa e a intenção de realizar uma entrevista sobre sua história de vida e as perspectivas com relação à *103.3 FM*. Em janeiro de 2008, telefonei-lhe novamente, mas, desta vez, para o telefone celular. Não era a primeira tentativa da tarefa de marcar um horário com ele. Nas vezes anteriores, liguei para o número do telefone fixo do estúdio e mais tarde soube, por informações de pessoas conhecidas, que ele pouco ficava no endereço, devido aos compromissos com a loja. Entretanto, os novos contatos foram através do número do telefone celular e, como das vezes anteriores, ele não respondia. Então resolvi procurá-lo pessoalmente na loja.

Ao me aproximar do seu endereço comercial, pude entender a razão do telefone não ter sido atendido: o volume alto do som que vinha da loja certamente não permitiu que a campainha do celular fosse ouvida. Encontrei J. Júnior com um enorme peixe nas mãos, dizendo que estava preparando o jantar a pedido de alguns amigos. Ele pediu que eu o esperasse um pouco. Sem espaço para ficar no interior da loja, devido às caixas de som, engradados de cerveja e mercadorias, peguei um refrigerante na geladeira do bar e sentei numa cadeira na parte externa da loja. A espera se revelou uma oportunidade de observar mais detalhadamente a sua rotina naquele espaço de aproximadamente três metros de largura por quatro metros de comprimento¹¹⁵.

A loja é o que se poderia chamar de multifuncional. Ao mesmo tempo em que vende balas, doces, água de coco verde, cerveja, refrigerantes e produtos de limpeza, também tem um microestúdio da *103.3 FM*, ao fundo: um computador sobre uma mesa, um transmissor sobre três engradados de garrafas de cerveja empilhados, de onde J. Júnior controla a programação musical da emissora¹¹⁶. Antes de conversar comigo, J. Júnior vendeu cervejas, deu informações e conversou rapidamente com moradores. Finalmente me chamou no interior da loja e fez uma demonstração dos programas de informática que utilizava para controlar a emissora e fazer a seleção musical. Disse que, por falta de tempo, havia deixado de transmitir seu programa diário, e que estava dedicando parte do seu

115 Com poucas exceções, as pequenas lojas do comércio no interior da favela, geralmente têm as mesmas características: 4x3m, ou 3x4m; uma porta de entrada e, em um dos cantos internos, um lavabo e um mictório.

116 Do computador instalado na lojinha, J. Júnior controla a programação musical da grade de horários da *103,3*. Os programas apresentados ao vivo são transmitidos do estúdio da rádio na Vila Rica.

tempo à *Cabana do Brega*¹¹⁷ e também à manutenção dos equipamentos das emissoras de Rio das Pedras. Conversamos sobre minha intenção de realizar uma entrevista para conhecer a sua trajetória de vida, incluindo a criação da *103.3 FM*.

Finalmente, no dia 19 de fevereiro de 2008, consegui realizar a entrevista com J. Júnior, fundador-proprietário da *103.3 FM*. A lojinha comercial também é usada como apoio da rádio. De lá, J. Júnior também vende e anuncia os seus produtos através do rádio, além de controlar a programação da emissora. Ainda na loja ficam empilhados, nas terças de madeira de sustentação do telhado, os aparelhos transmissores antigos, junto dos CDs e DVDs de cantores sertanejos e de forró divulgados pela emissora.

Quando cheguei à lojinha, observei que estava sendo aguardada para a entrevista. J. Júnior já havia desligado a saída de som do rádio na loja, para que nossa conversa não fosse interrompida. Sobre a mesa estavam o computador, um aparelho de telefone fixo, rolos de fios amarrados e um microfone. Antes do início da entrevista, J. Júnior mostrou o manual de orientação *Como instalar uma rádio comunitária*¹¹⁸, que recebera na visita que fizera ao Viva Rio¹¹⁹. Comentou sobre a importância da qualidade dos equipamentos para a transmissão radiofônica, como uma garantia para se evitar vazamentos¹²⁰.



Foto 28 - J. Júnior controla as transmissões radiofônicas da *Cabana do Brega*.

José Edmilson de Maria, conhecido como J. Júnior, nasceu em 9 de maio de 1967, na Serra do Teixeira, no interior do estado da Paraíba. Em 1983, antes de completar

117 Este foi o nome que J. Júnior adotou para a sua loja.

118 Manual distribuído pelo Ministério das Comunicações, como já mencionamos anteriormente.

119 O Viva Rio é uma Organização não Governamental [www.vivario.org.br]

18 anos, deixou sua cidade natal para trabalhar no Rio de Janeiro e, dessa forma, ajudar financeiramente à família.

[...] Estou com 23 anos sem ir lá [na Serra do Teixeira]. [...] Naquela época, eles costumavam aumentar a idade das pessoas, no caso, os pais aumentavam a idade dos filhos, justamente para mandar eles para o Sul, Sudeste, enfim, para trabalhar para poder ajudar em casa, e isso aconteceu comigo. Na época minha mãe fez isso, porque eu sou órfão de pai¹²¹ desde os oito anos. Então, teria que ajudar na batalha em casa, aí vim para cá e cá nas obras [...] em 1999, eu fui convidado para trabalhar na rádio 90.9 [RP Notícias], para fazer uma apresentação de um programa. Eles acharam que eu era capaz, até porque, apesar do pouco grau de estudo, na época não tinha quase nenhum... De um tempo para cá é que eu consegui fazer o primeiro grau completo, no caso, hoje, é o fundamental. Mas, já trabalhando também e fazendo o supletivo [...]. Então, eu me saí muito bem na apresentação desse programa [da 90,9] e fiquei lá, com eles, uns dois anos e alguma coisa.

No período em que trabalhou na *RP Notícias*, J. Júnior aprendeu a lidar com os equipamentos de som da rádio, adquirindo conhecimento técnico que foram importantes para o seu crescimento na *Rádio 90,9*.

Então, depois passei a fazer a manutenção da rádio. Lá [na RP Notícias], a gente tinha um valor simbólico, que era, no caso, para manter a emissora no ar, e todos os locutores teriam que arrumar o patrocínio... Justamente, para poder ter esses valores simbólicos, que era para poder manter as despesas da emissora... Que é muito gasto a despesa de uma emissora.

[Você está falando da 90,9?] Da 90,9. Aí, fiquei uns quatro anos lá. Quando... quatro anos e alguma coisa... teve uma mudança... uma certa mudança... trocaram a direção¹²², e isso houve um desentendimento. Não só comigo, mas com os outros também, que trabalhavam lá dentro... E eu saí. Saí, e voltei para o mesmo lugar que eu estava, no caso, onde eu comecei... que seriam as obras. Aí, peguei umas obras por aí... boas!

O retorno às obras dessa vez tinha dois objetivos: de sobrevivência e também de juntar o valor necessário para comprar equipamentos e montar a sua própria rádio. A experiência do trabalho de manutenção dos equipamentos da *FM 90,9* ajudou na escolha dos equipamentos adequados à transmissão radiofônica de qualidade.

Isso, em 1999-2000. Peguei umas obras boas, consegui juntar um certo valor, comecei a investir no mundo da mídia, no caso, a rádio. Foi quando eu montei a minha primeira [rádio], trabalhando com um transmissor muito pequeno, até liberado pela Anatel... [...] um transmissor de 10 watts, [...] Aí, tinha que ir lá em cima [no telhado] toda hora... Virava a antena para um lado; virava para outro, que era para ver se conseguia alcançar pelo menos 100 pessoas no fluxo. [...] A gente foi investindo até chegar hoje como está na rádio comunitária¹²³. [...] O

120 Vazamento é o termo usado para indicar interferências em outras frequências nas transmissões através do rádio.

121 Com oito anos de idade, J. Júnior presenciou o assassinato do seu pai, na sua cidade.

122 Nesse período, Léo Magalhães passou a administração da *RP Notícias 90,9 FM – Comunitária Educativa*, para sua filha, Juliana Magalhães.

123 A 103,3 operava com transmissor de FM de 300watts, mas, em função do aumento da fiscalização da Anatel, resolveu voltar a operar com transmissores de 100 watts (projetados para emissoras de radiodifusão

mesmo fabricante da 98 [emissora FM, comercial], o mesmo fabricante da Nativa [emissora FM, comercial] que é o Sistema de Comunicação Montel¹²⁴, padrão que eles têm homologado pela Anatel. Nosso material é conhecido. Reconhecido pela Anatel. Como um produto de qualidade [aprovado] pelo Inmetro...

A qualidade dos equipamentos adquiridos não foi suficiente para viabilizar o funcionamento da rádio como meio de comunicação comunitária. Para tentar regularizar a situação, J. Júnior resolveu fundar uma Organização Não-Governamental (ONG). Nessa empreitada contou com a participação de amigos de fora da favela para comporem a equipe dirigente responsável pelas atividades da instituição, à qual a rádio foi integrada.

[...] eu precisava de uma outra coisa para poder ter uma certa liberdade como meio de comunicação comunitária; [...] montar uma organização não-governamental [...]. Eu conversei aqui com o nosso amigo Pará¹²⁵, [...] que é o vice-presidente¹²⁶, e outros amigos. Eu sei que consegui juntar sete pessoas, que não são da mesma família. Pessoas que têm que estar com o nome limpo... têm que ser realmente pessoas que queiram regaçar as mangas para manter a instituição, porque, na verdade, no começo, não vem nada do governo, enfim... [...] Então, eu consegui fazer este estatuto. Procurei o contador, que acabou de completar o que faltava: as cláusulas [...]. Aí, nós demos entrada. Não passou. [...] Voltamos para fazer tudo de novo. Os gastos maiores são dos cartórios, com autenticações e as taxas que a gente paga para dar entrada. Eu sei que dei entrada três vezes. Na quarta vez passou. É esse CNPJ, que está aí até hoje.



Foto 29 - Vila Rica, endereço da Rádio 103,3FM e do CESIN



Foto 30 - Entrada da 103,3 FM, e do CESIN



Foto 31 - Placa de identificação do CESIN e da rádio

sonora na faixa de 88Mhz a 108Mhz) <http://www.montel.com.br/V5/imagens/catalogo300wV2.jpg> - acesso 26/2/2009.

124 MONTEL Sistemas de Comunicação Ltda. (www.montel.com.br)

125 José Antônio da Silva Filho, conhecido como Pará, é feirante e proprietário de uma barraca onde vende condimentos diversos e ervas medicinais, na feira que funciona aos domingos em Rio das Pedras.

126 Na constituição do grupo responsável pela ONG, Pará ficou como vice-presidente.

O CESIN, Centro Social Imigrante Nordestino, foi registrado na categoria de organização não-governamental dentro da área da assistência social, para que a *Rádio 103,3 FM: A voz da comunidade* pudesse ser articulada como veículo de utilidade pública, como evidencia o texto, transformado em *slogan* da emissora: “Nós somos uma entidade prestadora de serviço público, social, cultural, lazer e cidadania”.

Acho o nome [CESIN] um pouco agressivo; quando fala em nordestino: [E ele se pergunta, exclamando] ‘Ué?! Mas será que só vai trabalhar em prol do nordestino?!’ [E ele mesmo responde] Não, é em prol de toda a sociedade. Só que esse foi o nome que achei, devido eu ser nordestino. E o pessoal que está comigo ser todo mundo do Nordeste, e a função ser de justamente ajudar aos mais carentes. [...] E a função da ONG é justamente esta: as pessoas vêm com essa dificuldade e a gente arruma um cantinho, um jeito para a pessoa ser amparada até se equilibrar.

[...] Geralmente acontece assim. Porque aqui, como é muito grande... Às vezes as pessoas têm parentes aqui. Ele viaja de lá para cá hoje – a maioria dos imigrantes de hoje moram de aluguel –, então, até tal dia fulano escreveu, ou então ligou, ele mora na rua tal, casa tal. Acontece que, quando saem de lá para cá, muitos saem sem avisar que está vindo, e a comunicação para o Nordeste, principalmente na área onde a gente nasceu, é muito difícil ainda. Aqui, hoje, a gente tem tudo na mão, está conectado ao mundo. Lá é diferente.

J. Júnior acredita que, tendo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), o CESIN garante a legalidade da emissora, como prestadora de serviço comunitário, embora continue empenhado em obter autorização de funcionamento, com amparo da Lei 9.612 (19/2/1998) de regulamentação dos serviços de radiodifusão comunitária, outorgada pelo Ministério das Comunicações (MiniCom).

A ONG precisa da rádio, então a rádio é da ONG. Todo material da rádio é comprado em nome da ONG, Centro Social Imigrante Nordestino. Por quê? A ONG precisa de uma emissora de rádio para divulgar os seus projetos, para arrecadar também... recursos para poder mantê-la. Esses bailes que a gente faz nos finais de semana, e até fora, é justamente para arrecadar recursos. Porque, parece que não, mas a ONG tem também uma despesa alta. Nós temos algumas taxas que são pequenas, temos o contador, o espaço que não é próprio.

[Há alguma instituição que financia, ou apóia algum projeto da ONG?] Não. Ainda não. A gente está em busca, e não é uma coisa fácil. Até porque são muitas ONGs desonestas por aí. Muita gente que jogou dinheiro pelo ralo.

[E onde ela funciona?] A verdade, hoje com essa parceria que nós fizemos lá em cima [Pinheiro], os esportes estão sendo encaminhado para o Centro Social Léo Magalhães, mas as outras atividades da ONG são na pastoral de Rio das Pedras. A pastoral é da Igreja¹²⁷ que tem um espaço grande. Então o que a gente recebe em matéria de donativo, as doações são feitas na pastoral.

O projeto idealizado por Léo Magalhães, com objetivo de realizar atividades no Centro Social Léo Magalhães, em parceria com as emissoras *RP Notícias 90,9, FM 103,3* de Rio das Pedras, e a *Rádio Brisa*, da Rocinha, para afastar as crianças da ociosidade das ruas através de atividades recreativas e práticas esportivas, não foi concretizado. Seis

127 O salão da pastoral da Igreja Nossa Senhora de Fátima funciona na Rua José Carlos da Silva, no Areal I, ao lado da Escola Municipal Rio das Pedras.

meses depois da nossa conversa sobre esse assunto, J. Júnior¹²⁸ (103,3 FM) informou que havia decidido retirar a sua participação, sem entrar em detalhes sobre os seus motivos, embora já tivesse previamente manifestado suas restrições para participar no projeto.

Aconteceu o seguinte: ele [Leo Magalhães], lá em cima [Pinheiro], já tem um centro social... ou seja, [...] uma escolinha, uma creche. Então as mães deixam a criançada lá para trabalhar. Nisso, as mães, parando ele outro dia: 'Seu Léo, o senhor tem um espaço muito grande, faz uma área aqui de esporte, alguma coisa parecida, para minhas crianças maiores ficarem pelo menos por aqui, para tirar elas da rua, para elas não ficarem aprontando muito.' 'Faz isso, aquilo outro' [...]. Aí ele me procurou e falou assim: 'Olha, você está com uma ONG legalizada, eu tenho um espaço, o nosso amigo, que é da rádio da Rocinha, o Eli, é professor. Por que a gente não vai pegar essas crianças e começar logo trabalhando com elas por aqui, pelo menos tirar elas da rua?' Eu disse: 'Está fechado, a minha idéia é essa. Vamos conversar com o Eli.' Nos mandamos para lá. Chegamos lá, ele topou. Nós começamos o projeto. Agora, dia 11 [março] vamos fazer uma apresentação. O Eli tem vários projetos dele na Rocinha...

Demonstrando entusiasmo pela possibilidade de realizar um grande projeto para os moradores de Rio das Pedras, J. Júnior continuou discorrendo sobre como seria iniciado o projeto:

[...] Então nós fizemos o seguinte: fizemos a primeira apresentação, já está a inscrição aberta. Já tem muitos inscritos; a inscrição está sendo feita entre sete e cinco [horas] da tarde, lá na emissora do Léo mesmo [...]. A gente vai levar à frente o projeto, por enquanto, de capoeira e judô, e vamos correr atrás de parceria para levar outros projetos [...]. Nós estamos precisando mesmo é de apoio, patrocínio. [...] Já conseguimos patrocínio para 50 crianças, sendo que para os uniformes a gente prefere que seja empresa [...], a gente pode pegar a logo dele e estampar lá... Apareceu uns políticos querendo patrocinar. Político não é importante para nós no momento. Eu discordo. Ele [Léo Magalhães] queria que colocasse, mas não: eu discordo. Político, todo ele, a gente já sabe como é: dá com uma mão e tira com a outra. Mais cedo ou mais tarde, ele vai cobrar isso aí. É melhor não, não envolver. E tem mais projetos que a gente está tentando resolver. [...] Projeto 'Aprender legal', que a gente pegou umas professoras para dar aulas, para dar um reforço. [...] Tem vários projetos para esse ano, as portas estão se abrindo aos pouquinhos. É difícil, mas não é impossível.

A 103,3 FM: A voz da comunidade iniciou suas atividades no dia 28 de julho de 2001. Poucos anos depois, sua programação já estava informatizada, permitindo que J. Júnior acompanhasse a programação da rádio a partir da sua pequena loja comercial próxima do estúdio. A programação da rádio, em sua maioria, conta com programas apresentados por representantes da Igreja Católica e de grupos evangélicos.¹²⁹ Estes últimos fazem orações e pregações durante seus horários e também respondem às consultas formuladas pelos ouvintes, através do telefone.

128 A primeira conversa aconteceu em janeiro de 2008, quando Léo Magalhães falou sobre o projeto. Em julho do mesmo ano, Juliana (FM 90,9) ainda não havia organizado a seleção das crianças que participariam das atividades. Algum tempo depois, J. Júnior informou que havia retirado a sua participação no projeto.

129 A regularidade das contribuições mensais dos representantes das igrejas católica e evangélicas ajuda à manutenção da rádio.

[Quantas pessoas trabalham na emissora?] Agora teve um corte do pessoal evangélico. Tinha muitos programas evangélicos e estava dando desunião. Era uma coisa sem fins lucrativos e interesses partidários. Como evangélicos e católicos têm aquela coisa de que uns acham, nem todos, que o Deus de um não é o Deus do outro, então estava dando um pouco de desunião. Eu fui obrigado a exonerar alguns programas. Mas já cheguei a ter 22 pessoas dentro da emissora. Hoje deve estar, não tenho bem certeza, [...] mas estou com uma faixa de uns 11 ao todo.

[...] existiam vários programas aqui; eu cortei a maioria. Também estavam dando prejuízo, danificando muito material. Agora tem o programa *Despertar com Cristo*, de 10 às 12 horas.

[Diariamente?] Isso: de segunda a sábado. Aí depois vem o programa *Em busca das ovelhas perdidas* da Casa de Israel¹³⁰, de 12 às 13 horas.

Eu tenho um horário alternativo¹³¹ de 13 às 16 horas, que não achei ainda a pessoa compatível para colocar. Tem um programa tocando todos os tipos de música popular brasileira, de quatro às seis da tarde. Depois, vem um horário alternativo, e “Voz do Brasil”¹³² E tem o programa *Servos*¹³³ das 20 às 23 horas; e do Wilson Cruz¹³⁴ fechando.

[E como é organizada a programação da rádio?] A programação de todos os dias é feita quando eu chego na segunda-feira. Cada um já sabe o que vai fazer quando chegar. A gente tem essa facilidade, porque já é informatizado, então você deixa o programa para cada um. É tipo assim: você escala o programa X hoje, isso e isso para semana toda; o cara exerce tudo que está ali. [no programa do computador]

Sem patrocínio para seus programas e poucos recursos financeiros para manutenção dos projetos, J. Júnior busca alternativas para equilibrar seu orçamento, prestando serviços técnicos em equipamentos de rádio, em obras, e organizando apresentações de grupos de forró na *Cabana do Brega*, sua lojinha de variedades em Rio das Pedras para venda de bebidas e petiscos. Quanto a essa questão J. Júnior comenta:

Aí é o problema maior. Esse é muito complicado. A emissora se mantém através de apoio cultural¹³⁵ [...]. Mas, ultimamente, o mercado está fraco e a maioria das lojas é alugada; ficou muito difícil. Na verdade eu ‘ralo’ 24 horas no trabalho fora, independente, para manter a rádio. Porque é mais difícil manter, do que fundar. Quando a gente compra, se paga de uma vez só, mas manter são todos os meses, e os gastos do mesmo jeito. Então é muito difícil.

Supostamente, a relação entre a 103,3 e a Associação de Moradores se mantém fria e distante. Embora J. Júnior diga que já oferecera à AMARP espaço na rádio para divulgação dos projetos da Associação, aparentemente o resultado não foi o esperado.

130 Casa de Israel é a denominação de um grupo de evangélicos de Rio das Pedras.

131 “horário alternativo” significa que está disponível para interessados em alocar o horário. Enquanto estiver disponível o tempo é preenchido com músicas variadas.

132 Noticiário do Governo Federal, transmitido em rede pela Radiobras, de segunda a sexta-feira, de 19 às 20 horas. A transmissão da *Voz do Brasil* está prevista na Cartilha *O que é uma Rádio Comunitária?*; RadCom; Ministério das Comunicações, p. 6 - www.mc.gov.br – acesso: 2/12/2008.

133 Nome dado ao programa pelos apresentadores evangélicos.

134 Programa *Saudade sem limite*, de músicas românticas e nostálgicas, apresentado por Wilson Cruz, foi transferido para domingo, das 23 a 1 hora da madrugada, por mudança do horário de trabalho do apresentador, que é vendedor de uma loja de decorações no *Casa Shopping*, na Barra da Tijuca.

135 Na realidade a 103,3 não tem patrocinadores oficiais e potenciais. O apoio cultural que recebe é oriundo das contribuições mensais, como já mencionado, dos representantes das Igrejas católicas e evangélicas, e de comerciantes da favela, que contribuem para divulgação das suas lojas no rádio.

[...] Até porque a emissora, devido ser de uma ONG, e a ONG estar legalizada, não sei se não há muito interesse, porque eu cheguei na... com o presidente, que está atualmente no segundo mandato...

[Qual é o nome dele?] Eli¹³⁶. Eu falei pra ele o seguinte: Olha, a emissora está lá à disposição da Associação. O que vocês precisar, pode mandar pra gente lá, que vai ser divulgado... O que for bom pra comunidade, é bom pra nós... É bom pra todos, desde que venha em papel timbrado, venha por escrito, carimbado. Aí, sim, a gente vai fazer tudo com o maior carinho. Então, não sei, talvez por essas exigências, não manda muita coisa. Porque, se não, ia virar uma bagunça. Depois vem um zero a esquerda com um papel aqui qualquer: faz isso. Não pode. Tem que ter a comprovação do que a gente está fazendo realmente um trabalho social. Aí, mandaram umas duas vezes e não mandaram mais, talvez pelas exigências.

[E a sua relação com o pessoal da Associação?] Normal, normal. Muito boa. Aliás, na verdade, não só com a Associação, como também com a comunidade em si. A comunidade aqui, graças ao bom Deus, tem um respeito muito grande por mim aqui. E eu tenho retribuído da mesma forma pra eles. São 23 anos dentro dessa comunidade, morando aqui dentro, com endereço fixo.

Segundo J. Júnior, a contribuição da *FM 103,3* para o desenvolvimento local é feita através da divulgação pelo rádio de campanhas de alerta à população sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, dengue, e de combate ao aedes aegypti ao longo de todo o ano. Ele acrescenta: “se a comunidade parar e pensar um pouquinho no que estão ouvindo, acredito que a gente consegue eliminar 100% desse maldito foco...” .Na percepção de J. Júnior, portanto, a *Rádio 103,3 FM – A Voz da Comunidade* é uma rádio comunitária:

Eu entendo o seguinte: que ela é uma rádio comunitária, que nós estamos a serviço da comunidade. Aqui... Como a gente tem um bom equipamento, até atravessa outras comunidades. Então, nós estamos a serviço das comunidades. A verdade, não só da comunidade daqui... de todas. Por isso que eu acho que ela é bem sim, comunidade.

[...] até hoje não tivemos nem sequer fiscalização dentro da nossa emissora. Aqui a gente trabalha com uma seriedade muito grande com relação... quando é parte pra mídia. Por quê? Com um microfone na mão de uma pessoa desqualificada, é pior do que uma metralhadora, e a função nossa aqui não é essa. [...] Nossa aqui, pelo contrário, é incentivar a cultura, incentivar o esporte, o lazer. [...] Nós estamos aqui para construir. Construir o quê? É a cidadania. [...] Tem muita gente que bota o horário com fins de se candidatar, ser um político. Pelo contrário, aqui o *slogan* da nossa rádio é o seguinte: É um veículo de comunicação, sem fins lucrativos, interesses partidários, discriminação de cor, raça, religião ou preferências sexuais. Nós somos uma entidade prestadora de serviço público, social, cultural, lazer e cidadania. Essa é a nossa função.

A *103,3 FM* associou-se ao Viva Rio¹³⁷ para participar de campanhas do governo federal, de utilidade pública e de ações comunitárias, e também buscou orientações nessa organização acerca dos procedimentos necessários para o cumprimento da lei de regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária (Lei 9.612).

[Você conhece a lei de regulamentação da radiodifusão?] Conheço... [...] Nós temos aqui [pegou um manual de orientação da RadCom – Radiodifusão

136 Eli Bittencourt encerrou seu mandato de presidente da AMARP em dezembro de 2008.

137 Organização não governamental - www.vivario.org.br

Comunitária] a criação da rádio comunitária. [...] – ‘Como se instalar uma rádio comunitária’, [...] Só que a gente manda para Brasília e demora muito tempo. Fica, assim, como se não tivesse interesse em legalizar. [...] Aqui nós temos tudo, a cartilha completa, com os anexos, como fazer para mandar, o que tem que fazer, tudo isso para preencher e mandar [o entrevistado mostra a cartilha e anexos].

[E este manual, você conseguiu onde?] [...]Esse é do ano passado: 2007, eu acho. [...] Você pode retirar no Ministério das Comunicações. [...] eu trouxe do Viva Rio. Nós temos parceria com o Viva Rio e também com a LBV, que é a Legião da Boa Vontade.

[Nessa parceria com o Viva Rio, qual o trabalho que vocês desenvolvem juntos?] Ah, são vários. Inclusive aquela campanha do referendo... Então, a campanha do referendo era sobre o desarmamento. [...] Através do Viva Rio, nós fizemos essa campanha juntos e o governo federal pagou essa campanha para nós. Fizemos também a campanha da AmBev¹³⁸: ‘Se beber não dirija’... Justamente com o Viva Rio. Era uma campanha educacional do trânsito. Fizemos uma outra do Pró-jovem¹³⁹, onde o jovem desenvolvia seu trabalho aqui como locutor, e até mesmo programador, e o Ministério pagava. para o jovem, não para a instituição. Pagava para o jovem, e nós tínhamos o espaço para ele trabalhar. [...] Ficaram seis meses no pró-jovem. Aí, tínhamos o Toni Braga¹⁴⁰, que entrou nessa, e mais uns dois.

Na percepção de J. Júnior, ainda falta muito para que a lei de regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária atenda satisfatoriamente aos projetos das rádios comunitárias.

Qual o interesse de uma emissora, digamos assim, de grande potência [comercial]? Qual o interesse dela de saber que amanhã, ou depois, ter uma rádio comunitária dividindo espaço com ela? É o que mais acontece hoje. Tem muitas emissoras grandes, que nunca tocaram forró. O forró do nordestino era discriminado. O violeiro nordestino era discriminado. Então ele nunca foi para a mídia. Por quê? A grande mídia não se interessava por esse projeto... Se interessa por outro tipo de coisa, que já está pronta... É o poder. Então, a rádio comunitária surgiu do nada. [...] ‘Rádio comunitária é povão.’ A cidade é o quê? Povão. ‘A rádio comunitária é o imigrante... é o povão.’ [...] Por isso não há o interesse deles que a rádio comunitária surja, porque, infelizmente, ela vem apertando muito as emissoras grandes. Não vem tomando espaço financeiro, porque o cara que anuncia num meio de comunicação grande jamais vai anunciar numa rádio comunitária, porque o produto dele é de um alto padrão. [...] Mas, em compensação, rádio comunitária, em matéria de música, divulgação, está ganhando das rádios grandes. [...] Tem muita gente honesta e muita gente trabalhadora que quer ajudar a sociedade, e é proprietário de rádio comunitária. Nem todos são bandidos.

138 Companhia de Bebidas das Américas – A campanha lançada em 5/7/2007 da marca Skol, com foco em consumo responsável. Criado pela agência FNazca, - http://www.ambev.com.br/not_04.php?noticia=229 – acesso 20/2/2009.

139 Programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro com o objetivo de criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil. Em 2005 o governo federal lançou a Política Nacional de Juventude, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, e o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Pro-Jovem - <http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=11> – acesso em 20/2/2009.

140 Recém-chegado de Nova Russas, interior do Estado do Ceará, Antonio José Almeida Braga (Toni Braga) veio morar em Rio das Pedras. Na ocasião Toni Braga participou do projeto realizando estágio na 103,3.

Embora afirme ter encaminhado ao Ministério das Comunicações o documento da manifestação de interesse para habilitação da rádio de apresentar o pedido da outorga de funcionamento para a *103,3 FM – A voz da comunidade*, como radiodifusão comunitária, a emissora ainda continua na ilegalidade/clandestinidade. Entretanto, J. Júnior não concorda que a sua rádio seja qualificada como clandestina e expressa a sua percepção sobre o assunto:

Eu acho que a rádio comunitária ainda vai dar muita volta nesse Brasil. [...] Mas, mesmo assim, se estimam três mil já praticamente legalizadas no Brasil, enquanto clandestinas devem ter mais de 300 mil, um número muito alto. Que é clandestino para mim? Quando às vezes as pessoas vão falar, elas não medem as palavras. Clandestino seria aquele aparelho que se fazia no fundo do quintal, que não paga impostos, não gera imposto nenhum. Aí, sim, um ‘troço’ clandestino. Você compra aparelho igual a esse aqui [mostra o equipamento de transmissão da *103,3 FM*], fabricado por uma grande empresa, que paga impostos ... Eu pago impostos de São Paulo até [o equipamento] chegar aqui, homologado pela Anatel. Não pode ser clandestino! Eu não tenho autorização para funcionar, ele, mas clandestino não é.

[Tem Nota Fiscal?] Nota Fiscal direitinho. Vem com as notas fiscais e as notas fiscais que eu estou te falando... que não sai nada. Vem até a nota do transporte [...], comprado em nome do Centro Social Imigrante Nordestino (CESIN). Então, não é um equipamento que seja uma ‘coisa’ clandestina. Eu acho dessa forma. [...] Às vezes as pessoas falam coisas que não devem.

O conhecimento técnico adquirido no curso de montagem de rádio da Universidade Estácio de Sá, somado à experiência dos trabalhos de manutenção de equipamentos de emissoras de rádio¹⁴¹ e o tempo (dois anos) que trabalhou como operador de som (mesa de 102 canais) da banda do grupo *Magnífico*¹⁴², o qualificou para a execução de serviços de manutenção de equipamentos de som e da área de radiofonia, como ele informou.

Em relação ao futuro da rádio *103,3 FM – A voz da comunidade* e do CESIN - Centro Social Imigrante Nordestino, J. Júnior fala sobre suas expectativas:

[...] o que eu penso para o futuro da emissora? É um sonho, ainda. Estar com ela amanhã, ou depois, legalizada, não é? Dentro dos padrões, igual está aqui [exibe o manual RadCom]. Igual ao que o governo federal requer. Para poder trabalhar, e trabalhar sossegado. Saber que você pode investir naquilo ali, e não vai ter nenhum problema. Às vezes, você compra um material caro, respeitando o ouvinte que está do outro lado – no caso, a comunidade –, aí acontece de amanhã ou depois, de repente, vê o ‘troço’ embargado... Você gastou tanto dinheiro e está lá... o ‘troço’ perdido. Seria bom... Enquanto a ONG está precisando de tanta coisa. Os dois precisam, mas a rádio precisa mais, porque é quem busca os fins... lucrativos [que darão sustento a] ONG. No caso, fim comercial é com a rádio. A rádio é quem anuncia para o patrocinador, e serve à ONG. Uma campanha que faz com uma empresa, uma cervejaria, serve para a ONG e daí

141 Rádios *FM 88.9* (Gardênia Azul), *90,9* (Rio das Pedras), além da própria emissora (*103,3*).

142 Conhecido grupo de forró que se apresenta em shows pelo país a fora.

vai... A rádio, hoje, é o alicerce da ONG. Se não tiver rádio, vai ficar difícil a ONG se mover, já que não tem parceria.

Durante o tempo da entrevista, o telefone fixo tocou duas vezes. Com as pontas dos dedos J. Júnior deslocou o telefone do gancho, interrompendo a chamada e impedindo que o telefone tocasse novamente. Ao longo da entrevista, também fazia exibição, na tela do computador, dos seus arquivos de fotos dos shows de artistas conhecidos e também de suas fotos com os artistas.

Terminada a entrevista, e depois de desligado o gravador, J. Júnior comentou que, na ocasião da preparação da documentação para registrar o CESIN, precisou de uma declaração da AMARP. Estava ciente de que não conseguiria o documento se a Associação soubesse que seria para criar uma ONG. Evitando dar detalhes sobre os motivos da solicitação, conseguiu a sua liberação. Algum tempo depois, Félix Tostes¹⁴³ soube da existência do CESIN e o chamou para avisar que este não podia fazer nenhum tipo de ação social na favela, porque só a AMARP poderia fazer esta atividade. J. Júnior respondeu que a ONG era somente para fazer a rádio funcionar e Félix aceitou sua resposta, permitindo a permanência do CESIN no local, mas somente para esse fim.

No contexto da trajetória da favela, esse comportamento é tido como comum por parte dos representantes da liderança local, tendo em vista o monopólio de representação exercido pela AMARP no controle de todas as atividades do comércio, indústria, das relações interpessoais e dos movimentos de associativismo dos seus moradores.¹⁴⁴

Por último, J. Júnior informou que estava transmitindo seu programa ao vivo direto da *Cabana do Brega* nas noites de sexta-feira, com apresentação de cantores nordestinos de músicas sertanejas e de forró. Então, na semana seguinte, lá estávamos para assistir ao vivo a transmissão direta da *Cabana do Brega* pela *103.3 FM*. A sua lojinha de variedades não tem registro e J. Júnior dizia que o nome era provisório. O programa também não tinha nome até então, mas tudo indicava sua tímida intenção quando, nas ‘chamadas do programa’, antes da apresentação dos cantores, e nos intervalos, dizia: “Este é o *forró do brega*, com transmissão ao vivo da *Cabana do Brega*, pela *103.3 FM*”.

143 Suposto chefe da milícia de Rio das Pedras, assassinado no Recreio dos Bandeirantes, bairro da Zona Oeste da cidade, em fevereiro de 2007.

144 No artigo “A representação de interesses em favelas: vida e morte da Associação de Comércio e Indústria de Rio das Pedras (Acirpe)”, Luiz Kleber Rodrigues Farias descreve, de forma sistemática, as tentativas de associativismo de grupos de moradores da favela e a decadência desses projetos ocasionada pelas interferências da AMARP. (2002: 135-148)

O espaço para o “show ao vivo” foi criado e organizado pelo próprio J. Júnior. Colunas de madeira, enterradas no chão da parte externa da loja, na calçada mesmo, demarcavam uma área retangular aproveitando as paredes laterais das casas da estreita rua. Um plástico azul amarrado nas pontas dessas colunas improvisava uma cobertura. Sob esta passavam fios e gambiarras com lâmpadas incandescentes, que tornavam o ambiente iluminado. Nesse espaço foi colocada uma mesa expondo os aparelhos transmissores da *103.3 FM* e um computador com DVD exibindo o show de uma dupla de cantores que acertara uma apresentação no local para a semana seguinte. Para atrair público e, por consequência, os consumidores dos produtos da lojinha, mesas e cadeiras faziam parte do cenário e da decoração do local.

Quando chegamos, já havia uma dupla de cantores sertanejos, ainda desconhecidos do grande público, se apresentando e umas poucas pessoas sentadas em volta das mesinhas, do outro lado da rua, já com suas cervejas, enquanto outras passavam ou cruzavam os lugares ocupados pelas mesas e cadeiras, em busca dos seus destinos, aparentemente desconhecendo o que ali acontecia. Um dos cantores tocava um teclado eletrônico com sofisticado recurso instrumental, e também fazia acompanhamento dos outros cantores do “programa”. Sentamos numa mesa em frente ao local onde os cantores se apresentavam, numa posição privilegiada para observação da dinâmica do programa, participação do público e movimentação da vizinhança local.

A qualidade da transmissão do som era perfeita, mas o volume estava acima da média para o espaço. Considerando que as casas da localidade são geminadas, com paredes separando a rua da parte interna das casas, era impossível conceber que seus moradores conseguiriam dormir com todo aquele movimento de pessoas, equipamentos de som, cantores e instrumentos eletrônicos. Todavia, isto não parecia ser problema, porque o programa entrou para o horário da emissora, com transmissão ao vivo, às sextas-feiras, de 22h a uma hora da madrugada. Posteriormente passou a ser apresentado também aos sábados.

Um show à parte ficou registrado pela disposição e versatilidade de J. Júnior na produção, direção e apresentação do programa. Nos intervalos das apresentações dos cantores, falava ao microfone sobre a programação da emissora, divulgando a atração semanal e convidando os ouvintes para a *Cabana do Brega*. Divulgava e apresentava os cantores, controlava os equipamentos de transmissão, e ainda fazia atendimento à sua

clientela, que pedia cervejas, refrigerantes, petiscos, água de coco e outros produtos da loja. A cada saída de fregueses-ouvintes, J. Júnior fazia a cobrança das despesas, a limpeza e arrumação de mesas e cadeiras, retirada de garrafas e dos copos, que eram lavados por ele mesmo para servir aos próximos fregueses. No período em que estive no local, não observei a presença de ajudantes. Os próprios frequentadores conhecidos colaboravam, facilitando o atendimento.

A dupla sertaneja revezava com outros cantores que ficavam do outro lado da rua, sentados, conversando, bebendo cerveja e, também, acompanhando as músicas, enquanto aguardavam pelas chamadas para apresentação dos seus repertórios sertanejos, bregas e de forró.

Embora não sejam conhecidos pela grande mídia, esses cantores divulgam suas músicas ao vivo nos bares de Rio das Pedras e de outras localidades próximas, tornando-se conhecidos dos moradores. Formam assim seu público, que também divulga e comparece às apresentações. Seus CDs, com um grande número de letras de autoria dos próprios intérpretes, e DVDs são vendidos durante as apresentações, nas barracas das feiras livres desses locais. O público presente no programa-show parecia familiarizado com os cantores e cantava as letras das músicas. Depois de cada apresentação, os cantores circulavam nas mesas para cumprimentar os presentes, mostrando seus CDs.

No final da noite, revendo minhas anotações de campo e refletindo sobre tudo o que presenciei, compreendi que pessoas como J. Júnior e os cantores convidados representam milhares de migrantes que buscam em outros lugares, não somente trabalho que garanta a sobrevivência, mas, também, a realização dos sonhos produzidos pelas grandes cidades.

CONCLUSÃO

As Rádios Comunitárias tornaram-se um problema social muito interessante como objeto de estudo, considerando que milhares de pessoas dedicam a maior parte de suas vidas participando regularmente dessas atividades, a despeito das consideráveis dificuldades sociais e econômicas, e das fortes sanções penais. As rádios que operam na favela Rio das Pedras também pertencem a este universo.

A maioria dos integrantes das equipes das rádios dessa localidade é oriunda do Nordeste do país e eles trazem, nos registros de suas histórias de vida, experiências de realização de festas com música ao vivo, execução de trabalhos como operador de mesas de som de grupos de cantores que se apresentam em shows, equipe de som, e ainda participam como locutores nas rádios das suas cidades de origem, a exemplo de Antonio José Almeida Braga, ou Toni Braga, como é conhecido, que, aos 16 anos, iniciou carreira de locutor nas rádios de Nova Russas, no interior do estado do Ceará. Chegando a Rio das Pedras com 19 anos, já passou pelas rádios *FM 100.1*, *103.3*, *106.1* e, desde agosto de 2008, trabalha na *FM 97.1* como locutor e coordena a grade da programação da rádio.

Os donos das emissoras de Rio das Pedras se queixam de dificuldades financeiras para manutenção dos equipamentos de comunicação e funcionamento dos serviços de radiodifusão, justificando suas alternativas de subsistência para atendimento às determinações da lei e também às necessidades das emissoras. Ao contrário das rádios comerciais, que podem negociar publicidade de produtos e serviços ao longo de toda a programação, as emissoras de radiodifusão comunitária são instituições sem fins lucrativos¹⁴⁵, não recebem qualquer tipo de incentivo público e têm período de funcionamento diário definido por lei. A pesquisa de campo mostrou que as contribuições voluntárias para divulgação de mensagens nas rádios da favela são simbólicas, portanto, insuficientes para manterem o funcionamento de uma emissora. Na prática, o que ocorre é um ‘acordo de cavalheiros’ entre os donos das rádios e os apresentadores/programadores dos programas que compõem a grade de horários, com condições que variam de uma emissora para outra.

145 Capítulo IV, Artigo 11 do Decreto 2.615 (3/6/1998).

Como procurei demonstrar ao longo deste trabalho de dissertação, diante da pergunta “quem faz uma rádio comunitária?” é possível encontrar uma pluralidade de respostas. Para Paulo Jorge, da *Rádio PJ*, o conceito de rádio comunitária está no propósito da criação da sua rádio-corneta: facilitar a comunicação com os moradores da favela, ajudando também à associação de moradores nesse trabalho social. Entretanto, na simplicidade de quem se dedica em tempo integral a essa categoria de transmissão radiofônica, reconhece sua atividade como comercial, porque também precisa “pagar as contas”.

Na *PR Notícias*, Léo Magalhães tem outra compreensão do que seja uma rádio comunitária e de sua prática. Relata que realiza ‘troca’ do horário do programa pelo serviço de manutenção dos equipamentos, chamando de colaboração/contribuição, ou ‘troco’. Um segundo tipo de contribuição, atribuída por ele, é através de apoio cultural¹⁴⁶, no qual a rádio vai buscar anunciantes no comércio local. A terceira alternativa refere-se à locação do horário (duas horas) ao apresentador, pelo qual é pago um valor fixo mensal de 330 reais. Nesta modalidade, o apresentador poderá fazer divulgação de até 10 anúncios, de onde ele obtém os recursos necessários ao pagamento do horário alocado. Do décimo-primeiro anúncio em diante, o apresentador deve repassar à rádio metade dos valores obtidos. Esta última modalidade é a mais usual para quase a totalidade das negociações nesta emissora.

Numa área informal como a da favela, onde o comércio, em grande parte, é desenvolvido para atender ao orçamento familiar dos moradores, os apresentadores não conseguem com facilidade cumprir as exigências das rádios, restando a eles ou pagar do próprio bolso, ou desistir do horário pretendido. Por essa razão, a programação das rádios torna-se flutuante, com frequência de horários abertos, supridos por longos períodos de músicas. Padrão semelhante de negociação de horários é seguido pela *103,3 FM*, com uma diferença significativa em relação à *FM 90,9*, pois esta não cobra sobretaxa de comerciais. Este fato nos leva à compreensão do considerável número de programas religiosos na programação das rádios de Rio das Pedras, principalmente horários negociados com representantes de grupos religiosos, que conseguem cumprir os compromissos financeiros com as emissoras, permitindo a manutenção dos horários dos seus programas nas rádios.

146 Capítulo VIII, Artigo 32, idem.

Com exceção das campanhas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, da dengue, e de outras relativas à saúde pública, as rádios da favela não veiculam notícias jornalísticas, restringindo-se a comentários sobre novelas, horóscopo e divulgação de shows de cantores e grupos de forró. Durante uma conversa informal sobre as razões para a falta de notícias nas rádios locais, um locutor comentou: “[...] os locutores dessas rádios comunitárias não estão preparados para fazer, digamos, esse tipo de programação... falando de informação assim de... notícia policial, essas coisas... até porque os locutores não são preparados para isso. Isso cabe mais à mídia grande, que tem poder para fazer isso, tem profissionais para fazer isso...”

Entre os proprietários das rádios de Rio das Pedras com quem conversei, muitos afirmam que suas emissoras são realmente rádios comunitárias porque foram criadas pelos próprios moradores para “ajudar a comunidade”. Além disso, todos dizem se dedicar em tempo integral aos interesses da favela e ajudar a população local na divulgação de suas demandas, considerando esta como prestação de serviços de utilidade pública, previstos na lei. As demandas dos ouvintes pelo telefone, ou através de visitas às rádios, são em sua maioria encaminhadas às lideranças da favela para serem resolvidas.

Cientes de que os transmissores instalados nas emissoras extrapolam a potência dos 25watts permitidos por lei, todos demonstram interesse em legalizar suas emissoras, para funcionamento, com autorização do Ministério das Comunicações (Minicom), na categoria de Rádio Comunitária, instituída pela Lei 9.612 e pelo Decreto 2.615 de regulamentação dos serviços de radiodifusão comunitária.

Enquanto J. Júnior manifesta suas expectativas futuras de conseguir tornar a *103,3 FM* uma emissora comercial, que, segundo ele, viabilizará a captação de recursos para os projetos sociais do CESIN, Juliana Magalhães, da *FM 90.9*, considera a emissora como um patrimônio da sua família, planeja, com o crescimento da rádio, a realização de projetos assistenciais do Centro Social Léo Magalhães para ajudar as crianças da favela Rio das Pedras.

Na entrevista para minha pesquisa, Toni Braga (25 anos), que participou do projeto Pró-Jovem, realizando treinamento de locução na *103,3 FM*, diz que seu sonho é, um dia, trabalhar numa rádio de grande porte (rádio comercial). Como coordenador da

programação e programador¹⁴⁷ da *FM 91,7*, recém-criada na favela, como já mencionado anteriormente, fez comentários pertinentes ao funcionamento das rádios de Rio das Pedras:

[...] o que adianta você ter um carro na mão e não saber dirigir? É o que acontece com as rádios daqui, [...]. Tem ela [referindo-se ao dono da rádio], mas não sabe como é que funciona a programação...

[...] é um padrão de erros e não um padrão de acertos. Você não sabe o que é o apoio... Como funciona o apoio cultural, como funciona a programação de uma rádio e vive mudando a programação. A programação de uma rádio elas têm que ter os nomes dos programas fixos. 'Ah, hoje tem um programa tal.' Aí, daqui a um mês tem outro programa, essas coisas, isso deixa o ouvinte perdido. 'Ué, cadê o programa de fulano, que o cara fazia lá?' Aí já está o outro locutor, com outro programa, aí ele não tem isso... Pode mudar o locutor, o nome do programa não... Falta muito planejamento assim, pra isso.

Com perspectivas de um futuro sem violências no trato com aqueles que se manifestam pela comunicação comunitária, no dia 15 de janeiro de 2009 os movimentos sociais pela democratização da comunicação no país registraram mais um ponto positivo na luta pelo direito de acesso popular à comunicação através do rádio, com a publicação no *Diário Oficial da União* da mensagem do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, encaminhando projeto de lei que visa descriminalizar o ato de operar o serviço de radiodifusão sem autorização do Ministério das Comunicações, conforme estabelece a Lei 4.117, de 1962¹⁴⁸.

Em meio a inúmeras polêmicas e discussões, o projeto aguarda votação no Congresso Nacional, mas o texto que está sendo trabalhado pelo Ministério da Justiça, com apoio da Casa Civil, altera o Artigo 183 da Lei Geral de Telecomunicações, excetuando de sanção penal a transmissão clandestina de telecomunicações que seja identificada como radiodifusão. O texto também revoga o Artigo 70 do Código Brasileiro de Telecomunicações, que criminaliza “a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta Lei e nos regulamentos”, estabelecendo pena de um a dois anos, ampliada se houver dano a terceiros¹⁴⁹.

147 Com a informatização das rádios, os apresentadores/locutores passaram a ser conhecidos como programadores. As agendas dos programas são arquivadas em pastas individuais por apresentador na grade de horários da emissora, oferecendo facilidades para inclusão e atualização dos assuntos e seleção sequencial de músicas dos programas.

148 Art. 70. Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta Lei e nos regulamentos. - Substituído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967. (Ver anexo).

Parágrafo único. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo, será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegal.

149 Artigo “Projeto do Executivo descriminaliza transmissão sem licença”, de Jonas Valente, divulgado no site do *Observatório do Direito à Comunicação*, no dia 15 de janeiro de 2009 [http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=4585] – acessado em 20/2/2009.

O projeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional no momento em que se discute a realização do I Congresso Nacional de Comunicação previsto para ser realizado ainda em 2009.

* * *

Apêndice das entrevistas realizadas

Antonio José de Almeida Braga – Toni Braga como é conhecido, 25 anos, é natural da localidade de Nova Russas, no Ceará, é apresentador de um programa de variedades da *FM 91.7 – A nova sintonia* de Rio das Pedras, e trabalhou em várias emissoras de rádio da localidade. A entrevista teve a duração de 54 minutos e 55 segundos, e foi realizada no dia 1 de novembro de 2008, às 18h 45min., na favela Rio das Pedras.

Geiso Pereira Turques – Geiso Turques é policial reformado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e vereador em São Gonçalo, Niterói. Há nove anos é proprietário da casa noturna de shows *Castelo das Pedras*, onde são realizados os bailes funk mais conhecidos da cidade. Com a duração de 45 minutos e 15 segundos, a entrevista foi realizada às 10 horas, do dia 9 de dezembro de 2008, nas dependências do próprio *Castelo das Pedras*, localizado na Estrada de Jacarepaguá, parte central da favela Rio das Pedras.

Leonardo Faria Magalhães – Léo Magalhães como é conhecido, tem 62 anos, e é natural do estado do Ceará. Proprietário da *RP Notícias - FM 90.9/ FM Comunitária Educativa*, também foi presidente, repetidas vezes, da Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP). A entrevista foi realizada na área do Pinheiro, na favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 2008, às 20h 30 min. A entrevista durou 30 minutos.

José Edmilson de Maria - J. Júnior como é conhecido, tem 41 anos de idade, natural da localidade Serra de Teixeira, Paraíba. Criador da *Rádio 103,3 FM: A voz da Comunidade*. A entrevista foi realizada às 20 horas, do dia 19 de fevereiro de 2008, nas dependências da *Cabana do Brega*, na Rua Alonso, local próximo do estúdio da *Rádio 103,3 FM*; na Vila Rica, nº 19, na favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ. A entrevista totalizou 63 minutos e 30 segundos de gravação.

Juliana Magalhães – Juliana, 25 anos, é natural da cidade do Rio de Janeiro e responsável pela parte administrativa da *RP Notícias - FM 90.9/ FM Comunitária Educativa*, de propriedade de seu pai, Leo Magalhães. A entrevista foi realizada nas instalações da *RP Notícias*, localizada na área do Pinheiro, Rio das Pedras, às 9h 24 min., do dia 29 de julho de 2008, totalizando 33 minutos e 57 segundos de gravação.

Paulo Jorge de Paula Dias – Paulo Jorge, Paulinho, ou PJ como é conhecido, tem 56 anos e é natural da cidade de Ubá, Minas Gerais. Criou as duas primeiras rádios de Rio das Pedras: o Sistema de Comunicação Comunitária da *Rádio PJ*, e a emissora *FM 90.9*, cedida posteriormente a Léo Magalhães. A entrevista teve a duração de 53 minutos e sete segundos, e foi realizada às 8 horas, do dia 30 de Julho de 2008, nas instalações da *Rádio PJ*, localizada na Rua Nova nº 110, favela Rio das Pedras, Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

ANEXOS

- I – Diário Oficial da União; nº 10, quinta-feira, 15/1/2009 – Despacho nº 21 de 14/1/2009, do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, Seção 1; p. 9
- II – Texto da Lei 9.612 (19/2/1998) – Coleção das Leis da República Federativa do Brasil; Brasília, v.190, nº 2, fevereiro de 1998; p 705-711
- III – Textos do Decreto-Lei 2.615 (3/6/1998)
- IV – Decreto-Lei nº 236, de 28/2/1967; República do Brasil; Coleção das Leis, 1967, Vol. 1; Atos do Poder Legislativo; Leis de janeiro a março; Imprensa Nacional; p. 379-384.
- V – Lei nº 4.117 de 27/8/1962; República do Brasil; Coleção das Leis de 1962, Vol.VII; Atos do Poder Legislativo; Leis de outubro a dezembro; Departamento de Imprensa Nacional, 1963. p.139-143.
- VI – *Como instalar uma rádio comunitária* - Manual de orientação; RadCom; Ministério das Comunicações, Brasília, 2007; p.1-102

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

Jornais

Extra

O Globo

Estado de São Paulo

Revista

A Rede – Tecnologia para a inclusão social – “A resistência das rádios comunitárias”, ano 2; nº 19, outubro 2006

Artigos

ARIAS, Enrique Desmond. *Faith in our neighbors: networks and social order in three Brazilian favelas*. Latin American Politics & Society 46.1 (2004), Project Muse. University of Miami, p. 1-38

BURGOS, Marcelo B. *Cidade, Territórios e Cidadania*. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.48, n.1, p.189-222; 2005.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CHINELLI, Filippina. *Favela e Redes Solidárias: Formas Contemporâneas de Mobilização e Organização Popular no Rio de Janeiro*. Working Paper Series 02 - Second Meeting Project “Latin American Urbanization in the Late 20th Century: A Comparative Study”, Uruguay, Montevideo. August, 2003.

RUAS, Claudia Mara Stapani. *Radiodifusão Comunitária: um meio de educação para as minorias na era da cidadania*. Trabalho apresentado ao NP 13 – Comunicação e Cultura das Minorias, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Livros

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2ª ed. ver. e atual. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo e KERCHE, Fábio (Org.). “Nós, o povo – Reformas políticas para radicalizar a democracia”. In: *Reforma Política e Cidadania*. 1ª ed., São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BURGOS, Marcelo B. (Org.). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio/Loyola, 2002.

CALABRE, Lia. *A era do Rádio*. Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

CÂNDIDO, Geraldo. *A Construção do Destino*. Brasília, Senado Federal, 1999.

DURKHEIM, Émile. “O que é um fato social?” In.: *As regras do método sociológico e outros ensaios*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (*Os pensadores*)

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro; Rio de Janeiro; Zahar Editores, 2000.

FARIAS, Luiz Kleber Rodrigues. “A representação de interesses em favelas: vida e morte da Associação de Comércio e Indústria de Rio das Pedras (Acirpe)”. In: Marcelo B. Burgos (Org.). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio/Loyola, 2002. p. 135-148.

HALL, Stuart. “A identidade Cultural na Pós-Modernidade”. Tradução: Tomaz: Tadeu da Eilva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, RJ. Editora DP&A Editora; 11ª edição, 2006.

LEAL, Sayonara. “Communication public for community radios in Brazil: discrepancy between rights and reality”. In: *Redes.Com. Revista de Estudios para el desarrollo social de la Comunicación*. No. 3. Sevilla, 2006. p. 275- 288.

_____. “Políticas Públicas de Comunicação para rádios comunitárias no Brasil: discrepâncias entre direito e realidade”. In: RAMOS, Murilo; SANTOS, Suzy dos. *Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 377-406.

_____; RIBEIRO, Lavina Madeira. “Mídias Alternativas e Esfera Pública: democracia e reconhecimento nas rádios comunitárias na França e no Brasil”. In: *Estudos de Sociologia*. Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Letras de Araraquara. Vol. 1, 2007, p. 65-96. (Este trabalho foi apresentado no grupo de trabalho Mídia, Política e Opinião Pública, durante o 30º Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 de outubro de 2006, Caxambu – MG. A presente versão foi revisitada a partir de contribuições dos colegas do GT).

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

MELLO, Líliliana Neves Cordeiro de. *Luz e força movimentando a história*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2003.

MESQUITA, Wania A. B. “‘Tranquilidade’ sob uma ordem violenta: o controle social da ‘mineira’ em uma favela carioca”. In: *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Machado da Silva, L. A. (org.); Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2008.

NUNES, Márcia Vidal. “Rádios Comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais”. In: *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Raquel PAIVA (Org.); prefácio Munis SODRÉ. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cecília Krohling. “Rádio Comunitária, educomunicação e desenvolvimento”. In: *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Raquel PAIVA (Org.); prefácio Munis SODRÉ. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007

PICCOLO, Fernanda Delvalhas. “Sócio-historiografia de uma categoria: as favelas e suas representações sociais.” In: *Estudos Históricos n° 38*, Julho-dezembro, 2006. Ed. FGV.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. 3ª ed. São Paulo. Editora Contexto, 2005.

SILVA, Afrânio de Oliveira. “A dinâmica perversa da violência e seus efeitos sobre a cidadania”. In: *A Utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Marcelo Baumann Burgos (org.), 2ª ed. Rio de Janeiro. PUC-Rio; Loyola, 2002

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela; do mito de origem a favela.com*. 1ª ed.; Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV. 2005.

VIANNA, Hermano. *O mundo Funk carioca*. Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar Editor. 1988.

Páginas da internet

www.fenapef.org.br/htm/com_noticias_exibe.cfm?Id=45930 – acesso em 27/2/2007

www.imesexplica.com.br/2506radio_polemica.asp

www.observatoriodefavelas.org.br

<http://www.cpdoc.fgv.br/fgvopiniao/arq/FolhaSaoPaulo20012009.pdf> - acesso 20/01/2009

www.stylingue.com.br

<http://www.consciencia.net/2003/12/12/xico1.html>

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=505>

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=343IPB003> – acesso 6/4/2007

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/02/06/294475986.asp> - acesso em 22/7/2007

http://www.podcastbrasil.org/wiki/index.php?title=Gloss%C3%A1rio_de_Termos

<http://www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=148>

<http://www.redevivafavela.com.br/>

http://www.rio.rj.gov.br/habitat/relat_gestao04.htm

<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI504458-EI4795,00.html>

www.arede.inf.br

http://www.arede.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=724&Itemid=99 - acesso 22.12.2008.

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2415&Itemid=2 – acesso 22.12.2008.

http://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio_Nacional_Rio_de_Janeiro – acesso: 10/3/2009

<http://www.ebc.com.br/canais/radios> - acesso: 10/3/2009.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)